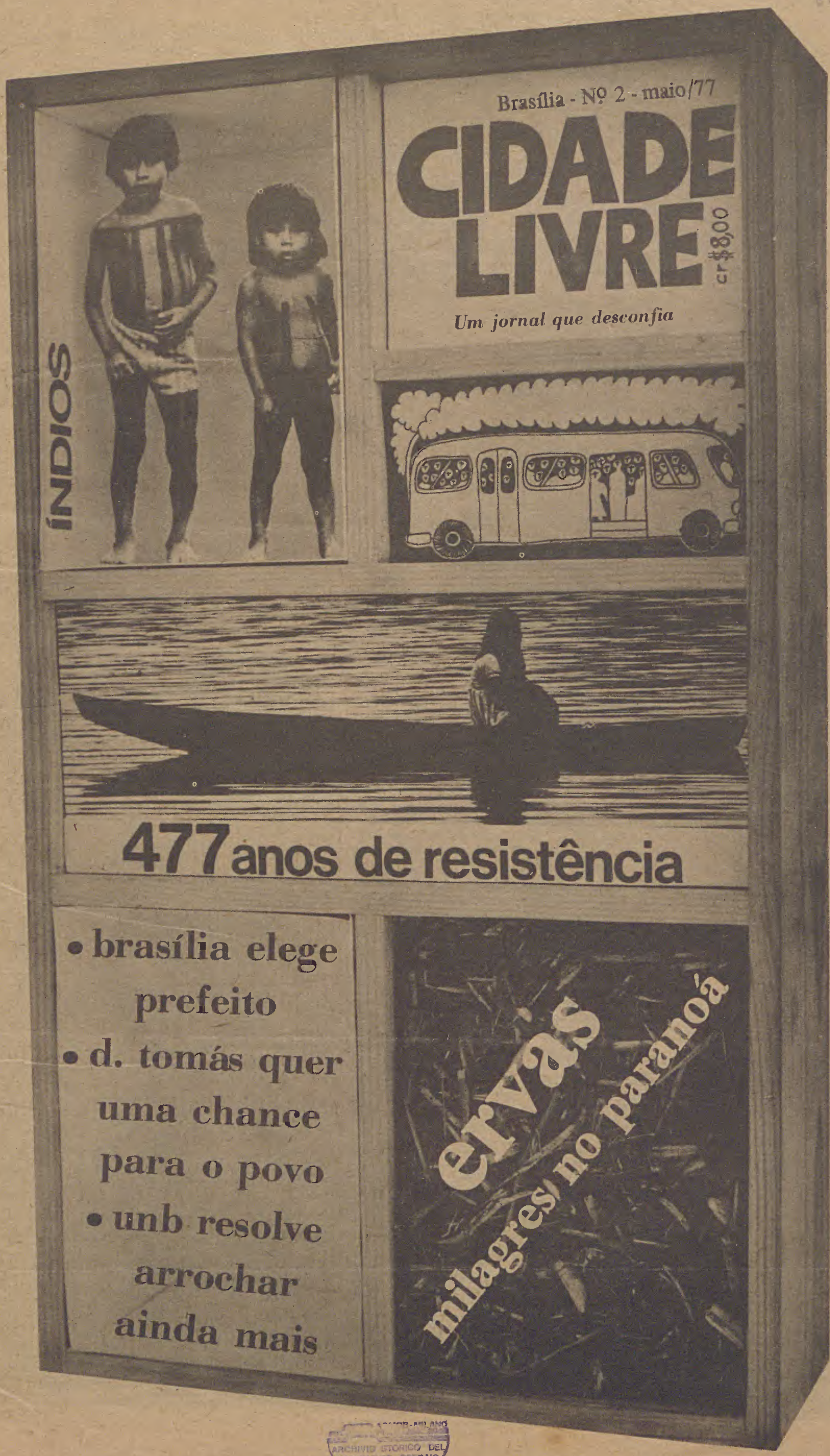
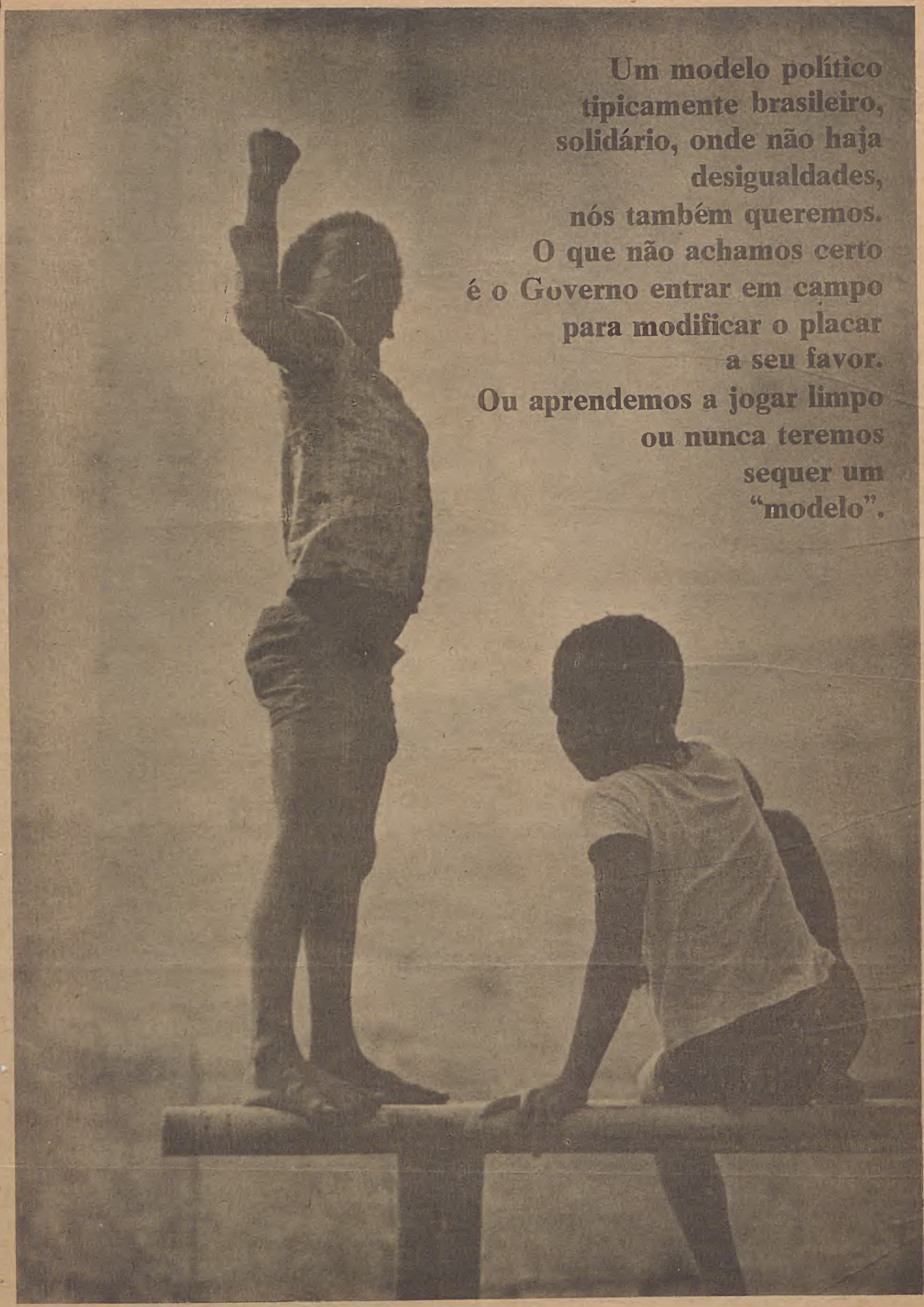
AEMDB_CIDADE_LIVRE_MAIO_77_N-2



ARCHIVIO STORICO DEL MOVIMENTO OPERAIO BRASILIANO

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM



Um modelo político
tipicamente brasileiro,
solidário, onde não haja
desigualdades,
nós também queremos.
O que não achamos certo
é o Governo entrar em campo
para modificar o placar
a seu favor.
Ou aprendemos a jogar limpo
ou nunca teremos
sequer um
"modelo".

FOTO DE JUVENAL PEREIRA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

João Antonio nos escreve do Rio, falando da espetacular antologia Malditos Escritores *, dizendo que* Cidade Livre *deu uma sensível melhorada e desejando uma longa vida para o nosso jornal. Em sua carta, João afirma:*

"Você me pede uma colaboração. Estou lhe enviando este meu "O BURACO É MAIS EM BAIXO" que fiz como apresentação da antologia **Malditos Escritores** , o que equivale ao número 4 do **Extra-Realidade Brasileira**. É um texto bastante coerente com um nanico como **Cidade Livre**. Já deve ter ouvido falar em **Malditos Escritores** em Veja e no **PASQUIM**. O nosso sucesso no lançamento no Sindicato dos Jornalistas Profissionais de SP. foi incontestável: venderam-se 368 exemplares e estiveram presentes quase todos os autores. O livro tem uma tiragem de 50 mil exemplares e vai para todas as bancas de jornais do país.

Aliás, estou pensando seriamente em fazer vários novos lançamentos: aqui no Rio, aí em Brasília, em Belo Horizonte e em Porto Alegre."

O BURACO É MAIS EMBAIXO

O povo parece haver tomado chá de sumiço das letras nacionais.

E nem só delas. Anda corrido da tevê, das revistas, dos jornais, dos filmes. Das chamadas artes e comunicação. Aparece, se muito, como elemento de fascínio exótico, marginalidade, curiosidade folclorizável ao gosto e serviço de uma moda ou "ismo" qualquer. A tendência é que fique reduzido à indiferença, à frieza (e até ao escárnio) dos números estatísticos. Na continuação, como diriam Paulo Pontes, Noel Rosa ou Lima a tendência do povo é sair de circulação das nossas preocupações culturais, largadamente colonizadas e deformadas pelos modelos que vêm de fora. (...)

Qual a chave: parajornalismo, conto-reportagem-depoimento, experimentalismo direto sobre uma vivência? Nada disso. O que parece ficar claro é que houve uma inversão de ótica. Olhou-se o bandido, por exemplo, sob a ótica dos bandidos. Assim, do ponto de vista da forma, essa nova linha de idéias favorece e até obriga o surgimento de um novo processo. Desaparece a forma apriorística, que passa a ser determinada pelo próprio tema. O escritor não pode partir para uma forma pronta. Ela será dada e exigida. Será imposta pelo próprio tema tratado e jamais deixará de surpreender o escritor. O tema passa a flagrar o desconhecimento do escritor, uma vez que o intérprete aceita um corpo-a-corpo a ser travado com o assunto. E o resultado nem poderia ser outro, considerando-se as qualidades dos autores reunidos, todos a formar uma espécie de linha de frente — provavelmente a mais viva — naquilo de que hoje dispomos como barra pesada literária. (Embora esta antologia não atinja todos os nomes que poderiam formar uma chamada literatura negra brasileira atual). Desse corpo-a-corpo nasce uma escritura descarnada, amassada, vestindo simples, sujo e inconveniente, a refletir sem floreio, impostura ou retoques, um mundo de suores, amordaçamentos, pelejas e medos. Uma literatura fedida. Um mundo fedido, como sua motivação.

FEDE E INCOMODA

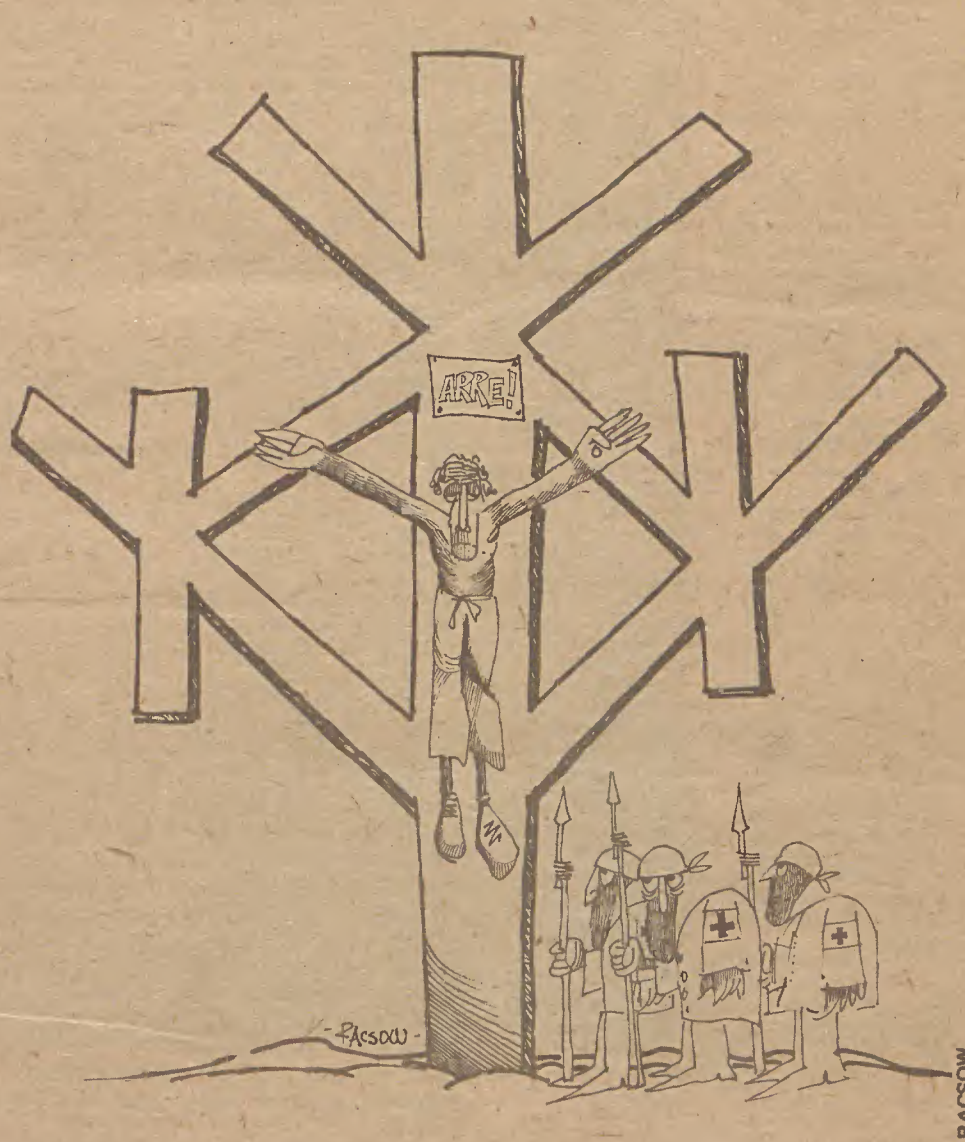
Muito provável que doutores, sambudos e quiquiriquis (ah, litorâneos, raquíticos e pretensiosos) torçam o nariz diante desses operários banguelas, sem eira, nem beira; desses policiais corruptos, corruptores e truculentos; desses mendigos desdentados, desbocados e cheios de picardia para sobrevier, mas que morrem abandonados como cachorros sem dono; desses pingentes do dia e da noite desajustados na cidade grande, ralando-se como porcos-espinho pela sobrevivência; desses soldados que marcham pelo sertão, obedientes e lesados, sem quê, nem para quê; desses homossexuais e prostitutas marginalizados e escorraçados de todos os quadros sociais; da solidão pavorosa dos jogadores de futebol de mais de trinta anos que, de seu, só têm a boleta como derradeira muleta e a cartolagem quer que eles se danem; desses mamelucos lá da ponta de cima do Brasil, expropriados de quaisquer instrumentos de afirmação, usados ou caçados como bestas da mais alta-periculosidade; desses corredores sórditos e pegajosos dos nossos cárceres, cujos gritos não chegam ao conhecimento geral e a conhecimento nenhum.

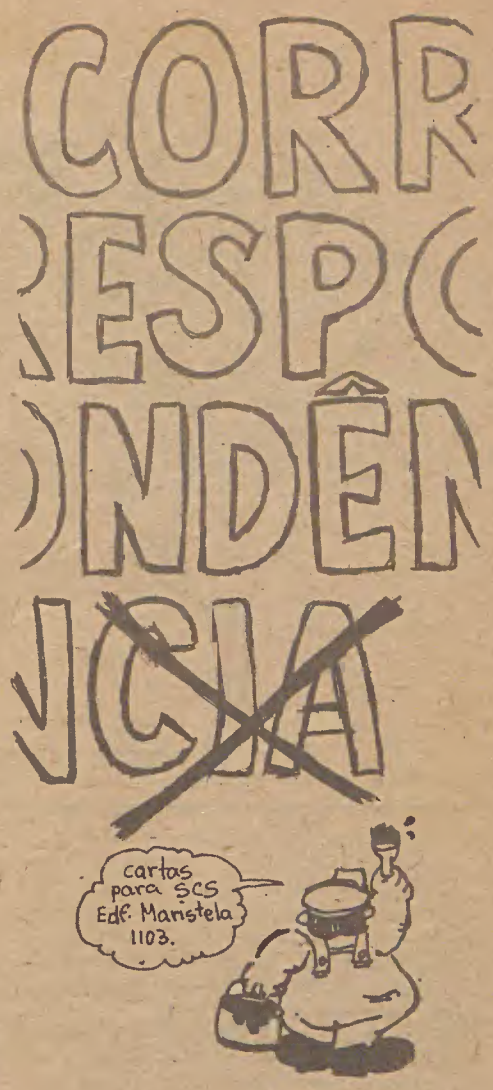
Isso incomoda. Que, afinal, tudo isso fede. Desde Dostoievsky, Cervantes ou a Bíblia. Desde Balzac, que diria aos sabidos:

"Literatura? Mas, minha querida senhora, a literatura não existe. O que há é a vida, de que a política e arte participam."

JOÃO ANTÔNIO

Copacabana, 18 de fevereiro de 1977





LUTA RENHIDA

"Que a vida é luta renhida, viver é lutar". Meus parabens **Cidade Livre**, lutaram e conseguiram, demorou e saiu. Gostei muito de "um jornal que desconfia". Só isso aí jádiz muita coisa pra quem quer enxergar... quero agradecer ao **CL** e particularmente ao Luis Machado por ter me enviado este maravilhoso jornal. Vão em frente e meus parabens mais uma vez. Vocês venceram a batalha.

Marilete
Morrinhos (GO)

atenção
sem mexer
sem rir
sem falar
sem piscar
de terno
fundo branco
sem chapéu
sem poesia
clic

3 por 4

LUIZ MARTINS

ABERTURA CULTURAL

Senhores Diretores,

Confesso que não li, chego da banca agora. Mas pelas chamadas da capa, pela cara das reportagens — acho que CIDADE LIVRE vai me interessar.

Aqui venho, porém, para lhes dar uma sugestão, se é que os senhores precisam dalguma.

Quero crer que conhecem o jornal ABERTURA CULTURAL. É um dos mais importantes e atuantes da Imprensa Alternativa, o único em língua portuguesa filiado ao "Alternative Press Syndicate" — USA. Abertura (que, de todas as lutas em favor do povo brasileiro, não rejeita nenhuma) mostra toda a sua garra na luta contra os abusos à Natureza, principalmente com seu movimento Resistência Ecológica E, pelo teatro, Teatro ao Encontro do Povo.

Eis a sugestão: Tomem contato com o jornal. Caso não saibam: Caixa postal 12.193 — ZC—07 — 20000 — Rio, RJ. Enviem exemplares.

COGUMELO ATÔMICO é outro. Coitado, andou passando por uns apertos por causa de dinheiro, mas está pintando por aí novamente, Caixa Postal 179 — 88350 — Brusque, SC.

Com satisfação
HAMILTON CARVALHO DE MELO
GOIÂNIA, GO

ANTES QUE ACABE

Gente,

Como fazer para receber o nanico de Brasília? Assinar? Ou será distribuido aqui em São Paulo?... (santa esperança). Desculpem o pessimismo mas mandem para mim o **Cidade Livre** antes que acabe. Desde o número zero.

Um abraço.

Irene T. Rondon
São Paulo — SP

POBRE CONSUMIDOR

O triste dessa propaganda é que ela é maldosa e muito mentirosa. E poderia perguntar-se: qual a que não é, com raríssimas excessões, se, todas basicamente pretendem vender algo, mentindo, enganando com mil e um artifícios a fim de passar a perna no consumidor? No fundo, no fundo, propaganda é isso, como num dos números de Versus ficou muito bem denunciado pela palavra do excelente repórter Murilo de Carvalho, aliás, um ex-publicitário dissidente que abandonou a antiga profissão com um salário de 30 mil cruzeiros para fazer a "Cena Brasileira", do semanário "Movimento", para ganhar 3 mil cruzeiros por mês. Não importa considerar aqui se essa atitude é idealista ou não, se basba que ou de um compromisso de consciência. O importante é o depoimento de Murilo:

"eu participei do lançamento da publicidade do Bom-Bril e certifiquei de todas as artimanhas que a agência utilizou para levar o consumidor a comprar o produto de "mil e uma utilidades".

Tempos depois, Murilo, viajando pelo interior de Minas Gerais, lá pelos lados do Jequitinhonha, por acaso, entrou numa casinha miserável de algum miserável brasileiro residente naquelas bandas. Estava com sede e queria um copo d'água. Entrou casa a dentro e viu lá na cozinha da casinha miserável uns pacotes de Bom-Bril "mil e uma utilidades".

Agora, a pergunta: Por que naquela casinha miserável usa-se o bom-bril em vez de um sabão daqueles "bola preta", feitos de sebo e soda ou então, para clarear as panelas, não se usava naquela casa areia fina de beira de rio, alí, ou alcance da mão heim?

A resposta: é a propaganda, seja por televisão ou por radinho de pilha. É isso, o progresso ninguém segura.

E vem o Jumbo dizendo para os brasilienses que "Ah, o Jumbo é nosso". Nosso? Nosso uma pinóia.

Todos os habitantes dessa cidade sabem que o Jumbo é um supermercado que chegou aqui e encontrou o mercado muito bem dividido, o que naturalmente, obrigava os concorrentes a manerar nos preços de seus produtos sob pena de perder a freguesia, se insistissem em rancar o couro dos consumidores. Mas o Jumbo é essencialmente uma empresa national(?) — como diz a propaganda — e tinha muita grana. Aí, devargarzinho, devargarzinho e abrindo sua imensa bocona foi engulindo os concorrentes. No final só ficou ele na praça. Sozinho, temido e destemido começou a nadar de braçada, subiu os preços como bem entendeu e desentendeu.

É nisso que dá um país onde não funciona um esquema de controle rígido de proteção aos consumidores, para salvá-los das "empresas nacionais" como diz ser o dono do elefantão (ou os donos do elefantão).

Brasília, com uma população já chegando a casa de um milhão de habitantes, está exposta aos mandos e desmandos desse "Ah, o Jumbo é nosso". Ainda bem que chegou uma multinacional do setor para a capital federal, o Carrefour. Mas será que é de confiança essa nova empresa pois sinal francesa? Fiquem de olho, consumidores, qualquer coisa o CIDADE LIVRE está aqui mesmo, com as portas abertas para as reclamações.

Tudo é muito falso. O engraçado é que seminários são feitos, palestras são pronunciadas em todos os cantos e congressos importantes realizam-se pelo mudo inteiro louvando, todos eles, as "mil e uma utilidades" dos favores que a propaganda traz para uma convivência mais harmoniosa dentro da sociedade. Acontece que a harmonia e o bem estar de um povo não está somente em palavras bonitas pronunciadas em seminários sofisticados, mas sim, na sua capacidade aquisitiva para satisfazer suas necessidades básicas de consumo, o que infelizmente não tem acontecido com a maior parte da população brasileira.

No campo da alimentação, de todos o principal, isso é evidente, com as estatísticas do Ministério da Saúde sobre desnutrição do brasileiro saindo pelo ladrão, quer dizer, os próprios dados do governo reconhecendo uma tragédia nacional.

Prá não dizer que a gente está com má fé e marcação com o Jumbo, damos um exemplo concreto de seus abusos, chegado à redação do CIDADE LIVRE:

Um médico pediatra, muito conhecido na cidade e amigo aqui da casa, foi ao Jumbo comprar uns ovos de páscoa. Chegando lá, escolheu um de 1 kilo e 200 gramas. No mesmo ovo de páscoa havia três preços, remarcados um atrás do outro. O primeiro de 150 cruzeiros, o segundo de 190 e um terceiro ilegível, assim mesmo, no maior descaramento. Tudo isso porque é época de páscoa e ninguém garante, o que é pior ainda, que esses ovos não sejam velhos, do ano passado ou retrazado, retirados agora do estoque para empurrar no primeiro que apareça.

O que fêz o médico?

"Pode dizer aí no jornal : peguei minha caneta, limpei os preços mais altos, é claro, e paguei pelo mais baixo. Quem rouba de ladrão tem cem anos de perdão.

CEZAR FONSECA

SIROBA

DO PIAUÍ

Companheiros

Um amigo que reside em Brasília mandou-nos um exemplar (o no. 1) do jornal "Cidade Livre", e a gente não pode deixar de abraçar mais um irmão que nasce em condições tão adversas. Sei que abraço de piauiense conta pouco, mas é o que temos no momento.

Gostamos do jornal: sério, simples, corajoso, em nosso jornal im' que está saindo esta semana damos uma dica.

Do Piauí, com todos os erros e dificuldades possíveis, estamos fazendo o chapada, tentativa de não cruzar os braços quando tudo exige que assim se faça. Briga desigual, violenta: nem os leitores cooperam: estão mais pra capricho &ilusão.

O chapada é feito por meninos sem vivência jornalística, gente simples, que está tentando aprender.

Gostaríamos de manter intercâmbio com vocês, aprender alguma coisa.

No Piauí, disponham dos chapadeiros e contem com o irmão

Cineas Santos

Gente-fina se encontra ali:
Térreo do Ed Venâncio VI
Sergal
uisqueria

MUTIRÃO
EDITORA, PRODUÇÕES, PROMOÇÕES E PUBLICIDADE LTDA.

Diretor Responsável: Eduardo Almeida

Colaboraram nesta edição: Antonio de Padua Ferreira Gurgel, Suely Teles Fonseca, Ana Lagoa, Armando Rollemberg, Eliana Lucena, Vladimir Carvalho, Carmem Coaracy, Sergio Chacon, Inácio da Glória, Eliane Motta, David Renault, Arthur Cesar Borba, Dea Costa Barbosa, Valéria Maria, Luiz Carlos Machado, Everaldo Maia, Jorge Bastos Moreno, Ademir Rodrigues da Silva, Samuel, Pedro Luiz Rodrigues, Carlos Guilherme Rosa Batista, Armando Sampaio Lacerda, Paulo Santilli, Nadia Franco, Luiz Claudio Pinheiro, André, Walter Sanchez, Maria do Rosário Caetano, Carlos Alberto de Almeida, Marcos Santilli, Marcos Ottoni, Duarte, Eduardo Sérgio Balduino, Racsow, Tania Lamarca, Sergio Furgu, Regina Ramalho, Roberto Sanson, Siroba, Lopes, Airton Maia, Gou-Gon, Frechiani, Memélia Moreira, Tenisson, Romerito Aquino, Pamela Nunes, Gercimar Pereira Batista, Regina Bittencourt, Sandra de Aquino, Carlito, Antonio Pinheiro, Paulo Pereira, Anaíse Sales, Paulo Gustavo, Tião Varela, Fernando La Roque, Lucia Rollemberg, Wilson Miranda, Agamenon, Mauro De Felice, Paulo José, Zanoni Antunes, Bety, Xenia Antunes, Luiz Martins, Carlos Marchi, Wagner, Borja, Alexandre Lobão, Vanderlei Pereira, Ayres, Cesar Fonseca, Paulo França, Lindberg Pirajá, João Bosco Mendonça, Marcio Oberlaender, Licia Nara, Diógenes C. Barbosa, Chico Seabra, Ademir Péreira, Cildo Meirelles e Juvenal Pereira

Venha participar do nosso Mutirão

Este próximo mês circulará o número três de Cidade Livre. Quando o jornal estiver nas bancas estaremos já com a nossa caixa se esgotando. No entanto, estaremos vendendo bem, certamente, nossa tiragem de 5 mil exemplares.

Uma luta desigual: um jornal nanico, independente, feito por um mutirão de pessoas, mas dando prejuizo. Cidade Livre, para sobreviver numa situação desfavorável como a atual, dependendo do apoio que recebe, pois a vendagem pura e simplesmente não pode nos livrar dos deficits, a menos que fizéssemos um jornal menor e já tivéssemos estrutura para arcar com uma tiragem muito maior, reduzindo assim os custos por exemplar.

Apóie Cidade Livre!

Divulgue e participe da campanha de assinatura!

Ajude na obtenção de publicidade!

Capa: Inácio da Glória (criação e lay-out), Regina Ramalho (lay-out)
Foto: Juvenal Pereira

O DRAMA DOS TRANSPORTES

FOTOS DE ANTONIO PINHEIRO

Jaymes Arede mora no Gama e trabalha no Setor Comercial Sul. Levanta-se às cinco da manhã, para tomar o ônibus as cinco e meia e chega no serviço em torno de sete horas. Nem sempre ele chega com o uniforme de trabalho em dia, pois em geral vem apertado, espremido entre os outros passageiros. Para voltar é a mesma coisa e segundo ele mesmo diz, voltar da rodoviária ao Gama em pé todo dia "não é mole".

"O preço do ônibus até que não é caro demais, pena que eles sempre andem cheios e sejam tão poucos entre 5 e meia e oito horas, que é quando o pessoal todo do Gama desce para trabalhar", afirma Jaymes. Para ele, seria preferível "pagar um pouquinho mais e não ter que enfrentar todos os dias, muitas vezes com a família, os ônibus velhos e sujos que fazem o percurso, com poltronas quebradas e soltas. Isso, quando não acontece de os ônibus quebrarem".

Adão Pamplona é jardineiro no Lago e agora está trabalhando no Plano Piloto. Larga o serviço às 20 horas e normalmente tomava o ônibus ás 20 e 50, só chegando em casa depois das 22 horas, pois o ônibus que deveria ir até a Q-I 8 pára no Gilberto Salomão. O resto do percurso ele fazia a pé.

Ele agora só tem usado as kombis, "que já são umas 40 só para servir a população do Lago." Mas não são os donos das casas, ou autoridades que moram lá que se utilizam das kombis — explica Pamplona. São os estudantes, jardineiros, pedreiros, as domésticas e outros serviçais que trabalham naquela área.

José Anastácio Correia, 38 anos, vive em Planaltina, o "melhor lugar para morar em Brasília se não fosse tão longe". De segunda a sexta, quando vem trabalhar como contínuo no Setor Comercial, as cinco e meia, e quando volta, às seis, ele enfrenta duas horas de viagem.

Viajando em ônibus cheio, muitas vezes em pé, há mais de 10 anos, Anastácio se sente cansado e com vontade de voltar para o sertão da Paraíba, mas só tem um problema: "Como é que vou sustentar minha mulher e os seis filhos, se o velho sertão já não pode nem com quem está lá?

"Pena que em Brasília não tenha eleição, que era prá gente dar vergonha a esse governo, votando contra. Esses ônibus de Brasília são um desrespeito para com a população pobre e que não pode comprar carro", desabafa **Luzia Costa**, doméstica que mora na Ceilândia Sul e presta serviços avulsos no Plano Piloto.

Luzia sai da Ceilândia todos os dias entre cinco e cinco e meia da manhã, pois o seu serviço diário consiste em limpar toda a casa, lavar e passar a roupa. "Agente tem de chegar cedo, ou não dá tempo de fazer tudo". Para Luzia, os ônibus da Ceilândia, além de sujos, apertados e velhos têm outro problema: os homens não têm o mínimo respeito pelas mulheres e não adianta reclamar para os motoristas ou cobradores, pois "eles morrem de medo de apanhar dos passageiros".

SERVE MAL e DÁ PREJUÍZO

Você trabalha no Plano Piloto e mora numa cidade satélite. Qualquer uma — Gama, Taguatinga, Brazlândia — tanto faz. O seu salário não dá para comprar um carro e muito menos a gasolina a seis cruzeiros o litro, sem falar no óleo, pneus etc.

De segunda a sexta, entre seis e oito horas de noite, você tem de voltar para casa, na sua "cidade dormitório".

No limite das seis às oito o horário varia um pouco, dependendo do chopp com os amigos, a passada rápida na loja ou qualquer coisa, mas, normalmente, é dentro desse limite, embora em alguns dias possa haver uma excessão. Entre seis e oito você precisa voltar porque tem a escola, ou a mulher que não admite abuso, outro "bico" para equilibrar as finanças, ou, simplesmente, porque está cansado e quer ir embora.

Para você que trabalha no setor bancário, comercial ou proximidades, a rodoviária é a melhor opção, mesmo sabendo que pode esperar até uma hora na fila do ônibus e depois de tudo, ir em pé, se não quiser esperar mais. Pior é para quem fica no eixo rodoviário. Os ônibus normalmente passam lotados e, muitas vezes, nem param. Quando param, não é sempre que se consegue entrar. Quem pega ônibus na W-3 enfrenta o mesmo problema, a não ser que seu ponto seja bem no princípio.

Pegar o ônibus na rodoviária, no entanto, tem um risco. Um dia, apressado, você tenta furar a fila e não vê o soldado da PM com um cassetete de madeira, de quase um metro, na mão. Se protestar contra as cutucadas que levou pode apanhar ainda mais e ser preso (sempre tem um camburão parado, normalmente, ao lado dos ônibus da Ceilândia) a não ser que o preparo físico lhe permita uma boa corrida entre obstáculos, tropeçando nos outros e se esgueirando entre as filas.

Se for menor da idade, não se iluda. Pode até não apanhar, pois os soldados da PM são astutos o suficiente para entender os olhares de indignação das pessoas, quando você grita que é de menor e não pode ser preso. Você é levado para o camburão e dependendo do humor do PM, ou do que ele julga ter sido a gravidade de sua falta, várias coisas podem acontecer: ser colocado na parte de trás — apesar de não ser permitido por lei — e deixado no juizado de menores, ou, simplesmente, abandonado em um ponto qualquer da cidade.

Quando sai de sua cidade satélite para trabalhar no Plano Piloto, entre as cinco e meia e oito horas da manhã, o problema não é diferente. Filas, ônibus apertados, viagem em pé, o cobrador que não tem troco, chuva e a falta de abrigos nos pontos, enfim uma série de coisas capazes de acabar com toda a tranquilidade obtida com uma noite de sono.

De manhã ou à tarde você enfrenta outro problema comum: o ônibus que se quebra no meio do caminho. Os outros

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

passam sempre cheios e quando param, nunca dá para entrar todo mundo de vez. Mais meia hora, uma ou duas horas de espera. O pior é quando se vem para o trabalho. A cara sempre desconfiada do patrão, como quem diz: "Vagabundo fica bebendo cachaça até de madrugada, não acorda no horário e vem com essa história de ônibus quebrado. Da próxima vez eu demito".

As linhas de ônibus executivos, já funcionando para o Gama e Sobradinho, a oito cruzeiros a passagem, não deixa de ser uma opção de transporte, mas apenas para uma pequena parcela da população dessas cidades. A maioria dos moradores, com rendimentos baixos, não tem qualquer condição de dispender, por mês, 320 cruzeiros, isto, se fizer apenas duas viagens por dia, em cinco dias da semana.

Você mora no Plano e é um previlegiado se comparar os serviços de que dispõe com os das cidades satélites. As linhas circulares W-3 e L-2 Norte e Sul e as linhas que partem da rodoviária nestas quatro direções, garantem maiores opções de deslocamento, ao contrário de Planaltina, por exemplo, onde só existe uma linha ligando-a ao Plano Piloto. O tempo médio de espera nas filas dos ônibus da TCB também são menores, entre 15 e 30 minutos nas horas do "rush".

Apesar da superioridade em relação às cidades satélites, e que inclue ônibus mais modernos e eficientes, como os de três portas, os serviços da TCB estão longe de atingir um nível ideal. Para se ir da L-2 para a W-3 Norte, tem de se percorrer toda a W-3 Sul ou L-2 Norte, no grande circular, ou, então, tomar dois ônibus, com baldeação na rodoviária. Não existe qualquer ligação das áreas residenciais para os setores Bancários e Comercial.

Apesar das pequenas distâncias no Plano e da inexistência de congestionamento nas vias de tráfego, a TCB ainda não conseguiu armar um esquema que evitasse a superlotação dos ônibus nos horários de maior movimento, antes e depois do expediente normal dos trabalhos.

Vale ressaltar, também, que boa parte dos moradores do Plano que se utiliza dos transportes coletivos, o faz nos veículos mantidos diretamente pelos órgãos públicos da Capital, o que contribui sobremaneira para desafogar os ônibus da TCB.

DAVID RENAULT

gdf não quer comprar viplan

A Viplan — a maior das três empresas particulares de Transportes Coletivos de Brasília — quer vender suas linhas de ônibus, pois só em 1976 teve um prejuízo da ordem de oito milhões de cruzeiros, segundo o seu diretor-presidente Wagner Canhedo. Ele propôs ao GDF que comprasse a empresa, mas, até o momento, não obteve qualquer resposta.

Na opinião de Canhedo, a exploração das linhas de transportes coletivos do Plano Piloto para as cidades satélites é "um péssimo negócio, pois as tarifas não compensam os gastos operacionais das empresas". Os representantes da Pioneira, a outra empresa que explora os serviços das cidades satélites, também se queixam dos prejuízos operacionais.

Os problemas apontados para os prejuízos são os mesmos: as longas distâncias entre o Plano e as cidades satélites; o baixo índice de ocupação dos ônibus a maior parte do dia, com exceção das horas que antecedem o horário normal de trabalho e depois do expediente; e a inexistência de passageiros intermediários, o que elevaria o índice de ocupação dos coletivos. Para compensar estes fatores haveria a necessidade de se fixar tarifas mais altas, de acordo com os empresários.

Tanto os empresários como o Governo entendem que a população das cidades satélites não pode arcar com tarifas muito elevadas, pois a maior parte tem baixa renda. Como resolver este problema?

NÚCLEO PAGA GAMA

Cobrar tarifas mais caras nas linhas mais próximas do Plano para compensar os gastos das empresas nas linhas mais distantes é uma saída que vem sendo tentada pelo Governo, mas, sem resultados satisfatórios, segundo os empresários. A Viplan, por exemplo, tem uma tarifa de dois cruzeiros para o Núcleo Bandeirante, distante 19 quilômetros, enquanto a do Gama, 40 quilômetros, custa dois cruzeiros e sessenta centavos, o mesmo preço cobrado para Planaltina.

As linhas mais curtas dão lucros, mas não cobrem o déficit das mais distantes, afirma Wagner Canhedo. Para ele, só há uma solução para a melhoria dos sistemas de ônibus das cidades satélites: é o Governo adquirir as empresas e subvencionar as tarifas, pois a iniciativa privada, que por sua própria natureza visa o lucro, não tem condições de oferecer um bom serviço. O GDF, no entanto, não manifestou intenção de comprar a Viplan ou Pioneira.

O Governo quer que as empresas façam milagres. Quer melhorar os serviços sem aumentar as tarifas e isto é impossível. Estamos arrecadando menos do que gastamos e, se continuar assim, os serviços, que já são deficientes, irão piorar ainda mais — desabafa Canhedo.

AS ETERNAS TARIFAS

— As empresas concessionárias precisam entender que é necessário melhorar a qualidade dos seus serviços; dar mais conforto e rapidez aos usuários — afirma o GDF.

— O Governo tem que subvencionar as empresas particulares para que as tarifas cubram os custos reais dos serviços, ou então, comprar as empresas e explorar o serviço por conta dele. Não há outra solução — desabafa Wagner Canhedo.

Enquanto as discussões entre o GDF e os empresários privados se arrastam, a população das cidades satélites vê, a cada dia, aumentar o número de passageiros por ônibus e o tempo gasto na viagem. Os veículos são cada vez mais velhos e deficientes e os itinerários mais distantes de sua residência.

Para os empresários, toda a precariedade dos serviços de ônibus para as cidades satélites deve-se a discrepância entre as tarifas fixadas e o custo real do transporte por quilômetro. No cálculo do custo do transporte consideram-se os gastos com a manutenção do veículo; o consumo de óleo diesel; pneus; peças de reposição; encargos sociais; gastos com pessoal etc. Dividindo-se o custo do transporte pelo número de passageiro por quilômetro, tem-se uma base para a fixação da tarifa.

Os empresários alegam que as tarifas são irreais porque o índice de passageiro por quilômetro tomado por base não corresponde a realidade. Este índice refere-se ao total de lugares oferecidos por dia em cada linha, mas, na verdade, a ocupação desses lugares atinge apenas a metade.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP
CEDEM

O grande problema é que o movimento entre o Plano Piloto e as cidades satélites concentram-se nas duas horas que antecedem o expediente normal dos serviços e nas duas horas depois desse expediente. Nos outros horários é comum ônibus trafegar com 10 passageiros.

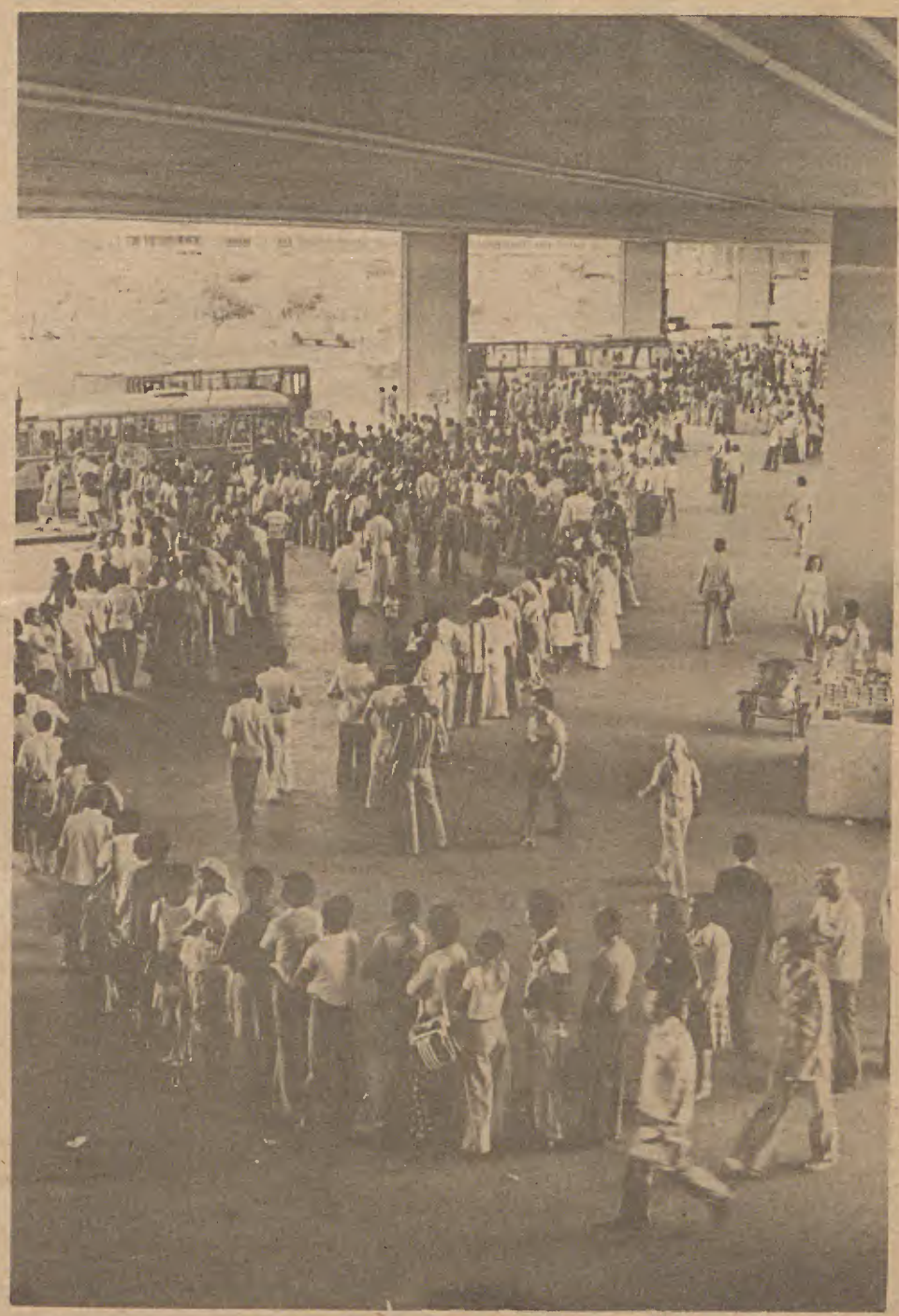
Como a frota das empresas que atuam nas cidades satélites não é grande, nas horas de maior movimento, os ônibus têm de voltar ao ponto de origem para apanhar mais passageiros e esta volta normalmente é feita com os veículos praticamente vazios. Segundo os próprios empresários, transportar mais de 100 pessoas por veículo nos horários movimentados, não compensa os gastos operacionais com as viagens em que o movimento é baixo. Isto, sobretudo, devido as distâncias entre o Plano Piloto e as cidades satélites. O Gama, por exemplo, tem 40 quilômetros.

A característica do passageiro de Brasília é outro fator apontado como causa do baixo rendimento operacional dos ônibus das cidades satélites. É o chamado "chumbinho", que entra no ponto de origem e desce no final da linha. Não existe o passageiro intermediário, como em outras cidades, responsável pela constante renovação da lotação e consequente maior entrada de dinheiro em caixa.

AS LINHAS DO PLANO PILOTO

— Tem uma super tarifa e um alto índice de ocupação. Tanto que a TCB (empresa do GDF) não tem déficit operacional. Ela se mantém só com a exploração dos serviços — afirma Wagner Canhedo.

— As linhas da TCB foram escolhidas a dedo, deixando as empresas privadas nas piores linhas que existem. A empresa só ganha dinheiro no entra e sai do passageiro, como ocorre nas linhas do Plano Piloto— Benedito Pereira Santana, presidente do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Brasília, ao qual se vinculam os motoristas de táxis.



POR QUE O PREVILÉGIO DA TCB?

Há alguns anos, a empresa explorava as linhas do Plano e das cidades satélites. Como forma de tentar fixar a população nestas cidades e também para beneficiar quem tinha menor renda e consequentemente não tinha acesso às moradias do Plano, as tarifas dessas cidades eram mais baixas, subsidiadas pelas linhas do Plano. Com o tempo, o custo real do transporte e a tarifa cobrada ficaram muito defasadas, e o GDF, com o constante déficit da TCB, abriu concorrência e transferiu as outras linhas para a iniciativa privada, ficando apenas com as do Plano, que sempre foram rentáveis.

As precárias condições dos serviços de ônibus para as cidades satélites provocaram o surgimento de outra modalidade de transporte em Brasília. Embora ilegais, os carros de aluguel proliferaram nos últimos tempos e hoje, as kombis que fazem a ligação do Plano com cidades satélites são um importante meio de transporte para a população do DF, pois circulam com freqüência.

Há kombis fazendo lotações para todas as cidades satélites, para o Paranoá, vilas e até mesmo invasões. Para qualquer lugar, o prèço médio é de 10 cruzeiros, mas pode variar, um pouco mais ou menos, dependendo do horário, do número de passageiros etc. Nos horários em que os ônibus normalmente andam cheios as kombis podem ser vistas nos postos apanhando passageiros. Embora em número menor, os carros pequenas também fazem lotações.

Para muitos usuários, as kombis deviam ser regulamentadas pelo Governo, pois são mais baratas que os táxis, já que carregam mais pessoas de uma só vez, e realmente são uma opção de transporte, principalmente em dias de chuva, ou de madrugada. Mas há quem não concorde com isto.

O sindicato que congrega os motoristas de táxis já enviou ofício ao Detran, à Secretaria de Segurança Pública e ao próprio Ministério da Justiça, para encaminhamento ao Conselho Nacional de Trânsito, protestando contra a atividade, mas, como afirma o seu presidente, Benedito Pereira Santana, "não adiantou nada, pois as viagens das kombis continuam como antes".

Carregando de 14 a 15 passageiros por viagem, nem todos sentados, é claro, as kombis deverão prosseguir nas suas atividades, pelo menos enquanto os ônibus continuarem como são hoje. Nem a institucionalização dos táxis-lotação por parte do GDF deverá provocar o fim das kombis, pois os motoristas de táxis, segundo o presidente do seu sindicato, não terão interesse em fazer as lotações, a não ser para os seus pontos de origem, já que os preços a serem fixados não compensarão os gastos com as viagens.

Benedito Santana cita um exemplo: Se o motorista sai à procura de passageiro e consegue uma lotação para Sobradinho, por exemplo, sendo que este motorista mora no Gama, esta lotação não compensa, pois terá de voltar vazio, com grandes prejuizos.

UNB: ENSINO PAGO?

Na UnB, o aluno que precisar tirar a 2ª via do diploma vai ter de pagar 5 mil cruzeiros. Aliás, neste início de ano os alunos foram recebidos com uma tremenda tabela de preços para os serviços de secretaria, proibição de promoções culturais, aumento de preço do Bandejão, ameaça de jubilamento para mais de 600 estudantes, obstáculos para o funcionamento do Diretório Universitário e muitas outras novidades. Por essas e outras, os alunos já estão convencidos de que, para a Reitoria, a Universidade de Brasília é uma maravilha: o que estraga são os estudantes. E eles têm uma pergunta: será que estamos caminhando para o ensino pago?

TABELÃO

A Tabela veio pela instrução 06/76, assinada pelo reitor José Carlos de Azevedo:

"O Presidente da Fundação e Reitor da Universidade de Brasília, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE

Instituir, a partir do primeiro período letivo de 1977, a cobrança de taxas para os serviços prestados pela UnB, de acordo com os valores e especificações discriminados abaixo:

Cópia de documento arquivado (por folha) . . . . . Cr$ 2,00
Programa de disciplina cursada (por disciplina) . . . . . Cr$ 5,00
Declaração (1a. via) . . . . . .Cr$ 20,00
Emissão parcial de histórico escolar. . . . . .Cr$ 50,00

Pedido de mudança de opção . . . . . .Cr$ 100,00
Trancamento geral de matrícula (justificada) . . . . . .Cr$ 100,00

E vai por aí afora, até atingir o preço máximo de 5.000,00 pela 2a. via do diploma.

O curioso, no entanto, é que existe um parecer do Conselho Federal de Educação, aprovado em 6 de outubro de 1975, que está em vigor, que determina: "a taxa pelo fornecimento da 2ª. via do diploma não pode, em hipótese nenhuma, ser superior à fixada para expedição e registro do diploma e esta não pode passar de Cr$ 300" (JB, 20.1.77). Quer dizer: existe alguma coisa de estranho em todo esse lance. O que não se entende é a diferença entre o limite fixado pelo CFE e o preço cobrado pelo reitor. Que manteve o preço, apesar de conhecer a determinação.

Inclusive, a situação chegou a tal ponto que, nas filas de matrícula, os funcionários da Universidade não hesitavam: "olha a tabela". Se o sujeito estivesse sem dinheiro não conseguia nem uma declaração de que é aluno. Alguns alunos chegaram até a reclamar a presença da SUNAB, quando souberam que a 2ª via da carteirinha de estudante vai custar 200,00. Por falar em carteirinha de estudante, depois de tirar a fotografia, os alunos tinham que tirar uma outra foto com o número da matrícula no peito. Talvez nem Deus saiba onde vão parar essas fotos.

BANDEJÃO

Outra recepção de estilo: o preço do bandeijão, também conhecido como Palácio da Fome, aumentou de 5 para 8 cruzeiros. A qualidade da comida já mereceu uma definição: "o bife de ontem é o bolinho de hoje e o picadinho de amanhã."

De acordo com uma nota que foi distribuída pelos representantes estudantis, "anteriormente o estudante pagava 33% do custo da refeição, ou seja 5 cruzeiros (custo de 15 cruzeiros). Com o atual preço de Cr$ 8,00 a percentagem paga pelo estudante passa a ser 43% (custo de 18,70 por refeição), sendo que existe uma subvenção de 2/3 do custo pago pelo MEC. Basta calcular: 2/3 de Cr$ 18,70 dá Cr$ 12,50. Portanto, a confiar nos dados, o preço cobrado deveria ser Cr$ 6,20.

Além disso, os alunos argumentam que o aumento do custo de vida foi de 46% e o preço do Bandeijão subiu 60%.

Por outro lado, em uma outra nota, informação: a percentagem da verba destinada à educação no Brasil é de apenas 4,4%. Detalhe: é a menor taxa da América Latina. No Paraguai, a percentagem é de 18%, na Bolívia 25% e em Trinidad Tobago 9,7%.

JUBILAMENTO

Mas, além desse arrocho, também o fantasma do jubilamento ronda a cabeça dos alunos. Ano passado, foram jubilados cerca de 600 estudantes, ou seja, entre seis e sete por cento do corpo discente da Universidade. Para este ano, o número de expulsões esperado é maior. Detalhe: o aluno jubilado perde todos os créditos, de tal forma que, se fizer novo vestibular, será a mesma coisa que nunca houvesse estado numa escola superior, sendo obrigado a refazer disciplinas anteriormente cursadas.

Para que jamais se saiba o número exato de alunos jubiiados, a UnB envia cartas individuais a cada um. Antigamente, as listas eram publicadas nos jornais da cidade e eram do conhecimento público. Uma restrição ao jubilamento, feita pelos próprios alunos: se é público e notório o baixo nível de nossas escolas de primeiro e, principalmente, de segundo grau, agora profissionalizantes, como exigir do aluno conhecimentos que o ensino não lhe dá?

E tem mais: qualquer conferência que seja organizada pelos estudantes precisa ser submetida à aprovação da reitoria, juntamente com um curriculum vitae do conferencista, com 15 dias de antecedencia, o que dificulta tremendamente sua realização. Mesmo porque alguns conferencistas se negam a cumprir a exigência.

COM A PALAVRA O D.U.

Para os representantes da chapa "Construção", "há uma contradição básica entre os interesses dos alunos e os da administração universitária, o que se reflete na imposição de taxas para quaisquer serviços prestados pela UnB, aumento do Bandejão, fim dos alojamentos femininos, alteração do currículo dos cursos, que se tornam cada vez mais inadequados. Então, fica nítida a contradição entre o que nós queremos e o que eles querem".

Os dirigentes da Chapa Oficina acham que "todos os problemas que surgem aqui na Universidade não são desvinculados da situação a que está submetida toda a população e, assim, só serão resolvidos quando a população intervir por sua solução. Quando o povo não pode se expressar, o estudante também não. Os dois juntos precisam brigar para conquistar liberdade de organização e de expressão."

Para a Chapa Oficina, a atividade central do Diretório Universitário, deveria ser a promoção de discussões dentro e fora da Universidade, "no sentido de demonstrar a influência da sociedade de forma geral na vida estudantil e na UnB especificamente".

Cidade Livre entrevistou a atual diretoria do Diretório Universitário. (Chapa Unidade).

C. Livre — Quais os obstáculos que vocês têm sentido por parte da Reitoria da UnB?

D.U. — "Entre os interesses dos estudantes e os da reitoria existem contradições que dificilmente deixarão de existir, enquanto persistirem dentro da universidade atitudes como o tolhimento à liberdade de os alunos questionarem por exemplo o nível de ensino, jubilamente, censura às promoções culturais e decisões tomadas unilateralmente sem uma consulta prévia e democrática aos estudantes. Entre os estudantes e a Reitoria não existe diálogo e quando esta se manifesta é para ameaçar ou expulsar aqueles que de uma forma ou de outra expressam o descontentamento da maioria dos alunos. Não nos esqueçamos, porém, que a Reitoria é simplesmente a expressão de uma situação política em que estamos inseridos, sendo portanto o porta-voz dessa situação dentro da Universidade."

As três correntes, Oficina, Construção e Unidade) concordam que medidas como a imposição de taxas, critérios de jubilamento, orientação do vestibular, crédito educativo, etc, visam a implantação do ensino pago. Outro ponto de concordância: a necessidade de entidades estudantis independentes que tenham condições reais de interpretar e batalhar pelo interesse dos alunos.

ANTIGAMENTE...

Lembram eles o tempo anterior ao Decreto 477, quando funcionavam os Direitórios Acadêmicos, autônomos e com renda própria (emitiam as identidades estudantis). Mas em 1969, os diretórios foram fechados, ao mesmo tempo em que se processavam importantes mudanças nos rumos da Universidade. Ênfase absoluta aos cursos de natureza técnica, ênfase absoluta ao silêncio imposto aos alunos. Ninguém falava nada. Começou-se a dizer que sem diretório não havia bagunça, que havia tranquilidade e calma na universidade. Era necessário, entretanto, pelo menos do ponto de vista formal, que houvesse entidades estudantis. (Da mesma forma que permaneceu o arcabouço democrático do país, ainda que desativado.)

Foram criadas as Representações Estudantis, previamente definidas como de auxílio às tarefas administrativas da Universidade, impossibilitadas de apontar erros e discordar da orientação da Reitoria. As REs que a direção da universidade queria eram para representar a reitoria diante dos alunos e não para representar os alunos diante da reitoria.

Só que a grande maioria dos alunos se recusou a participar desse esquema, gerando-se o fenômeno chamado de "apatia". Em 1974, no entanto, com a criação do Conselho Provisório de Representantes, à revelia da administração universitária, cresceu o índice de participação e mais de 90 por cento dos alunos compareceu à votação, elegendo os representantes estudantis.

Foi nessa época que se intensificou a luta pela criação do Diretório Universitário, finalmente conseguido em 1976.

Só que, na verdade, esse DU, está privado de uma série de condições fundamentais para realizar um trabalho de autêntica representação dos interesses estudantis: a verba não aparece, os cartazes colados são retirados de noite pelos vigilantes, as promoções culturais recebem todo tipo de obstáculo.

(A.P.G.)

CHAKRA
filmes - fotos - som - publicidade cinema
ed. venancio jr ss/01 lj. 07 sds
fone 24 3311 brasilia d.f.
chakra produções artísticas e comércio ltda.

OFICINA São Paulo
lanternagem e pinturas
W-2 SUL, 513 Bl. C Fone: 42-6252

INFORMAÇÃO

Breve voltará às bancas o nanico **Informação**, de Porto Alegre, agora transformado em revista mensal. Circulando pela primeira vez em julho do ano passado, o **Informação** logo se destacou como um combativo semanário político, ligado aos setores mais autênticos do MDB gaúcho. O seu programa vinha expresso no primeiro editorial: 1) estabelecer um laço de união entre as correntes mais avançadas da oposição, que não é única nem homogênea; 2) tentar formar em meio aos estudantes, profissionais liberais e intelectuais, uma consciência que fugisse ao mesmo tempo das idéias entreguistas do Governo e das idéias conciliadoras das cúpulas do MDB. O semanário entrou em recesso no começo deste ano, devido exclusivamente a problemas econômicos, e os seus editores chegaram a concluir que o jornal era inviável, optando pelo seu fechamento. Porém, depois de uma ampla discussão, o pessoal resolveu dar a volta por cima e o **Informação** vai continuar, agora como revista. O endereço: Rua Miguel Tostes, 753 – 90.000 – Porto Alegre, RS.

LATA D'ÁGUA NA CABEÇA

As crianças cantaram "Este é Um País Que Vai Prá Frente", e fizeram um verdadeiro carnaval, sob uma forte ducha de água, quando o presidente Geisel deu por inaugurado o Reservatório de Águas do Sistema do Rio Descoberto. Obra faraônica, responsável pelo abastecimento de Ceilândia e Taguatinga, e reforço ao do Plano Piloto.

A festa foi solene e o governador Elmo Serejo discursou e garantiu: "Nunca mais faltará água em Ceilândia".

Quem voltou aquela cidade, no dia seguinte, se deparou com carroceiros que vendiam um tambor de água ao preço de 15 cruzeiros; mulheres e crianças carregando latas de água na cabeça ou empurrando carrocinhas; grupos de pessoas brigando para apanhar água num poço lamacento da quadra 19 (quadra famosa, que anda na boca dos ceilandenses que contam: "lá se mata um, e deixa o outro amarrado para o outro dia").

Uma moradora, com uma lata de água equilibrada na cabeça (de tanto carregar,, tornou-se tão destra quanto qualquer equilibrista) – comentou esperançosa: "ah! o presidente teve aqui. Eu num sabia não! De certo agora a água vem, né?! pois se ele, em pessoa, teve aqui..." E concluiu: "Deus ajude que a água venha, pois sou lavadeira e tenho quatro crianças para alimentar. Sem água, eu fico sem a ferramenta do meu serviço". (MRC).

DOIS PONTOS

O florescimento de jornais nanicos expressa a disposição ao debate e a necessidade de construir canais de expressão longe das rédeas e compromissos estranguladores da grande imprensa.

A independência é paga com algumas dificuldades, que podem ser econômicas ou não, mas sempre políticas. Atualmente, o jornal **Dois Pontos**, *ligado ao DCE Livre da USP, enfrenta uma batalha com o Secretário de Segurança do Estado, que – na intenção de fechá-lo – o acusa de receber colaboração de presos políticos.*

O centro da questão, também chamado bode expiatório, é a publicação de duas xilogravuras no nº 6 do jornal, que "teriam procedência do Presídio Político de SP". Na verdade, apenas a reprodução de xilogravuras afixadas em todo o campus da USP por ocasião do Ato Público Pela Anistia, realizado em julho passado, do qual participaram cerca de 1.500 pessoas.

Existem também desconfianças sobre a sustentação econômica do jornal, o que o nº 5 explica: para a formação do jornal foram feitas feiras de livros e jornais velhos, além de uma rifa, o que resultou em mais de 6 mil cruzeiros, cobrindo o custo do primeiro número. Cinco mil exemplares a 3 pratas deu pra pagar o segundo, e assim por diante. Fica claro que o mato não tinha coelho, como queriam os sofistas contemporâneos.

O **Dois Pontos** *é uma conquista do Movimento Estudantil brasileiro e todos que lutam pela palavra livre. Qualquer atitude repressiva contra o* **Dois Pontos** *deve ser respondida por todos nós e de nós exige maior clareza política, além de muita fibra, e – por que não? – coração. (CAA).*

QUE JORNAL É ESSE?

Outro dia, logo depois que a SHIS despejou meia dúzia de famílias no Guará II, a gente conversava com um advogado, funcionário da SHIS, enquanto esperava para falar com o superintendente. Foi aí que o Adauto, fotógrafo do **correio Braziliense** e morador da Ceilândia, jogou verde pra colher maduro:

– Doutor Neil, a SHIS tá pensando em construir casas na Ceilândia?

O advogado coçou a cabeça e respondeu, brincando:

– Ah, não, por enquanto não. Sabe como é, aquilo alí é uma bagunça, moram 3,4 famílias em cada lote. Você vai construir uma casa ali, cheio de menino passando por baixo, e deixa cair um martelo na cabeça de um moleque daqueles, depois sai a manchete nesse jornal aí, o **Cidade Livre**: SHIS ASSASSINA CRIANÇA!

Todos nós rimos com a piada (?), e o advogado completou:

– Quem faz esse jornal é o pessoal do **Correio do Planalto**?

Para o pessoal da SHIS, leitores do **Cidade Livre** desde o número zero, quando uma das matérias tratava da especulação imobiliária no DF, vai uma explicação: **Cidade Livre** não tem nada a ver com o ex-**Correio do Planalto**, a turma toda é bem outra e apenas tenta fazer um jornalismo popular na forma e no conteúdo. (LCM).

CHAPADA DO CORISCO

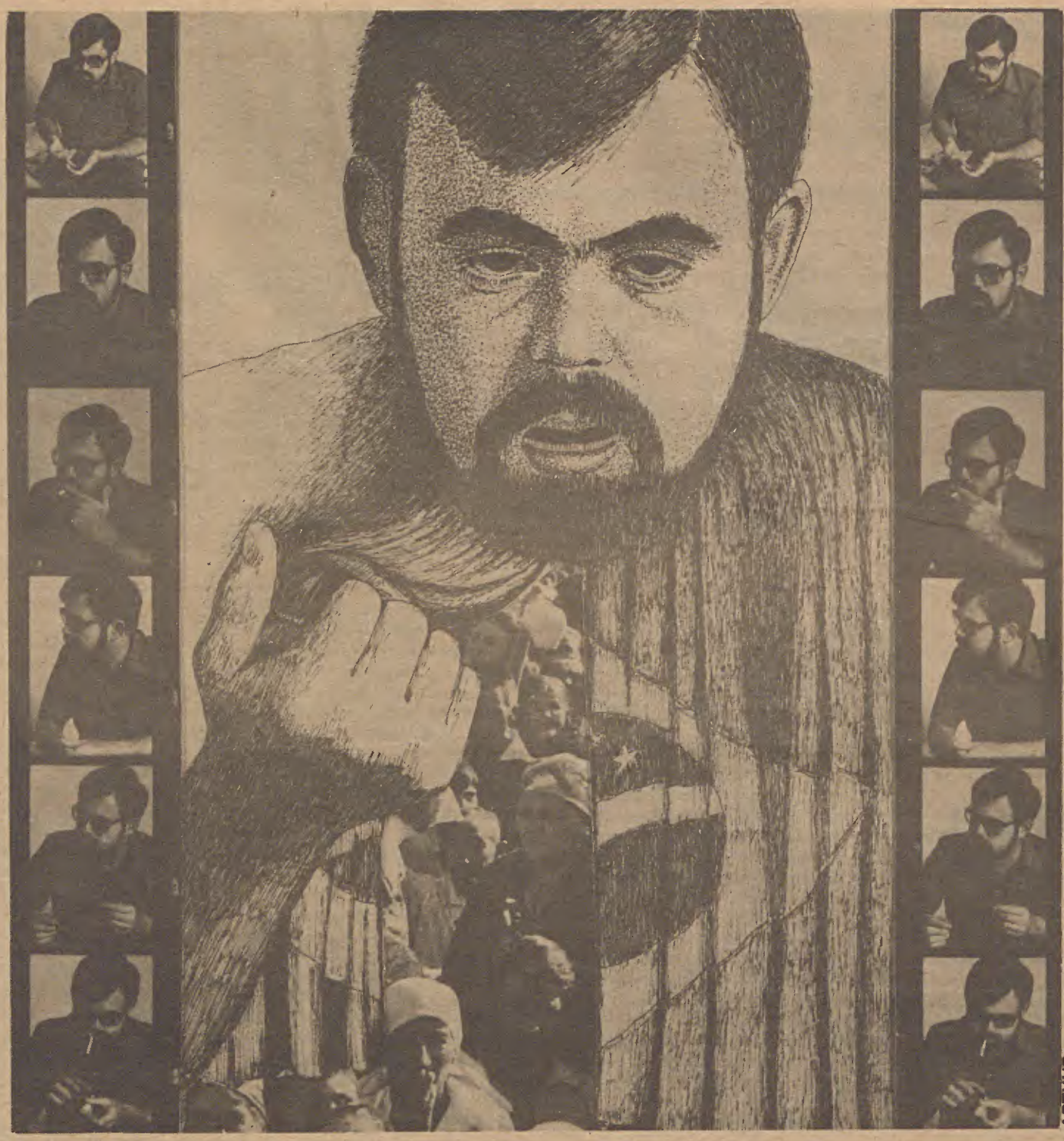
Um jornal de texto, fotos, quadrinhos, cultura e jornalismo. Com muita garra e humor. Não é do extinto **Ex** *que estamos falando, mas sim do* **Chapada do Corisco**, *nanico editado em Terezina, Piauí. Jornalzinho de muito fôlego, que veio para ficar. Gente como o João Antônio, no Rio, o Wander Pireli, em Minas, e nossa colega Ana Lagoa, em Brasília, são alguns de seus correspondentes, só para você ter uma idéia. Escrevam, o endereço é Rua São Pedro, 1750 – 64.000 Terezina Piauí – Editora Nossal.*

LUXO INÚTIL LUXO

Inaugurado no final do ano passado, o novo Posto de Urgência do 1o. HDB (atual Hospital de Base) enche a vista da população pelo seu porte, seu luxo, pela sofisticação da aparelhagem de som. Poderiam até cobrar ingresso para visitas turísticas, como faz a Administração do Aeroporto Internacional do Galeão.

Os equipamentos também, novinhos, importados, caros, delicados não estão tendo até agora utilização à altura de seu preço, ao que se informa. Três aparelhos de raio X recém-adquiridos ainda estão encaixotados desde a inauguração do pronto Socorro porque não há técnicos para montá-los e operá-los.

Enquanto isso, as radiografias de urgência estão saindo a longo prazo no Posto de Emergência. Só há um aparelho do raio-X funcionando, transportado do velho P. S. do Distrital. No mínimo, três horas de fila, seja seu caso urgente ou não. (SC).



ARTHUR

Artur Cesar Borba
e Eliane Motta

JOSÉ ARRABAL E O TEATRO DO POVO

Crítico teatral da revista Visão e semanário Opinião, José Arrabal falou a C. Livre quando esteve em Brasília acompanhando o Festival do Teatro Amador. Em seu depoimento, Arrabal foi além do papo sobre teatro no Brasil, assunto que entende demais. Partir para analisar com frieza e lucidez o que aconteceu e o que acontece hoje com a cultura brasileira.

O problema se dá na medida da falência do teatro empresarial, do teatro comercial, chamado teatro profissional, de bilheteria, de atender às necessidades e perspectivas de um teatro popular no país. Acontece que o teatro empresarial, malgrado as posições políticas que ele toma publicamente, desde "Gota D'Agua" até "Gaiola das Loucas", desde um teatro mais progressista até uma porno-comédia, este teatro se transformou num teatro de grande investimento, um teatro de grande lucro, comprometido com a bilheteria. Além deste comprometimento ele está sendo, pouco a pouco, guiado em suas posições políticas já que ele é, quase todo, financiado pelo Estado. O Estado está paternalizando e embora, indiretamente, não determine nenhuma posição política para o espetáculo, na medida que ele dá 400 mil cruzeiros para um espetáculo desses – e o empresário dá mais 400, pois interessa a ele investir 800 na montagem para que tenha uma bilheteria que lhe dê um lucro considerável para esse investimento – ele não vai arriscar o seu trabalho a nível de um teatro popular. Então ele vai se enclausurar na grande casa de espetáculos, ele vai se comprometer com o Sistema, com o Regime embora esse comprometimento possa ter níveis diversos. Ele pode até criar uma linguagem de teatro popular muito própria e muito assimilável tanto pelo Sistema como pelo Regime.

Então, eu como crítico e observador da realidade, não vejo mais possibilidades desse teatro empresarial atender às aspirações de um teatro mais crítico, transformador da realidade, transformador de mentalidades, enfim, se relacionando com a platéia segundo os interesses da platéia, mas de uma forma menos acomodada. Evidentemente que eu não tenho compromisso com bilheteria de espetáculo nem com produtor nenhum. Tenho compromisso com o teatro enquanto arte ligada à História da humanidade e à própria História da Arte, e vejo que a gente tem que mudar de pólo. Vejo que eu tenho que me inserir no movimento. Acho que o crítico, se ele não quer ser mero propagandista de espetáculos, tem que se inserir, no movimento de teatro. E se inserindo no movimento a nível histórico, eu vejo que o teatro que tem hoje, condições de fazer este teatro crítico, é o teatro não empresarial. E não vejo isso apenas como observação teórica geral, vejo através de experiências práticas.

Tenho viajado pelo Brasil afora dando cursos a convite de grupos, analiso os trabalhos de cada região, vejo as limitações e vejo o movimento no Maranhão p. ex., que é dirigido pelo Tácito e cujo carro-chefe é mais ou menos o Laborarte (Laboratório de Atividades Artísticas), onde há uma preocupação fundamentada em se fazer um teatro, não de forma paternalista, para o povo, mas sim de se aproximar e paulatinamente fazer com que esse teatro se transforme em teatro do povo. Vá até se definindo muito além da própria concepção genérica de povo.

Então você vai no Laborarte e vê que eles estão pesquisando falar com o teatro, mas não com a fala de um ator pequeno-burguês para um público proletariado ou campesino, ou coisa assim. Ele está pesquisando a língua desse povo e não está se importando com o grande lucro, com a bilheteria, não. Ele está se importando em transformar a mentalidade do grupo e paulatinamente a mentalidade do próprio espectador. É isso que acontece no Maranhão.

Eu vou ao Paraná – um estado com características completamente diferentes, quando viajo fico impressionado, o Maranhão é um "país" e o Paraná é outro – e encontro um grupo de pessoas que está voltado a fazer coisa parecida. No Paraná você encontra um grupo de pessoas, distribuídas pelo estado, que estão voltando as suas proposições também num sentido histórico. Fazendo aquilo que o teatro das capitais não faz, que é a crítica do teatro popular brasileiro, a autocrítica.

A autocrítica que eu digo é o seguinte: o teatro popular brasileiro teve o seu momento mais importante antes de 64 com os Centros Populares de Cultura, o Grupo Opinião, Arena. E isso não foi feito em termos de autocrítica porque a História não permitiu: houve uma ruptura violenta. E a gente sabe perfeitamente que por mais louvável que tenha sido na época o trabalho do Vianinha, o trabalho do Boal no Arena, do João das Neves, do Paulo Pontes, eles estavam enchafurdados numa ideologia populista, de aliança da burguesia nacional com o proletariado, e enchafurdados de uma prática paternalista com as classes oprimidas. Inclusive daí vem a expressão "classes menos privilegiadas", como se existisse uma questão de menos ou mais privilégios.

Eles não vanguardiavam porque o populismo – depois a História provou – não era do interesse das classes trabalhadoras. Ele era do interesse das classes dominantes, era o arranjo para sustentar a situação de classes do país. Era

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

rebocado pelas classes dominantes, embora em termos morais, digamos assim, ele tenha produzido os homens mais importantes do teatro brasileiro, ainda. Agora, alguns têm e outros não, consciência disso tudo porque a História não permitiu. Que prática eles tiveram para alterar essa consciência? Foram castrados. O Boal tem, mas o Boal arranjou isso no movimento de teatro não empresarial da América Latina, no Perú, no Chile da época de Allende, na Argentina. O Boal não conseguiu isso no Brasil como você pode querer que o Guarnieri, por exemplo, chegue a ter esta consciência crítica do próprio trabalho, uma autocrítica rígida, se ele não tinha nenhuma conjuntura de movimento. Por isso que eu faço questão de me inserir no movimento para eu levar as minhas rupturas através desse movimento. Agora, acontece que eu sou um crítico e o Guarnieri é um dramaturgo, ele vive de dramaturgia, quer dizer, ele não pode abandonar o Sistema e a atividade profissional dele. Isso tudo deve se levar em conta, não se pode tomar uma posição moral contra ele. E eles vão romper, vão dar o pulo. Tanto que eles têm a maior simpatia pelo movimento de teatro não empresarial.

Mas isso tudo foi um parêntese. Voltemos ao Paraná. Lá você encontra um grupo de estudantes também se aproximando das periferias, também buscando a linguagem da periferia, com muito mais dificuldades que no Maranhão, porque a pequena burguesia do Paraná é muito mais afastada da priferia do que a do Maranhão, que quase que não existe enquanto pequena burguesia.

Você vai a São Paulo e encontra quarenta grupos de teatro não empresarial trabalhando na periferia da cidade e alguns deles já vivendo em áreas específicas dessa periferia. Então você começa a sentir que a ruptura com o paternalismo e com o populismo já começa a haver. A autocrítica do movimento CPC, do teatro de antes de 64, começa a ser levada adiante. O teatro começa a deixar de ser um teatro para determinada classe social para ser um teatro do próprio povo, saído dele. Estes grupos de São Paulo, por exemplo, que estão bastante avançados, eles não apenas apresentam o espetáculo, mas desenvolvem um trabalho de criar grupos em cada comunidade. E o Tácito também faz isso no Nordeste. Dentro desse mesmo enfoque eu conversei aqui em Brasília com um rapaz que está começando um trabalho numa das áreas de periferia daqui. Se não me engano na Ceilândia. O rapaz está se mudando para Ceilândia, criando um grupo lá, fazendo uma transformação da mentalidade dele que é um pequeno burguês; trabalhando com a linguagem do ator dele que é um morador da Ceilândia; discutindo os problemas desse morador a partir da sua própria vivência.

Mas isso tudo está dentro de uma perspectiva histórica e assim como a gente vê estes trabalhos incríveis no Maranhão, São Paulo e Paraná, se vê também grupos de teatro não empresarial montando peças da década de 30, dramalhões lacrimosos. Teatro não empresarial, feito por vedetes e estrelas, com perspectiva de se transformar em empresa, visando a capitalização do seu grupo e não um trabalho cultural. Nessa hora é que eu acho importante a criação da FENATA e a criação das federações regionais por que vai, de certa forma, estruturar, organizar, e associar diversas modalidades de grupo. Nessa hora é que eu acho importante uma mostra de teatro amador como a que houve em Brasília, organizada pelo Chico Expedito e pelo pessoal da federação local que permite que grupos mais atrasados se confrontem com grupos mais avançados, troquem idéias, vejam até onde um foi e até onde ele pode ir. E a associação em federações vai permitir o debate conforme as necessidades regionais de acordo com a necessidade nacional. Eu não tenho medo dessa associação nacional e a incentivo e estou sempre junto, por que conheço bem quem está no trabalho de coordenação dela. São pessoas que trabalham com grupos que estão na vanguarda desse movimento. São pessoas de uma lucidez incrível, por causa da sua vivência. Optaram mesmo. Por exemplo: no Maranhão tem um rapaz, Alto Leite, que apresentou a pouco tempo, no Rio, um espetáculo belíssimo chamado "Tempo de Espera", não empresarial, ele teria tudo para se transformar num grande diretor, num diretor de empresa de teatro até chegar a diretor de novela da Rede Globo, uma carreira completa enfim, com muitos automóveis e férias nas Bahamas, e fez uma opção: termina a temporada no Rio e volta para o Maranhão para continuar o trabalho dele junto às favelas de palafita. Esse tipo de opção não é uma opção moral. E é aí que eu acho a diferença entre a opção do Arena, CPCs, etc, que era uma opção moral, paternalista, redentorista. Eles eram redentores, uma espécie de doença infantil do populismo, digamos assim. E o populismo era o câncer infantil da sociedade brasileira, a leucemia da História do Brasil (risos).

Então esse Aldo não faz uma opção moral, ele tem uma vivência e esse trabalho é vital para ele, uma forma dele sentir prazer diante do mundo, autenticamente. Esse rapaz larga todas as oportunidades que o Sistema lhe oferece e volta deixando para trás todos os aplausos, ganhou prêmios e mais prêmios, todas as críticas elogiosas, foi badaladíssimo e tal. Fatos como esse vão acontecendo em vários lugares desse país. E essas pessoas estão na coordenação da FENATA, o que inspira confiança na gente de apoiar essa associação. Porque muitas vezes a gente poderia pensar: será que é tempo? Será que não seria melhor deixar um certo espontaneísmo? Porque toda a associação implica numa institucionalização que sempre cai numa ambigüidade de absorção pelo regime. Você vê o Tácito falar: "Por enquanto os diretores da FENATA são ainda diretores de grupos porque as bases ainda não estão preparadas, não cresceram ainda". Embora no caso do Tácito as bases – que é como a gente chama os atores, o trabalhador direto do teatro – tenham uma identidade incrível com ele. Todos estão sabendo o que estão fazendo. Teve muita importância nisso tudo, na formação da consciência desse pessoal, o trabalho que eles desenvolveram junto à Pastoral da Igreja, que mostrou uma nova visão do processo histórico e deu o exemplo.

Também não interessa uma FENATA grande, poderosa, com o Tácito com amplos poderes, assim como não interessa também radicalizar. O que interessa é uma FENATA operante, que descubra qual a melhor política de ação entre os grupos de teatro não empresarial que estão mais atrasados em relação aos mais avançados. Um denomiador comum sem paternalismos, com muito diálogo e muita pesquisa. Alguns grupos desaparecerão, outros surgirão, é normal, mas sempre crescerá o movimento.

Então eu acho que em termos culturais, em termos de cultura da sociedade brasileira, esse trabalho é dos mais importantes com resultados gigantescos.

A imprensa independente tem que fazer uma aliança com o teatro empresarial, assim como esse deve se unir à imprensa nanica. E isso está acontecendo. Agora não é mais o Samuel Wainer que vai buscar o dinheiro do Getúlio Vargas e do Banco do Brasil para criar a Última Hora e fazer um jornal a reboque. Agora são os jornalistas que se únem em cooperativas para se transformar no trabalhador direto de seu próprio jornal, ele está controlando o seu meio de produção. E isso está também acontecendo com a intelectualidade brasileira. A nossa história mostra uma intelectualidade colada no Estado, escrevendo em seus gabinetes e isolados da realidade. Agora o intelectual brasileiro sai do seu escritório, abdica das facilidades que a burocracia lhe oferece para buscar definições mais gastas, para ter uma função histórica mais abrangente e posicionada e menos a reboque da situação política. Não é mais o beletrista nem o cara que escreve dez romances e termina embaixador. No Paraná mesmo, tem uma cooperativa de escritores, poetas, contistas, etc, que se associaram e estão produzindo seus livros. Então tudo isso são sintomas que vão ocasionar a ruptura do colamento da cultura brasileira com o Estado. E isso que é importante. O resto é porraloquice.

Na Ceilândia, a magia no palco

Jornal pobre e barato é o Correio do Planalto

1975 – Auditório do Centro de Ensino número 5, Ceilândia Norte. No palco, o grupo do Teatro do Sesi. Na platéia, alunos de quinta e oitava séries. Mais de 600. Confusão total. Muito barulho. Ninguém aguentaria permanecer por muito tempo naquele ambiente. Silêncio total, quando os atores do Grupo de Teatro do Sesi–Ceilândia começaram a representar a peça **Lampião em Dois Tempos (Lampião no Céu**, adaptação de Sílvio Orthof, de um folheto de cordel nordestino, e **Lampião no Inferno**, criação coletiva do grupo). Os 600 alunos, como que fascinados, tinham seu primeiro contato com a magia do teatro. Nenhum ruído fora de hora. De vez em quando, o capeta apresentava uma das suas e a moçada caia num riso satisfeito.

Correndo de um lado para outro, montando cenários, cuidando da sonoplastia, ajudando os atores a se vestirem, Francisco Morbeck, diretor do grupo, se sentia feliz, pois recebia uma resposta profundamente positiva, a todo o trabalho que o Grupo de Teatro do Sesi–Ceilândia (parte de sua vida) desempenhava.

Tive a felicidade de estar naquele auditório, naquela noite, e tive, também, a infeliz idéia de procurar Morbeck, ao fim do espetáculo, e lhe dizer que aquela peça deveria ser mostrada na Sala Martins Pena, para mostrar o tipo de teatro feito na Ceilândia. Morbeck olhou-me com um olhar estranho, que só tempos depois eu pude decifrar.

1975 – Dezembro. Teatro Galpão. Arquibancadas, semi-ocupadas. No palco: **lampião em Dois Tempos** e o Grupo de Teatro do Sesi–Ceilândia. Ao fim do espetáculo, aplausos comportados. Nossa hora, olhando para Francisco Morbeck, eu compreendi a mensagem misteriosa do olhar que ele me dirigiu no auditório da Ceilândia. O teatro feito pelo seu grupo é um teatro, eminentemente popular, feito por e para a sua comunidade.: – os 120 mil moradores da Ceilândia.

O Grupo de Teatro do Sesi e Morbeck mostraram vários trabalhos aos ceilandenses e entre eles, merece destaque o que foi realizado junto à comunidade, na época em que circulava o Correio do Planalto. Com pequenas peças, ou simples diálogos, salpicados de músicas e versos rimados dentro da métrica do cordel, eles alertavam a população, quanto aos prováveis danos, que poderiam ser causados por um jornal, que às vezes, se esquecia de dizer a verdade.

Nada como os textos e músicas, criados pelo Grupo de Teatro da Ceilândia para mostrar a força e importância de um teatro popular, voltado e feito pelos protagonistas da comunidade.

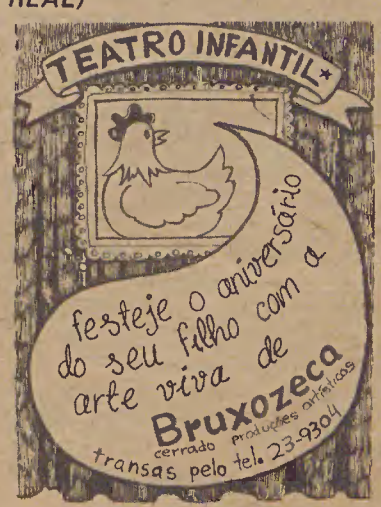
Um jornal prá ser perfeito, com notícias verdadeiras,
não fica pondo defeito numa gente hospitaleira,
publica de qualquer jeito uma notícia, uma besteira.

O pobre do Ceilandense quando lê esse jornal,
vê notícia de um amigo e num instante passa mal,
é um caso inexistente, um fato nunca real.

(grita um jornaleiro)
– Olha o Correio do Planalto!!!
– Olha o Correio do Planalto!!!
– Hei jornaleiro, qual a melhor notícia que pode se destacar? (pergunta um senhor)
– É um tarado na Ceilândia que começa a ouriçar. Fala também do tal Criolo Voador, se quiser ler eu vendo um pro senhor (responde rapidamente garoto jornaleiro)
– Quero coisa nenhuma, joga isso no asfalto. O Criolo Voador e todos os tarados, só existe mesmo é no Correio do Planalto!
– O tá nervoso? Ha! ha! ha!
– Olha aqui garoto, não me olha assim, não me mangue, esse jornal é o tal que se espremer sai sangue...
–... e sai mesmo!!
(o garoto jornaleiro espreme o jornal, contendo em seu interior um saquinho com mercúrio, realmente sai sangue).
O Correio do Planalto
é um jornal explorador,
inventou notícia de um Criolo Voador.
Agora diz que um tarado em Ceilândia Norte surgiu,
mas quando chegou a polícia o desgraçado fugiu,
a notícia é tão falsa que até o jornaleiro sumiu.

– Filha olhe aqui o que o jornal tá dizendo,
o Criolo Voador apareceu de tanga se remechendo,
as mulheres que tavam perto saíram doidas correndo,
sucedeu na 23, perto do colégio, tá vendo?
– Mãe não seja boba e deixe de dizer besteira,
se for o Correio do Planalto pode descansar é asneira,
você tá parecendo o papai, só gosta de bobageira.
– Mas filha eu tenho medo desse diabo aparecer,
se na hora tiver sozinha é perigoso eu morrer.
– Papai logo chegará prá te livrar do Voador,
que só existe no Correio do Planalto, um jornal explorador,
usa o povo da Ceilândia para fazer reportagem,
colocando essas notícias mentirosas aumenta mais a vendagem.

(começa a cantar a música: FATO NUNCA REAL)



MARCOS SANTILLI

Ministro sai do ar refrigerado mas não convence

Eles são hoje mais de sete milhões. Famílias inteiras de trabalhadores rurais, que moram na cidade. "Bóias-frias", volantes ou trabalhadores avulsos, o nome varia de região a região, mas o problema, de norte a sul do Brasil, é um só: são os campesinos, agricultores sem terra, que deixaram o campo em busca de melhor oportunidade de trabalho na cidade, não encontraram e continuam dependendo do campo. Sem emprego fixo, sindicatos classistas, e com dificuldades de conseguir trabalho durante a época da entressafra, a vida desses brasileiros é difícil; quando chega a colheita, tem que viajar horas de caminhão para trabalhar.

Os bóias-frias são uma amostra da situação do meio rural brasileiro, onde 40 milhões de pessoas labutam para aumentar a produção agrícola do patrão. São famílias inteiras de agricultores, que dependem da terra para viver, mas que não têm acesso a um pedaço de chão para plantar.

A estrutura agrária do Brasil ainda é do tempo do Império. A reforma agrária já foi feita na Europa, na Ásia, na África e está prevista na legislação dos governos militares pós-64 do Brasil. Mas não chega a 15 mil o número de agricultores brasileiros beneficiados com a redistribuição de terras. Os latifúndios representam hoje mais de 75 por cento das terras próprias à agricultura. As fazendas de gado, soja e outras culturas mecanizadas ocupam o lugar dos antigos cafezais, da agricultura que dependia diretamente do homem para plantar e colher. Está se expulsando o trabalhador rural. E, em menos de 20 anos, a população brasileira do campo vem diminuindo, sem que sejam criados nas cidades empregos em número suficiente para receber esses migrantes.

O problema é grave. E não é só o bóia-fria, mas todo o meio rural brasileiro está em crise, apesar de sua importância para garantir o alimento do homem da cidade e também os dólares, pois a exportação de produtos agrícolas continua sendo, apesar de toda a industrialização do país, responsável por 80 por cento das receitas obtidas com vendas ao exterior.

Mês passado, época de plena safra agrícola, o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, foi ver de perto o problema do bóia-fria. O ministro conversou com os trabalhadores, subiu na carroceria de caminhões e foi com os "bóias-frias" para o trabalho, para sentir o drama. Um drama bem antigo, que requer do Governo soluções urgentes, não visitas, pois todo mundo — inclusive o ministro do Trabalho — sabe que o problema do bóia-fria é a falta de terra, de meios para plantar e garantir a subsistência.

"BÓIA-FRIA NUM MORRE, É TEIMOSO"

Todo dia, às cinco horas da manhã, três mil pessoas tomam uma xícara de café sem pão e, das ruas do município paulista de Ourinhos, são transportadas em carrocerias de caminhões para a Fazenda Santa Lúcia, na divisa com o Paraná, onde cuidam de 550 mil pés de café, durante dez horas de trabalho com um intervalo apenas para o almoço, que trazem de casa em marmitas.

Estas pessoas, entre as quais se incluem também crianças, são os "bóias-frias", os trabalhadores rurais volantes, que o ministro do Trabalho, Arnaldo Prieto, visitou no mes passado.

De Bauru a Ourinhos, o ministro viajou num "Galaxie", olhar sempre atento ao velocímetro, preocupado com os 80 Km/h. Agora, mal acomodado num caminhão dos "bóias-frias", fumando um cigarro "Shelton 100 mm" enfiado numa piteira com boquilha dourada, Prieto puxa conversa com Romeu Martins do Carmo, 65 anos e profundas baforadas de um cigarro de palha ("fabricação própria, Doutor"):

— Este caminhão é muito quente, não é?

— É, encheu, fica quente. No inverno, fica melhorzinho.

Uma senhora, com uma criança no colo, interrompe:

— Este inda é bom, tem cobertura de zinco. Mas é só. Os outros não têm, são um perigo. Essa gente aí, jogada, comendo poeira, escorregando, é um perigo. Eu morro de fome mas não entro aí. Principalmente eu, que levo criança. É arriscar a vida, né? Nós já num tem direito a nada e ainda se meter aí dentro? Não, vou o quê. A vida nossa é essa, moço. É isso que o senhor tá vendo. Mas bóia-fria num morre. Bóia-fria é teimoso.

— "CASÁ PRA QUÊ?" —

O ministro chega a Ourinhos. Fala a um trabalhador:

— Bom dia, como vai o senhor?

— Bem, doutor. Levando.

— O senhor pega no trabalho que horas?

— Pego às oito. Largo de tarde, às 5.

— O que é que o senhor faz?

— Trabalho na construção.

— Construção? Então o senhor não é "bóia-fria"?

— Não, senhor. Sou da construção civil.

Só aí Prieto percebeu que "bóia-fria" é quem tem enxada. No início da rua, subindo, vem um deles. É "Seu" Círio Ferreira dos Santos, preto, de 43 anos (mesma idade do ministro), com sua enxada às costas, um chapéu de palha carcomido pelo uso e a matula atiracolo, com uma garrafa d'água e a marmita. O Ministro arrisca:

— Sabe ler, seu Círio?

— Não... Mas dá pra assinar o nome.

— O senhor é de onde?

— De Bauru. Mas moro em Ourinhos tem 23 anos. Desde sete que sou "bóia-fria".

— Mora onde? Pergunta um repórter.

— Numa casa velha, abandonada, tá quase caindo. O dono mora em São Paulo. Vou esperar ele chegar pra resolver como fica. O ordenado? É pequeno, num dá. Mercadoria tudo cara, subiu mais de 40 por cento. Hoje tô ganhando 35 por dia. Solteiro, sim senhor. Casá pra quê? Matar os filhos e a mulher de fome? Basta eu, né?

Chega outro. É Samuel Barbosa, mais velho, rosto suado, fala arrastada. Baiano, há 22 anos é "bóia-fria". Casado, tem seis filhos ("três home e três muié, dois tá estudando. Dois já tão estudado. Uma já casou, a mais velha"):

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

— QUANDO CHOVE PASSA FOME —

— Eu trabaio pro Izacaria. Sou de Minas. Tô há três anos aqui. A família também. Se eles trabalha? Trabalha, sim. Gosta do serviço. É a profissão que Deus deu, né? Se paga direito? Paga, direitinho. Nunca deixou de pagar, o Izacaria. Nunca mancou. Domingo não, dia de domingo num paga.

O diálogo é também com o ministro:

— E no fim do ano, décimo-terceiro, gratificação?

— Também num dá.

— Quanto o senhor ganha por dia?

— Lá é 45 a diária. Só ganha quando não chove. Quando chove passa fome. Mas se outro oferecer mais nós vai, né? Hoje em dia a gente tem de ganhar é mais um pouco.

— O senhor mora na cidade por que a família gosta mais ou por que é mais conveniente?

— Mais conveniente na cidade. Mais conforto. Mesmo agora eu tenho um ranchinho. Morar na roça num dá não.

— Como foi que o senhor conseguiu o ranchinho?

— Deus me ajudou. Comprei, né?

— E se lhe oferecessem um ranchinho na fazenda, o sr. não ficava lá?

— Aí depende. Mas a família gosta da cidade.

— COMIDINHA DE POBRE —

O ministro continua a entrevista:

— A enxada é você quem compra? E quando adoece, como é?

— Ah, é. A ferramenta é minha. Ninguém me dá não. Todo dia tem de levar e trazer da fazenda. Quando adoece ou se corta com a enxada, a gente tem de correr por conta da gente mesmo.

— O que o sr. leva aí, na marmita?

— É comida, né? Comidinha. Comidinha de pobre.

— Deixa eu ver.

— Então vamo vê. Olhá aí.

Com a marmita na mão, Prieto examina o conteúdo e comenta:

— Ah, tá boa, né? Tem uma carninha...

— Uma carninha sempre vai, quando pode, né?, completa seu Samuel.

— ... um arroz, feijão... O cheiro tá bom, hein? Bem feitinha...

— Tá nada, doutor. Comida de pobre não é boa não senhor.

Antes de subir no caminhão, o ministro conversa com "Dona Ana", uma mulher ainda nova, duas filhas, paulista e "de leitura e escrita dá pra defender".

— Quando você ou suas filhas adoecem, como é que faz?

— Graças a Deus, a saúde tá boa. Mas quando tem quarquer coisinha, toma um chazinho, cura. Hora de voltar? Num tem não senhor. Não tem hora. Já tem chegado até 11 da noite. Depende da distância da fazenda, da condução... É duro, doutor. Pode acreditar.

— A senhora vai com os outros agora. Será que me consegue um lugar no caminhão?

Ela ri e, olhando para as roupas finas do Ministro, responde, incisiva:

— Ah, consegue. Mas o senhor não aguenta não. Demora muito. O banco é de madeira. É muito sujo. Não é coisa pro senhor não.

— SÓ SERVIÇO. LIBERDADE NADA —

Na carroceria lotada do caminhão, apertado entre as pessoas, o suor exalando forte no ar, sujeira e choro de criança, o ministro continua ouvindo:

— Não, hoje não dá. Já deu,né? Mas hoje a exploração é grande demais. Antes deixavam criar, plantar, a gente tinha liberdade de ter criação. Hoje não tem liberdade! É só serviço, liberdade nada. Então é preferível a gente morar na cidade e trabalhar no campo. Hoje na fazenda eles só deixa plantar pra eles. Só pra eles. Pobre hoje não dá mais na roça. Paga a mesma coisa, aluguel de casa, a mesma coisa. Então é melhor na cidade. Ao menos os filhos vão pra escola. Saúde? A roça dá saúde pra nós. Nós trabalha, Deus olha por nós todos. A gente precisa ganhar o pão, não é registrado, nem nada, então num tem esse negócio de adoecer não. Tem de se virar. Tem de comer, beber, vestir. São 13 filhos. Um familião. A mulher é doente. Só eu trabalho, a 45 por dia, na diária, que empreita num dá. Eu me viro quase em dez pra poder os meninos estudar. A boca é quente, moço. Ah se pobre não fizer assim, se o filho não aprender a ler, né?, ninguém vai fazer por nós não. E ainda tem um filho que é retardado, não trabalha nem nada. Só come. É trabalhar demais mesmo, pra poder aguentar. Só Deus me dá coragem (João Batista, 13 filhos, 54 anos).

— ENVENENANDO O SANGUE —

Nas épocas de frio, eles têm um inimigo mais forte — a pneumonia, que, "se pega de jeito, mata". A tuberculose, resultante da subnutrição, ataca em qualquer temperatura

— Agora mesmo tô meio adoentado — continua João Batista. "Essa gripe que tá dando e que deixa a gente magro (tuberculose). Não posso comer. Olha a minha língua como está (a língua do homem está estranhamente verde). E tô com dor-de-cabeça. E eu tô trabaiando. Trabaiar muito, né? Mas tem de aguentar, morrer ali, na dureza. Queira ou não queira".

— Mas no domingo, dá pra tomar uma cachacinha, seu João?

— Tem ocasião que eu tomo, outra ocasião nem me importo com isso. Mas tomo pouco. Demais mata. Mas o caboclo da roça tem de envenenar o sangue um pouco, de vez em quando, senão ele não vai pra frente. Domingo é assim: num tem o que fazer, então eu procuro um servicinho, que é pra interar mais um pouquinho. Muitos não gostam. Religião, né?

— E o Sr. tem religião?

— Sou católico, mas minha religião é Deus. É a religião de todos daqui. Se a gente confia nele nós vai bem, levando a coisa. Tenho faltado com a obrigação. Mas penso assim: minha Igreja tá dentro do coração. É a fé E vou levando.

O caminhão pára bruscamente. É a Fazenda Santa Lúcia, dos Irmãos Moffarrej ("dois irmãos ricos de dar medo, têm uns 30 prédios em São Paulo. O advogado deles é o Doutor Alfredo"). Recolhendo as enxadas e matulas, em grande alvoroço ("ninguém pode perder tempo, doutor. Nós ganha por pé de café que alimpa") o grupo que vinha no fundo do caminhão grita, ao descer:

— Chegamos no jardim!

Dona Rosa é preta, velha, negra, mãos encarquilhadas olhar triste, lembrando uma figura de Portinari:

— A gente aqui trabalha debaixo de remédio, senão não aguenta. E exibe um vidro de "Banerva" e uma garrafinha com álcool. Eu tenho pressão baixa, então preciso tomar remédio pra num desmaiar, como onte, que fiquei aí, debaixo do pé de café, enquanto os outros só me olhavam. O álcool é pra passar nos braços, pra não dar câimbra da enxada.

Dona Rosa é de Tubarão (Santa Catarina). Ajudou o pai a criar oito irmãos mais novos do que ela:

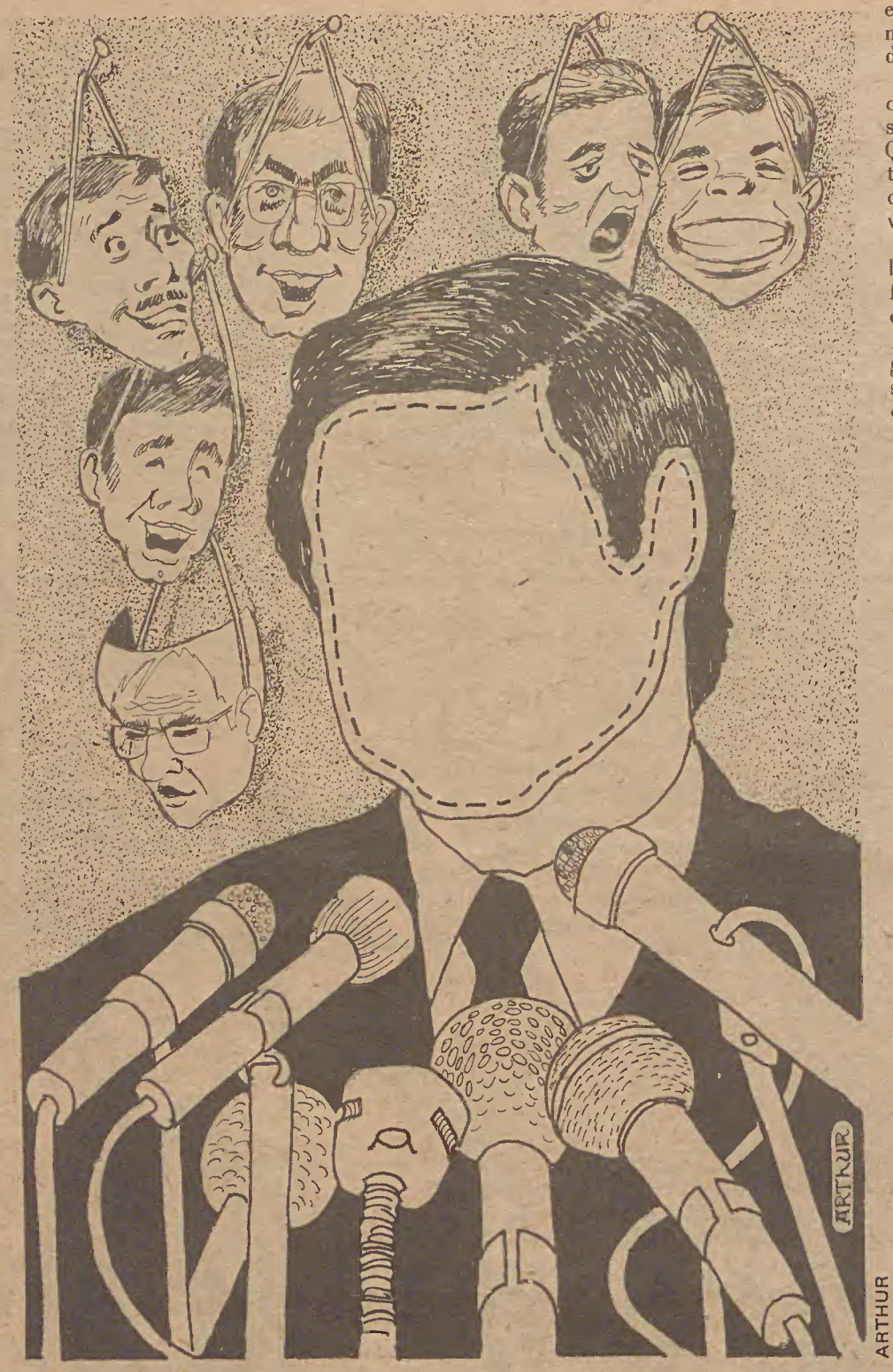
— Na minha terra diziam que aqui em São Paulo a gente juntava dinheiro a rodo. E aí eu me animei e vim pra cá. Dá um suspiro fundo, aponta a enxada e desabafa, com desalento e raiva:

— Foi este o rodo que eu achei aqui. E comprado com meu dinheiro. Mas desculpe, moço, mas num posso mais conversar não. Tenho de tirar 40 pés (de café) hoje. Onte já num deu, que eu desmaiei e parei meio-dia. Tô aqui sem comer e minha lata (a marmita) tá vazia. Mas com fé em Deus eu consigo.

O doutor Alfredo, advogado dos Moffarrej, é o ex-ministro Buzaid, da Justiça.

Paulo José Cunha

brasilienses continuam sem vez e sem voto.



ARTHUR

ESTRANGEIROS NA PRÓPRIA TERRA...

Outro dia recebemos em nossa redação a visita de Edgard Graeff, vice-presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil. Ele vinha participar de uma mesa redonda sobre transporte coletivo em Brasília que **Cidade Livre** havia programado.

A mesa redonda afinal, não resultou das melhores – alguns dos nosssos convidados não puderam comparecer – mas Graeff nos brindou com uma colocação que consideramos fundamental para a discussão de qualquer problema que aflija a população do Distrito Federal.

O que acontece – dizia Graeff – é que o povo de Brasília não tem vez, não tem meios de defender seus interesses, de reclamar a solução de seus problemas. "Na prática somos todos estrangeiros em nossa própria cidade já que, politicamente, não valemos nada – pois permanecemos sem vez e sem voto."

O depoimento de Graeff valeu a noite. A conversa, que já ia se acabando entre silêncios, ganhou força. Todos os presentes, até o representante da empresa Viplan, concordaram em que na raiz dos problemas vividos pela população de Brasília está a falta de representação política, a falta de uma maior participação da comunidade nas decisões que lhes digam respeito.

Há dezessete anos estas decisões são tomadas na surdina dos gabinetes do Governo, frequentemente contrariando as necessidades da população. Os critérios de aplicação do dinheiro público não são nunca discutidos o que provoca sérias distorções. O que é prioridade para o GDF muitas vezes é prioritário apenas para minoria da população. Ou será que as duas pontes construidas sobre o lago resolveram os problemas de infra-estrutura da maioria da população? As pontes reduziram em alguns minutos o percurso até "aquele lado" e valorizaram incrivelmente os terrenos da área. Mas os problemas, muito mais sérios, vividos pela periferia, permaneceram praticamente intocados.

Recentemente aconteceu um fato que serve bem para ilustrar o que pode significar a falta de instrumentos de participação da comunidade nos assunto que lhes dizem respeito. O Governador Elmo Serejo e o Presidente da República, Sr. Ernesto Geisel, estiveram em Ceilândia inaugurando um sistema de abastecimento dágua. A imprensa diária aproveitou a oportunidade e comemorouo acontecimento com grossas manchetes. Pelas versões transmitidas ao público pareceu até que os problemas da população de Ceilândia estavam definitivamente resolvidos. No dia seguinte, entretanto, quem se desse ao trabalho de fazer uma visita à cidade satélite notaria que a rotina do ceilandense práticamente não havia mudado. Se havia água (?). não havia encanamento. Tudo voltara ao normal, inclusive o sofrimento diário.

É que a assessoria do GDF imaginou um sistema para moldar os jornais locais ao seu gosto. A publicidade oficial está diretamente condicionada ao elogio ao Governo. Veja aonde chegamos. Assim realmente, fica fácil fazer crer que tudo está se passando as mil maravilhas. É preciso desconfiar... Será que os serviços de transporte urbano vão bem mesmo? Será que os moradores de Taguatinga e de Planaltina, só para citar dois exemplos, estão mesmo satisfeitos com os serviços de ônibus? Se não fosse vez por outra alguma pedrada muita autoridade ficaria sem saber da resposta.

Mas não é nosso objetivo ficar aqui relacionando os problemas sofridos pela comunidade brasiliense. Eles são tantos que provavelmente nem caberiam na página. Queremos apenas chamar a atenção para a colocação feita pelo arquiteto Graeff: "o primeiro passo para se encontrar uma solução para os problemas da cidade é dar voz e voto à sua população."

Este é um problema que diz respeito a todos os brasilienses e por isso deve por todos ser discutido. Que forma de representação política poderia ser organizada em Brasília? Várias formas poderiam ser tentadas. Nossa cidade, por sinal, se presta como poucas para a organização de associações de moradores de bairros. Aliás, seus criadores já imaginaram a cidade repartida em núcleos de Unidade Vizinhança. Cada pequena comunidade formada por uma ou um conjunto de quadras – como se fossem mini-distritos – poderia facilmente eleger alguns representantes para um Conselho que teria a atribuição de fiscalizar os atos do Executivo, de discutir os problemas da comunidade, enfim, de representar efetivamente a população.

Mas nada impede que Brasília possua uma Câmara de Vereadores à semelhança das outras cidades. A forma representativa de Governo, tradicionalmente exercida no Brasil, por menos que queiram alguns inimigos da democracia, continua sendo uma boa solução.

E não se diga que a instalação de uma câmara em Brasília, por ser a capital da República, afetaria a segurança nacional. A segurança nacional só faz sentido se visar à segurança da maioria do povo. Ou será que os anseios populares abalam a segurança nacional? A S R

A PRIMEIRA PREFEITURA

O cidadão Marcio Cotrim, morador da super quadra 303, foi eleito, no último dia 5 deste mês, o primeiro prefeito de Brasília escolhido pelo povo, desde a sua fundação, há 17 anos atrás. A sua eleição foi indireta, e seu mandato será de dois anos, durante os quais atuará como veículo de comunicação entre o Governo do Distrito Federal e os membros de sua comunidade.

Para aqueles que já estão comemorando esse fato, é bom que se explique que, infelizmente, não se trata do cumprimento do artigo 21o da Declaração dos Direitos Humanos, que assegura a todo cidadão o direito de escolher o seu governante.

Trata-se da eleição de um super-síndico, experiência que, apesar de tudo, poderá abrir caminho para a implantação futura de uma forma de representação política para Brasília.

Marcio Cotrim, que também foi o idealizador do movimento, diz que a prefeitura surgiu da nnecessidade de os moradores terem a sua quadra concluída, humanizada e autônoma.

– Nós constatamos que o governo não dava continuidade às obras e que a quadra, na verdade, iria demorar muitos anos para ser totalmente terminada, se não houvesse uma maior participação dos diretamente interessados.

Assim, os moradores da 303 sul – todos funcionários de Banco do Brasil –, sob a orientação inicial de Marcio Cotrim, se propuseram a tomar para si a responsabilidade que seria do GDF, preocupado mais com obras de fachada, do que realmente em assistir o povo naquilo em que ele realmente necessita.

– Não estamos fazendo uma crítica ao GDF, mas apenas uma constatação prática da realidade. Já que o governo não tem condição, interesse, ou por qualquer outro motivo, não termina a nossa quadra, nós vamos fazê-lo.

– Mas, como será isso. Como vocês pretendem forçar o GDF a concluir as obras na 303?

– Em primeiro lugar, nós vamos forçar o GDF a fazer nada. Queremos apenas mostrar-lhe que ele também lucrará em ter a nossa quadra, como as demais, concluída. Os imóveis serão mais valorizados e os próprios moradores terão mais gosto em mantê-lo sempre em boa conservação. Todos ganharemos, principalmente porque, a partir de nossa experiência estará sendo instalado um canal de comunicação entre o povo de Brasília e o GDF.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

até quando?

CÂMARA DE VEREADORES

— Seria um caminho para a representação política em Brasília?

— Olha, o nosso movimento não tem, e é bom que isso fique gravado aí em alto e bom som, e nunca teve qualquer cunho político. Não estamos querendo iniciar um movimento político em Brasília, até mesmo porque isso seria muito difícil, pelas atuais circunstâncias. Queremos apenas cuidar da nossa quadra, nada mais.

— Mas, isso não é uma posição um tanto egoista?

— Não acho. É certo que, se surgirem movimentos iguais ao nosso em outras quadras de Brasília e isso se tornar um movimento político eles terão o nosso integral apoio. Eu não sou contra representação política Brasília, até mesmo pelo contrário, eu acho uma necessidade. Mas, esse nosso movimento foi idealizado apenas visando à humanização de nossa quadra, sem maiores responsabilidades políticas ou sociais com a cidade.

— Como você vê a criação de uma Câmara de Vereadores para Brasília?

— Sou totalmente favorável. Uma cidade de mais de 1 milhão de habitantes não ter uma representação política, uma Câmara de Vereadores chega a ser uma coisa inadimissível. Como não ter poder Legislativo? O Eixo Monumental começa com três poderes e acaba com dois poderes. Vai até o Palácio do Congresso, o Planalto e o STF numa extremidade. Na outra extremidade só tem o Buriti e o Palácio da Justiça. Está faltando o terceiro poder.

Pois justamente por Brasília não ter um poder do povo que possa se equivaler ao poder do governador, é que os moradores da 303 sul elegeram o seu prefeito, na esperança de terem os seus anseios realmente atendidos.

— O que pretende fazer a sua prefeitura?

— Temos milhões de idéias a respeito do que poderemos fazer pela nossa quadra, inclusive sugestões que não param de chegar de todos os moradores daqui. Em primeiro lugar, como já disse, vamos entrar em contato com o GDF para que ele termine a nossa quadra. O mais importante é a iluminação. A 303 foi entregue aos seus moradores há quase 5 anos e até hoje não é iluminada. Existe ainda o problema do jardinamento, que também não foi completado.

ANTONIO PINHEIRO

HUMANIZAÇÃO DA QUADRA

Tendo realizada essa primeira etapa, que exige a participação do GDF, a prefeitura da 303 sul passará a se dedicar a obras nas áreas comuns da quadra, como implantação de equipamentos de lazer, pontos de encontro entre os moradores, local de apresentação de espetáculos artísticos e coisas afins.

— Realmente, a nossa principal meta é a humanização da quadra. Brasília hoje é uma cidade humana, mas em termos espaciais, sem muitos lugares para o homem viver socialmente. Essa é a nossa principal preocupação, na nossa prefeitura. Nós ainda contamos com uma grande vantagem nesse sentido, que é o fato de todos moradores pertencerem a um mesmo grupo social. A 303 é uma quadra homogênea socialmente falando.

Toda essa teoria de Marcio Cotrim foi colocada em um folheto — "com todas as técnicas modernas de comunicação visual" — que foi distribuído na quadra, numa espécie de prévia sobre as possibilidades do sucesso da prefeitura. Após a distribuição de folheto, os moradores da 303 receberam um questionário, onde puderam expor as suas idéias próprias sobre o projeto.

— Desse folheto estava dependendo a concretização da nossa idéia. Nele vinha, inclusive, a nossa colocação de que seria necessário o pagamento de uma taxa extra-condomínio para a manutenção da prefeitura, e aí residia o nosso maior receio.

UMA PREFEITURA INDEPENDENTE

— Mas, porque uma taxa extra. Vocês não contariam com recursos do GDF?

— De maneira alguma, a nossa prefeitura quer depender do GDF. Não queremos que o governo venha, paternalisticamente, nos nomeie prefeito e nos forneça recurso. O que estamos fazendo é exatamente fugir dessa burocracia. Nós queremos, isso sim, que o GDF continue os serviços públicos aqui na quadra, como luz, água, esgoto, etc. Ao lado desses serviços públicos, nós vamos acrescentar a nossa iniciativa. Nós não vamos ocupar o lugar do governo, primeiro porque não temos condições para isso, e muito menos recursos. Também não queremos que o governo assuma a quadra e tenha aqui um porta-voz, que seria o prefeito. Não senhor. A nossa idéia é uma prefeitura independente.

— E desse jeito, Marcio, vai dar para levar à frente todos os seus planos?

— A partir do momento que tivemos a idéia e que a colocamos de conhecimento de todos, estamos recebendo um grande incentivo. Essa questão da taxa, inclusive, foi abordada por várias pessoas da nossa quadra, todas achando que deveria ser cobrada. Então, não temos muita preocupação, porque toda a população da 303 está de acordo com os nossos planos e vai contribuir.

Além das áreas de lazer e da humanização da quadrasem termos gerais, a prefeitura da 303 vai criar uma central de serviços, onde terá cadastrados todos os profissionais autônomos que atualmente trabalham na quadras, mas não oferecem maior segurança. Com a central, morador sempre terá um bombeiro, por exemplo, na hora que precisar, e na hora de reclamar se seu serviço.

O relacionamento da prefeitura com o GDF, mesmo com as restrições impostas pela primeira, até agora parece que vai ser bom, tendo dois secretários de Estado do GDF se pronunciado a respeito, dizendo que o GDF dará total apoio à iniciativa. Considerada, pelo mesmo, como uma opção de participação da população nas decisões que lhes dizem respeito mais adequado para Brasília, do que uma Câmara de Vereadores.

Realmente, para o governo de Brasília, sempre será mais fácil que o povo participe de suas decisões requerendo ou sugerindo, ou fazendo as reformas que quiser no fundo do quintal.

O GDF só não sabe é que a paciência do povo para com os seus desmandos eleitoreiros está acabando. (ESB).

MOTORES DIESEL, MICROTRATORES - MOINHO A VENTO
BOMBAS C/ÁGUA - RAÇÕES - FERTILIZANTES - MUDAS FRUTÍFERAS
SEMENTES FERRAMENTAS

PARANOÁ

PARANOÁ IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA. CGC 00.001.768/0001-80 INSC. EST. 07001014-5
MATRIZ: AV. CENTRAL, 730 - CP 080108 - TEL. 42-0067 - END. TELEG. PIAL - N. BANDEIRANTE - BRASÍLIA - DF
GOIÂNIA - AV. ANHANGUERA, 6168

boutique Londoca
últimos lançamentos
bijouterias em prata envelhecida
cls 305 bl. A loja 37

boutique para gestantes
barriguda
scls 305 - bl. "a" loja 9
breve também no "venâncio 2000" sala 260

andréa calçados
CLS 305 Bloco A Loja 13

AH, AH, AH "CORRER" O "RISCO" É O MAIOR BARATO!
VEM AÍ O Nº 3 AGUARDEM!
RISCO

anuncie em CIDADE LIVRE

seqüência crônica • IA-UnB / 1972 • MAM - Rio / 1973 • Museo de Arte - Lima / 1975 • IA-UnB / 1976

crônica

SOLDA-SE RADIADOR

20 ABR 77

luiz carlos homem / seqüência crônica / fragmentos / sqs. 208 - bloco F - apto. 503 — 70.000 - Brasília - DF / 1977

EDUARDO ALMEIDA

A Semana do Índio, festejada todos os anos nas escolas primárias, não mostra a história trágica dos indios brasileiros. C. Livre conta um pouco da realidade.

XERENTES ACUADOS

Setecentos xerentes, descendentes da numerosa nação que um dia dominou boa parte do Norte de Goiás, vivem hoje sobressaltados, mas dispostos a não abrir mão de seus direitos. Vítimas da má fé e hostilidade de alguns "civilizados" e da demonstração de incapacidade da Fundação Nacional do Índio em arcar com a promessa de indenizar os invasores da Reserva Xerente, esses índios vivem tensos, na expectativa de uma agressão covarde por parte de fazendeiros que fazem ameaças a toda hora. Até o chefe do posto da Funai, Vianei Ferreira, vem sendo ameaçado.

A situação em Tocantínia, município em que 44% das terras são da Reserva Xerente, está de um jeito que os índios não podem mais ir à cidade. Quando precisam, têm que ir a Miracema do Norte, do outro lado do Tocantins. Mas a tensão chegou num ponto que quatro índios que estudavam alí tiveram que continuar os estudos em Goiânia. Tudo piorou quando, em julho do ano passado, quatro "civilizados" — o fazendeiro Deusdete Carneiro, seu irmão Antonio Francisco Carneiro (sub-tenente da PM paulista), e dois "ajudantes" (Germano Ferreira, peão, e Cristino Oliveira, vaqueiro) — tentaram expulsar um acampamento que os Xerentes tinham feito para implantar uma roça nova, numa região da Reserva que a família Carneiro julga ser de sua posse. Numa perua da Prefeitura, fortemente armados, e, ao que parece, alcoolizados, os quatro dispararam contra os índios, mas "o tiro saiu pela culatra": Deusdete, Antonio Francisco e Germano acabaram sendo mortos a golpes de enchada e borduna pelos índios. Quatro índios saíram baleados, um deles perdendo parcialmente a visão de um dos olhos, e três índias grávidas perderam criança no pânico causado pelos agressores. O quarto agressor conseguiu fugir.

Até hoje, o inquérito, a cargo da Polícia Federal e Funai, não foi concluído. E, por incrível (e lamentável) que pareça, o esquema covarde de hostilização aos índios, que não podem ser acusados de crime algum, saiu reforçado, ganhando "mártires" à sua "causa".

Como se não bastasse toda a crise, o novo prefeito, "Xuxú" (Ramon Bucá), aliás envolvido indiretamente nos acontecimentos de julho, veio a Brasília pedir ao general Ismarth de Oliveira permissão para construir uma entrada municipal passando por dentro da reserva. O presidente da Funai, entretanto, negou-se a sequer apreciar o assunto, segundo inormou ele mesmo ao C. Livre. Não se sabe, porém, como será quando a ponte de Porto Nacional, sobre o Tocantins, for inaugurada, no próximo ano. Esta obra fatalmente dinamizará a estrada estadual que margeia o rio pela direita, e já corta a reserva, que está na rota Porto Nacional — Pedro Afonso.

200 Longos Anos

Esses índios orgulhosos de Goiás já não conservam sua cultura original em muitos aspectos. Eles têm praticamente o mesmo tempo de contato com os "brancos" que os xavantes, dos quais se dizem "primos", pois falam a mesma língua akuén. Há mais de duzentos anos, quando xerentes e xavantes dominavam o vale do Tocantins de cerrados e matas, e este rio foi tornando-se uma via de ligação entre as províncias de sul e do norte, e a pecuária veio chegando, primeiro do Piauí, Bahia e Maranhão, depois do sul goiano, o contato com a "civilização" foi crescendo, com todas as conseqüências negativas para os índios. Segundo o antropólogo Julio Cesar Mellati, professor na UnB,o prejuizo mais importante para a nação xerente foi o causado pela frente pecuária do Maranhão que inicialmente forçou vários grupos de língua timbira, entre eles os craô, a se deslocarem para o sul, tendo por isso, que disputar território com outras tribos, principalmente xerentes e xavantes. Os fazendeiros organizam expedições para afugentar, aprisionar (e vender como escravos para o Pará) ou simplesmente liquidar com os índios. E tiravam partido da rivalidade entre as tribos, premiando umas para agredir outras.

Com isso, os xerentes foram empurrados para o sul e empurraram os xavantes ainda mais na mesma direção, contra outra frente, a de criadores e garimpeiros goianos. Em meados do século passado, tanto xerentes como xavantes foram induzidos a se aldearem em missões religiosas. Os xavantes não ficaram muito tempo. Depois de alguns prejuízos, com doenças, tentativa de modificação de sua cultura e atritos com gananciosos de suas terras, resolveram fugir para Mato Grosso, onde restabeleceram sua vida tribal, só vindo a reencontrar os "civilizados" nesse século. Os xerentes foram ficando na vila para eles criada, e que hoje é a cidade de Tocantínia.

Do longo contato com a "civilização", nota-se logo o grande número de mestiços na população indígena. No PI Xerente talvez nem a metade seja o que se poderia chamar de "índio sem mistura". A aldeia, as casas, as festas, a organização familiar a social, e vários outros traços da cultura já não são os mesmos de antes (os xavantes conservaram muito mais). Mas mantêm a língua, algumas festas, a corrida de toras, o artesanato, e sobretudo, a altivez.

Invadidos, cercados paulistinamente, praticamente expulsos da cidade de Tocantínia (há já mais de 50 anos), os xerentes perderam seu grande território, e muito de sua população. A situação de suas terras só voltou a ter definição em 1972, quando um grupo de trabalho integrado pela Funai, Incra, governo de Goiás e Sudeco, resolveu sugerir a demarcação de uma área de 167 mil hectares para a reserva, embora deixando fora dela um grupo de aproximadamente 60 índios, da aldeia do Funil que fica no outro extremo do município. Foi feito um levantamento de ocupantes não-índios da área da reserva, apontando 202 famílias. O governo prometeu indenizar posses e inclusive porque alguns têm título de propriedade. A conta das indenizações somava Cr$ 900 mil, e, até hoje, muitos ocupantes não saíram, argumentando que nada receberam. A Funai, por seu lado, diz não dispor dessa verba, e, segundo seu presidente, general Ismarth de Oliveira, a solução será a concessão de lotes em projetos de colonização a esses ocupantes da reserva xerente.

Para isso a Funai já pôs à disposição do Incra a área que foi dos kren-akarora, no norte de Mato Grosso, já que aqueles índios foram, desastrosamente, removidos para o Parque do Xingu. Entretanto, o Incra alega que o custo de remoção de cada família, de Tocantínia à reserva kren-akarore, é superior a 100 mil cruzeiros, e isso tem dificultado o desenvolvimento do projeto.

Entre os ocupantes está cadastrada Dometília de Oliveira Carneiro, mãe de Deusdete Carneiro, com indenização calculada em 32 mil cruzeiros. O cadastro diz também que Dometília "não residia no imóvel". A família Carneiro, de origem maranhense, está na região há cerca de 40 anos, e é tida como possuidora de inúmeras fazendas no vale do Tocantins e área da rodovia Belém-Brasília.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Discurso

Na primeira quinzena de fevereiro último, enorme extensão de roça que os índios haviam feito para tentar vender alguma produção, foi arrazada pela enchente do Tocantins, que causou muito estrago na região. O rio estava lá em cima, barrento, vagaroso, quando um grupo de repórteres de CLivre visitou o PI Xerente.

Assim que chegamos, os "capitães" Espomecoá (Jovino) e Cumecauẽn (Raimundo) nos receberam diplomàticamente, acertando que logo em seguida um grupo deles iria conversar conosco sob uma construção de palha mais ampla, toda aberta na frente, com bancos compridos, junto ao barranco do rio. Lá estavam, borduna, cacetete ou arco, na mão de quase todos os homens.

No PI Xerente se nota que o grupo dos adultos jovens ou de meia idade é relativamente pequeno, se comparado com o número de velhos e crianças. Percebe-se também que uma facção, que poderia ser chamada de "autêntica", ou "nacionalista", onde se destacam índios de diferentes faixas de idade, tem ganhado força nesse tempo de definições.

Começa a conversa, anuncia-se que Bemencoá (Pedro) fará um discurso. Não muito idoso, mas do grupo dos velhos, e também dos "autênticos", Bemencoá, de pé, borduna comprina mão, parecendo até um cajado, levantando a voz, com fisionomia séria, discursando na língua akuén, que nos soa ríspida e dura.

Sakrebê (João Paulino), um "autêntico" de meia idade, sentado próximo a nós, traduz o discurso curto de Bemencoá, e, em seguida fala por si mesmo. Eis alguns trechos da entrevista:

Sekrebê — Aí eu pergunto o que o índio velho está procurando. O que que o senhores veio catar aqui, que assunto é que os senhores vieram tratar aqui. Então ele quer saber o assunto que os senhores vieram tratar aqui. Porque ele está dormindo ainda assustado, então, quando os senhores apareceu aqui, ele ficou assustado. Então ele quer saber que assunto é que os senhores vieram tratar.

C. Livre — Nós somos jornalistas. Nós somos amigos dos índios, em primeiro lugar.

Sakrebê — Pois é, então isso é que ele está procurando. Ele está pensando se os senhores são parentes desses homens que... Que de momento é sobrinho, é irmão, é primo.

C. Livre — Nós somos de Brasília. E viemos saber a história de vocês, saber o que está acontecendo.

Sakrebê — Bom, mas, então, é só isso mesmo. Então os senhores vieram só mesmo fazer ajuda . Assunto de que?

C. Livre — Porque Brasília... onde é a capital do país, e onde fica o presidente da Funai, o presidente do Brasil, e nós moramos lá. Então nosso jornal circula por lá. Então nós queremos lembrar pra eles que aqui tem um problema, que os índios aqui estão passando por um problema. E pro povo brasileiro em geral. E nós achamos que o índio tem razão acima de tudo. O índio tem mais direitos.

"O índio não faz fuchico. Agora, fazendeiro mente para poder arranjar um terreno."

Sakrebê — Muitos poucos brancos acham que o índio tem direito, né. Mas tem muitos que acham que o índio não tem direito de falar sobre terra. O "causo" é esse mesmo, ouviu? Quando eu me entendí — vou começar mesmo é do começo — meu pai é que foi falar lá com o general Rondon. Vinham mesmo só prometendo negócio de terreno, que ia sair, ia sair pra nós... Mas era só promessa. Só promessa, só promessa. Aí agora vem vindo, vem vindo, vem vindo. Muitos encarregados entram, o governo entra, assim como o senhor veio. Dizendo que veio trabalhar a nosso favor, ou então tá mentindo, não é? A gente veio falar a verdade. Muitos ficaram com pena de nós. Porque nós não somos caça do mato. De fato, do tempo que nós era brabo, andava aí, não sabia onde morava. Nós não "pode" mesmo deixar nosso lugar para os fazendeiros tomar. Porque se não, onde é que nós vamos ficar? No olho do pau é que nós não "pode" ficar. Se nós subir no pau, quando o fazendeiro for botar roça, tem que derrubar aquele pau... E depois, pra onde nós vamos correr? Não tem lugar. Então, o nosso presidente demarcou esse pedaço aqui prá nós. Então nós temos direito de falar, com nosso lugar. Não era esse não, no tempo do meu bisavô, desses mais velhos. A demarcação era uma área muito maior. Mas como tinha muita gente, nós pensamos que era tudo amigo, os brancos com os índios. Deixamos a demarcação velha lá prá eles criar os filhos deles. Então eles podiam pensar, assim como nós estamos pensando, não era? Nós ficamos com esse pedacinho, eles ficavam lá, quieto com isso. Não era obrigado eles terem abusado de nós, não era obrigado eles estarem tentando nós. Porque nós não tamos atentando eles. Nem porque a demarcação velha fica prá eles. Isso que aconteceu, o índio mesmo não começou: porque o índio não caça conversa com os brancos, não caça política com os brancos. O senhor quando sair daqui não vai sair com cacetada na cabeça, nem vai sair com as costas preta de borduna. Porque o senhor não está implicando com nós, não é. Então também nós não "pode" mexer.

Taí a demarcação. Todo mundo viu que o governo trabalhou, demarcou esse terreno prá nós. E ele gastou muito dinheiro com essa demarcação aqui. Então, aqueles que têm coração bom, desocuparam as casinhas deles e deixaram, e aqueles que pensam má intenção com o índio é que estão vivendo ainda na nossa terra. É, ainda tem fazendeiro aí. O índio não faz fuchico. O índio não sabe escrever para fazer fuchico lá com nosso pai, que é o governo, não é? Agora, fazendeiro mente para poder arranjar um terreno, não é? E onde é que nós vamos acabar com o que é nosso?

Eles falam de matar. Então, o jeito que tem é nós morrer aqui, por cima do que é nosso.

Os senhores estão aqui, vieram de longe, então tem que saber de tudo, para contar a verdade. Os índios tavam lá trabalhando, brocando rocinha. Isso que eu vou contar, quem me contou foi mesmo um branco, e Luis, genro do Justiniano. Chegou lá em Tocantínia e foram falar com o prefeito João Virginio. — "O senhor me dá seu carro, modo deu ir lá na roça". O prefeito perguntou: "— O que vocês vão fazer lá?"

— Não eu vou lá saber por ordem de quem os índios estão botando roçado.

— Não, carro eu não dou. Você sabe que a demarcação lá é deles.

— Não, eu vou lá e volto logo..."

Foi falar com o Xuxu (Ramon Arruda Bucá, candidato a prefeito então):

— Eu quero carro.

— Não, eu não dou não. Porque você não foi falar na prefeitura?

— É porque não quizeram dar.

— Não, você vá lá — era quase tempo da eleição, não é — vá lá. É que eu vou amanhã aqui buscar um pessoal mas você fala lá com o João Virgínio. Com certeza ele pode emprestar.

Voltaram outra vez. João Virgínio pensou... e ainda falou: "rapaz, eu vou dar um conselho. É melhor vocês não ir lá nos índios porque eles estão no que é deles, nós no que é nosso. Todos estamos vendo que o governo já demarcou esse lugar para eles trabalhar. Não tem que mexer."

— Não, é porque lá é meu, porque isso assim..."

— Mas não pode. Deixe os índios prá lá. O índio também é gente, como nós. Vocês querem fazer os índios de caetitu, de porco queixada...

— Eu, eu vou lá...

... compraram uns litros de 51 e vieram tomando umas pingas, de lá pra cá, prá poder criar coragem, prá poderem atacar os índios. Num carro da prefeitura. Aí eles vieram. Ah, o prefeito cedeu o carro — uma C-10. Mas falou: "vocês vão mas não demora não. Nove horas eu quero o carro aqui."

"Depois que nós aprendemos de vestir, fumar, desses negócios dos brancos, que nós já *viciemos*, nós aqui não tem nada."

— Não, daqui, a pouquinho..."

Eles vieram. Foram logo pegando os "fuzil". As "muié... Aqui tem três mulheres que perderam criança, da barriga, com medo naquela hora, tendo que correr. Eles gritavam. Esse tal de Deusdeto mesmo já vinha mesmo com o bolso cheio de bala e ói: "tam, tam, tam, tam." Cadê onde é que os índios tem arma? Aqui o nosso capitão é de prova que aqui não existe um fuzil. E nesse dia apareceu um fuzil, e foram dizer que era daqui do posto. O nosso delegado, que é da Funai, nunca mandou um fuzil, nem pra esse posto, nem pro outro, nem lá no Craô. Aquele era deles, e foram dizer que era do posto, dos índios, não é? O que nós temos, o nosso fuzil, é esse aqui (apontando borduna e cassetete xerentes). Já vinham com aquele interesse de atacar. Tem aqui meu irmão que já foi empurrado com a mão do pai dele (Pai de Deusdete). Tá aqui o Pedro (Bermercoá), sempre é que eles vinham jurando ele, e, naquele dia, se eles enxergassem a cara dele (Pedro), era ele quem ia pagar por tudo isso. Então eles foram dizer depois que foi o índio que foram atacar eles. O que o senhor acha? Fomos nós que fomos lá em Tocantínia criar caso com eles?

EDUARDO ALMEIDA

Um dos baleados mostra a cicatriz no abdomem

C. Livre — O chefe do posto é acusado pelos fazendeiros...

Sakrebê — Nós temos aqui o nosso chefe (do posto) que nunca mandou: "Vocês vai lá, vocês faz isso, faz aquilo..." Não. Mas mesmo assim muitos deles lá não gostam dele. Se nós vamos lá (refere-se a Miracema do Norte), é porque é o jeito. Nós não tem nada aqui. Depois que nós aprendemos de vestir, fumar, desses negócios dos brancos, que nós já "viciemos", nós aqui não tem nada. O nosso chefe, chefe do posto, da Funai coitado, ele tem gosto de ajudar nós por qualquer coisa, mas como é que ele pode fazer? Esse arroz mesmo que nós tínhamos alí e o rio levou, foi com braço dele e dos índios. Não teve trator não.

"Se nós *fosse* besta assim como os fazendeiros estão pensando, o índio já tinha acabado."

Assim é que nós "veve". Assim é que nós quer viver. Não é nós pegar o que é dos outros. Não é nós perder nossa vida no que é dos outros. Nós podemos perder nossa vida, mas no que é nosso. Não é certo assim?

O índio, somos besta, e sabemos também pensar. E se nós "fosse" besta assim como os fazendeiros estão pensando, o índio já tinha acabado.

Nós podia até fazer como os Xavantes, chegar um dia e tocava fogo nas coisas dos invasores. Mas não. Nós temos pensamento. É por isso que nós guenta a mal ação dos fazendeiros.

C. Livre — Têm muitos ainda dentro da reserva?

Sakrebê — Juarez Moreira, tem o Raimundo Preto, dentro tem uma viúva, a Raimunda, dentro, e tem Agostinho, dentro, e tem o Simito, bem aqui no entroncamento, dentro, e tem o Aguiar, dentro, e tem o Batista, que não é fazendeiro não, mas está estragando muito a mata por aí. E tem o filho de criação dele... E tem um vaqueiro, que o dono mesmo mora em Goiânia.

CLivre — Que data foi mesmo o incidente?

Sakrebê — Foi 6 de julho de 1976.

C. Livre — E de lá para cá, o que vem acontecendo?

Sakrebê — De vez em quando é jurado (ameaçado). Até hoje nós não vamos mais caçar, não vamos mais pro mato, não vamos mais de dormida. Não é por causa de medo. É porque nós não quer criar mais problema. Porque se nós morrer, morreu. Mas todo mundo tem coração, todo mundo tem veia igual. A gente tem que ter ajuda da Funai prá comprar uma carne, abater um gado, porque nós não podemos mais caçar. Quando vamos lá no Baixão é olhando prá aqui e prá ali.

Mas eu vou te falar. O governo do Estado não podia vender essas terras por aqui, porque tem cadastro dos nossos "bisavô". Agora, nós "dorme" aqui espantado. Por exemplo, se morrer até nosso chefe (o do posto, da Funai) aqui, quem é que vai avisar? Só quando alguém passar e ver nossas carniças aqui.

Branco tem matado muito índio e nós nunca fomos atrás deles. No caminho de Pedro Afonso, o filho do finado Valfrido (índio), eles mataram e jogaram num brejo, como se fosse cachorru. Nós nunca fomos numa delegacia dar parte disso. Outro: um cabo raso bateu no meu sobrinho o Joãozinho, feriu a cabeça dele.

C. Livre — Quando foi isso?

Sakrebê — Foi recente, mas não foi no tempo do Vianey não. (Vianey serve no PI Xerente há menos de um ano).

ÍNDIO x LATIFÚNDIO

Assim como os xerentes, os demais índios de Goiás ainda lutam para inverter a situação de decadência e extermínio em que vivem desde o momento do primeiro contato com a "civilização". Na vastidão dos cerrados e matas, antes de chegarem os aventureiros e exploradores civilizados, as tribos não eram muitas como em outras regiões, mas eram bastante numerosas e espalhadas.

Mas o gado se esparrama rápido, e a garimpagem não respeita fronteiras ou soberanias, sobretudo se o desrespeitado for muito inferior em armamentos. Primeiro, os que mais sofreram foram os índios do vale do Tocantins, depois, como os latifúndios ali criados não permitiram que todos tivessem sua terra, e o vale do Araguaia, de terras mais baixas — sujeitas a alagamento na cheia — foram também invadidas. Tanto no Tocantins como no Araguaia os índios resistiram bastante. Até que eram dominados ou forçavam os civilizados a prometerem um termo de paz, concedendo aos índios um pedaço de terra, um padre e a imposição pacífica do estilo de vida "civilizado", mortal para eles.

Como os xerentes, os craô, os carajás, javaés e Xambioás também foram "pacificados" para continuarem a ver suas terras serem invadidas, sua ingênuidade em relação à vida moderna explorada covardemente, sua população morreu lo em grandes proporções com as doenças dos invasores.

Fugindo do contato com os brancos, resistiam, já a custas de "caçar" gado nas fazendas, um pequeno grupo de avá-canoeiros, afinal "pacificados" há três anos, pelo sertanista Apoena Meireles. Esses índios foram transferidos para o Parque de Araguaia (ilha do Bananal), onde sobrevivem no desânimo.

Como uma estória fantástica, há quem sustente ainda a existência de outro grupo arredio de avá-canoeiros, na região de Cavalcante, Goiás, cerca de 300 km ao norte de Brasília.

Os carajás e javaés, na ilha do Bananal, estão sofrendo contínua invasão de colonos civilizados. Quer dizer: a intenção da Funai de retirar os invasores que já haviam foi, inteiramente fracassado, pois nenhum foi retirado, e novos chegaram. Os índios

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

AMAZÔNIA
refúgio ameaçado

ELIANA LUCENA

Mais de 80% da população indígena (calculada entre 180 mil e 200 mil habitantes) está na região Norte (Amazônia), onde há regiões em que os índios constituem mais de um terço, ou mesmo maioria da população total, o que daria direito à criação de territórios federais indígenas, pelo que diz o Estatuto do Índio (Lei 6.001, de dezembro de 1973), mas o que nunca foi feito.

1970 é uma data trágica para os índios da Amazônia. A intenção deliberada do governo em levar a ocupação populacional a áreas "pouco ocupadas" (por civilizados) da Amazônia agrediu diretamente um grande número de grupos indígenas. À medida que a Amazônia foi sendo conquistada pela sociedade nacional, desde há 300 anos, a numerosa população nativa que habitava as margens dos principais rios foi sendo agredida frontalmente. Há cem anos, quando a riqueza da borracha intensificou a penetração, sobretudo em direção ao que hoje é o estado do Acre, o problema ficou mais grave.

Como de regra na história do Brasil, quando o contingente era pequeno ou não conseguia se impor aos índios pelas armas, tentavam logo a "pacificação" e redução dos nativos em missões entregues a religiosos. De uma forma ou de outra os índios acabavam sofrendo grandes perdas. No auge da borracha os seringalistas, financiados por grandes comerciantes estrangeiros, chegavam a organizar "correrias", que eram expedições para "limpar" a área de índios, arranjar esposas índias ou escravisar, mesmo isso sendo proibido por lei.

As expedições para exterminar índios não acabaram há muito tempo, se é que acabaram. A famosa "Chacina do Paralelo Onze", entre Rondônia e Mato Grosso, em que os genocidas se utilizaram até de avião, ocorreu em 1971, mas até hoje ninguém foi condenado pelo crime.

A ocupação dos rios forçou muitas nações indígenas a se refugiarem no interior, subindo os igarapés (afluentes pequenos), e lá disputando o território com outros índios. Em regiões de mais difícil acesso os índios se resguardaram. Agora, entretanto, a decisão do governo de abrir estradas justamente em áreas pouco acessíveis à navegação fluvial provoca novamente o contato pernicioso ao índio.

O grande número de tribos, a vastidão da área e a falta de estrutura da Funai redundam no fato de que a imensa maioria dos índios na Amazônia estejam completamente desassistidos. Há áreas enormes em que a Funai nem se faz presente, como o vale do Juruá, por exemplo. O vale do Purus, só há dois anos que vem sendo "estudado" pela Funai. O mesmo ocorre com o estado do Acre.

Em três regiões particularmente a população indígena tem peso ponderável na população regional: Roraima, Alto Rio Negro e Alto Solimões. Aí os índios são em geral mais respeitados, por que se impõem pelo número. Mesmo assim os problemas são muitos.

Os macuxi, taulipang e wapitxaná — bastante aculturados — vivem ainda sem suas terras demarcadas, e apesar de a penetração da agropecuária lá não ser grande, já se registram conflitos com fazendeiros. Contam ainda com uma assistência deficiente da Funai, e com a má vontade da administração do território de Roraima, cujo governador, Fernando Pereira, quer de todo jeito que a Funai abra mão de grande parte da Fazenda São Marcos (uma estranha propriedade da Funai, de grandes dimensões, mas com poucos índios fazendo uso), pois pretende até construir uma cidade naquela área. O grande grupo de língua **yanoama**, dominando o oeste de Roraima e parte do norte do Amazonas (**yanomani, waiká, sanumá** e outros), mais os **maiongong**, menos aculturados, se sentem desestimulados com o fato, mas continuam se mantendo graças à sua venda de artesanato.

MARCOS SANTILLI

No norte de Goiás, enquanto os reduzidos grupos de xambioás e o apinajes tentam renascer das cinzas — praticamente dizimados, a extensão de terra deixa de ser importante — os craô, mais numerosos e com uma reserva já antiga de bom tamanho e razoavelmente livre de invasores, começam a sentir o desgaste da dependência sobre um órgão governamental sem estrutura ou força política mínimas. Um "programa de desenvolvimento comunitário" lançado pela Funai com grande alarde há dois anos fracassou, devido à má execução. São cerca de 600 índios craô que ainda hoje sentem dificuldade para prover seu sustento.

Em Mato Grosso, com uma população indígena bem maior, e um grande número de grupos, a situação apresenta inúmeros casos de conflito e invasão de terras. O caso dos "**bororo**", que desde quando foram contratados pelo general Rondon, no começo do século, perderam a maior parte da nação, esteve em evidência recentemente. Um grupo de fazendeiros foi à aldeia de "Merure", e o resultado todos conhecem: mais um mártir para a Igreja, o padre Rodolfo Lunkenbein, e mais um índio morto (Simião Cristino). Inexplicavelmente, dos 27 participantes do assassinato, apenas dois réus foram indicados para o julgamento

Perto dos bororo estão os xavantes, espalhados em áreas, sendo que em algumas delas há fazendeiros invasores que ainda resistem a aceitar a demarcação da reserva indígena. Povo notável pela moral elevada e espírito de decisão que em geral demonstram, os xavantes, ao que parece, estão conseguindo a resolução de seus problemas fundiários em ritmo mais rápido que o usual. Como uma nação moderna que estabelece uma estratégia de ocupação de suas fronteiras mais vulneráveis, os 700 xavantes da Reserva de S. Marcos, logo que a demarcação foi feita, no ano retrasado, decidiram dividir o grupo em cinco, cada um se instalando em um ponto chave.

Na margem do Araguaia, estão os remanescentes da nação **tapirapé**, que depois de seguidas perseguições pela penetração das fazendas, se instalaram em uma área, onde novamente as fazendas apareceram. Hoje, uma empresa agropecuária alega que a área de mata — essencial aos índios — ali existente lhe pertence, chegando, por incrível que pareça, a propor uma espécie de arrendamento aos tapirapé. Os índios estão impacientes com a demora na solução do problema. No Parque do Xingu, onde os 16 grupos indígenas vivem certamente a melhor condição no que se refere a assistência médica e preservação da cultura original, constatou-se recentemente que praticamente toda a área estava loteada por um governador de Mato Grosso.

Os **xinguanos**, além de cercados por grandes fazendas e ameaçados de enfrentar conflitos fundiários, vivem a cada dia que passa o dilema do futuro. Como manter-se na vida tribal quase original, com pequeno crescimento populacional, enquanto a sociedade nacional, sem resolver seus problemas sociais, com agravamento da situação no campo, continua cobiçando novas terras virgens? Esse problema já vem sendo discutido pelas próprias lideranças tribais e espera-se que os índios mesmos encontrem o melhor caminho, a exemplo do que têm feito os xavantes e outras tribos.

Os **parecís** igualmente pressionados pelas fazendas, vêm lutando, tanto contra os pretendentes de suas terras como contra a morosidade dos processos governamentais de solucionamento de seus problemas. Com isso, têm sido repreendidos pela delegacia da Funai. A sua reserva, relativamente pequena, até hoje não foi demarcada pela Funai.

Outros grupos do Norte de Mato Grosso, como os **munku, erikbatsa..**, e **tapaiuna** assistidos por missões religiosas, ainda lutam pela completa regularização de suas terras e pelo desenvolvimento de sua produção agrícola.

No sul do estado, **terenas, kadiweus** e **guaranis**, que encontram-se num grau avançado de aculturação, e, apesar de terem perdido grande parte de suas propriedades para os "civilizados", são em geral respeitados na região. Eles buscam agora fortalecer suas tradições, muitas delas perdidas nos mais de 150 anos de contato.

JUVENAL PEREIRA

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

dos, já começaram a sofrer com as obras da rodovia Perimetral Norte, com a morte de alguns índios por doenças contraídas no contato com as frentes de obra. O território, além disso, acaba de ganhar uma ligação rodoviária com Manaus, interligando para a Venezuela. A previsão é de que tal estrada desencadeie um fluxo maior de penetração agropecuária e de extrativismo mineral no território, afetando fatalmente os desprotegidos índios. Um projeto especial, confiado ao antropólogo escocês Kenneth Taylor, e destinado a providenciar uma rápida solução para os problemas previstos acabou sendo abandonado e o antropólogo dispensado por razões mal explicadas (juntamente com outros estrangeiros contratados pela Funai em missão semelhante). A população indígena de Roraima, estima-se, é superior a 15 mil pessoas, para uma população geral de 40 mil habitantes.

No Alto Rio Negro, cerca de 20 mil índios compõem mais de 70% da população do município de Uaupés (São Gabriel da Cachoeira). Ao longo dos rios estão os **baniuas, tucano, wanana, tarianas, dessanas, kobewa** e outros, todos com longo contato com missões religiosas, que ali formaram um verdadeiros feudo. Nas matas, estão os **maku** e possivelmente outros grupos não conhecidos. Parcialmente deculturados pela influência dos missionários, esses índios vêm demonstrando nos últimos anos grande interesse em encontrar saídas para seu desenvolvimento sócio-econômico, pois já têm grande número de gente alfabetizada e qualificada em algumas funções e estão com população em crescimento. Possuem um artesanato sofisticado, e pretendem eliminar os intermediários no seu comércio com Manaus. O estrangulamento em que vivem tem ocasionado a evasão de mão-de-obra indígena para frentes de exploração econômica nos países vizinhos, Colômbia e Venezuela. A rodovia Perimetral Norte, que corta uma parte dessa região, felizmente para os índios, está abandonada pelo governo nesse trecho.

A que se presume seja a maior nação indígena do Brasil em população, está vivendo uma fase inteiramente nova em sua história de mais de 200 anos de contato com a civilização. São cerca de 10 mil índios **ticuna** espalhados ao longo do Solimões nos municípios de Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Santo Antonio do Içá (mais de 500 km de leito).

Todo o Alto Solimões foi ocupado durante a corrida da borracha por seringalistas que passaram a utilizar os índios como seringueiros (mão-de-obra). A tendência dos índios, então, foi a de se internar pelos igarapés, onde algumas comunidades mostram ainda hoje sinais de menor aculturação. Com a decadência da borracha, os seringalistas que ficaram, passaram a regatões (comerciantes), com barracões dominando as bocas dos igarapés, explorando igualmente os índios. Entretanto, de alguns anos para cá, vários fenômenos, principalmente, talvez, a ocorrência na área de um movimento messiânico (liderado pelo místico José da Cruz) que ganhou muitos adeptos entre os índios, apesar do combate tenaz dos padres italianos, contribuíram para a aglomeração crescente dos ticunas em grandes aldeias mais próximas ao Solimões. O fenômeno vem coincidindo também com o enfraquecimento dos patrões, talvez pelo aparecimento de novos comerciantes que tornam difícil o monópolio do barracão. As aldeias, algumas com mais de 1.500 índios (maior que muita sede municipal), vem agravando o problema sanitário entre os ticunas, que permanecem precariamente assistidos pela Funai, embora na área de saúde esteja sendo feito um grande esforço. A Funai também havia lançado um projeto especial para a área ticuna (a Perimetral Norte também passa por ali) em fins de 74, mas que foi igualmente abandonado. As terras desses índios — que são bons agricultores — não estão demarcadas, e um projeto do Incra, próximo à vila militar de Tabatinga, está sendo implantado em área dos índios.

Ainda no Amazonas, os **waimiri-atroari**, que tanto assustam os brancos com suas imprevisíveis reações de defesa, embora tenham recebido uma reserva, esta se encontra somente delimitada, o que poderá provocar num futuro próximo mais problemas de invasão porque estas terras acabam de ser valorizadas com a inauguração da estrada BR-174, Manaus-Caracaraí (RR). A estrada corta a reserva em 130 quilômetros e a Funai conta com a possibilidade de problemas que fatalmetne surgirão do enfrentamento entre os índios e os brancos.

No vale do Javari, apesar da reduzidíssima população civilizada, a situação dos **maiorunas** e **marubos** contatados é ruim, após sucessivas violências praticadas por grupos de madeireiros. Há na região grande número de índios arredios, alguns deles mantendo relações semelhantes às dos waimiris-atroaris com as turmas de pacificação. A hostilidade desses índios pode ser explicada pelas violências e traições que já sofreram no contato com civilizados. A Perimetral Norte também cruza a região, em trecho que está sendo construído por um batalhão do Exército.

No Juruá e Purus, até a fronteira com o Peru, vários grupos subsistem nos seringais decadentes ou afastados deles, no alto dos igarapés ou mesmo nos arrabaldes de algumas cidades. Alguns grupos, acredita-se, existem ainda arredios pelo interior da mata. Os grupos dessa região são de língua **aruaque (apurinã, paumari, kanamari, dani, iamamadi** e **manitineri)** e **pano (cachinaua, jaminaua, katukina, katiana, poianaua,** e outros). No Acre particularmente, a situação indígena vem se agravando, com a crescente substituição dos seringais por fazendas de gado de grupos empresariais sulistas. Já constatou-se, por exemplo, um grupo de índios servindo como mão-de-obra temporária numa fazenda do grupo Atalla (Coopersucar), no município de Tarauacá, Acre.

No Território de Rondônia, os sobreviventes dos bravos índios que resistiram tenazmente à construção da ferrovia Madeira—Mamoré, na parte oeste do território, enfrentam hoje a cobiça por suas terras, o que ocorre com conivência do Incra. Além dos **karitiana, paakas-novas, urupás** e **araras**, já foi confirmada a presença de um grupo **karipuna** arredio pouco disposto ao contato. Na metade leste do território, onde a penetração de migrantes e grileiros tem sido mais intensa, graves problemas têm se sucedido nos últimos anos. Iludidos por grileiros, muitos vêem-se em conflito com índios por causa de terra. A maior parte do parque do Aripuanã estava loteado pelos Irmãos Melhoranca, fato que gera até hoje graves problemas para os **suruís** e **cintas-largas**. Os suruís, que eram 4.000 na época do contato, são hoje apenas 250.

No vale do Madeira, remanescentes de grupos pacificados a grande custo no final do século passado ou começo deste (**mura-pirahan, parintintin** e **tanhari**) continuam sofrendo no relacionamento com comerciantes, extrativistas e agricultores regionais, pois, inclusive, a Funai continua ausente. Junto à foz do Madeira estão os **maués**, bastante aculturados, mas com população considerável. Esses índios também vivem explorados por comerciantes inescrupulosos, e se ressentem da falta de maior assistência da Funai.

No Pará, as regiões mais povoadas de índios estão sofrendo grande pressão de fazendas, estradas, colonização e outros projetos econômicos incentivados pelo governo. Os grupos **caiapós (mekranotire, kuben-kran-kren, garotire, xikrin** e outros, do sul e centro do Pará), apesar de antigas reivindicações, até hoje não estão com suas terras demarcadas, e as fazendas, estradas e mineradores continuam caminhando na direção do vale do Xingu.

Os índios **kararaô** formavam uma imensa nação, bastante temida pelos brancos, nos idos de 60. Hoje, são poucos mais de 20 índios e suas terras, apenas delimitadas, dentro do município de Altamira. Espalhados, eles já não assustam mais os brancos. Os **assurini** contam com área delimitada mas não há data para demarcação. Neste caso também se encontram os índios **munduruku**, que se espalham por ampla área no Tapajós. Os **parakanã**, no baixo Tocantins vão perder extensas terras para dar lugar à barragem de Tucuruí. A Funai não confirma os números sobre a população parakanan, e antes da inundação, o órgão deverá fazer um levantamento sobre a existência de mais índios dentro da mata, para evitar o pior.

Os infelizes **tembés** perderam, no início da década de 70, ricas terras que foram vendidas para a multinacional Swift do Brasil. Como em todas as estórias de índios que perdem suas terras, eles também sofreram enormes perdas humanas porque não se adaptavam ao novo habitat. Os tembés continuam sofrendo invasões pois a área não está demarcada.

Próximo a Marabá, um grupo **gavião** vem dando um exemplo de iniciativa, ao tentarem conduzir por si mesmos a comercialização da castanha do pará por eles coletada. Há pouco, os gaviões chegaram inclusive a contrair um empréstimo na agência do Banco do Brasil, em Marabá.

No norte do estado, por onde passa a Perimetral Norte, calcula-se haver ainda grupos isolados. Os **apalai, warikiana, tirió** e outros estão aparentemente se reconstituindo da fase negativa posterior à pacificação, apresentando sinais de expansão populacional e aumento da produção econômica.

No Amapá, os grupos mais numerosos (**galibi, palikur** e **karipuna**) continuam ainda mal assistidos pela Funai, à mercê de comerciantes e outros indivíduos brasileiros ou da Guiana Francesa.

MEMÉLIA MOREIRA

CAINGANG
escravidão acaba mas exploração aumenta

Cafe-i (Francisco Elias), Fanchõe (Romano), Sima (Josefina) e Güita (Lúcia) passaram quase dois meses inteiros viajando, fazendo empreitada em roça, pernoitando em estação de trem, albergues, pedindo ajuda aqui e alí, para chegar a Brasília. "Cheguei aqui em Brasília para poder libertar meus índios, todos os meus irmãos... Liberdade para que não sejam cativos de diretor nenhum, trabalhando cada um para sí. Para ter coisas bonitas dentro da casa. Umas vaquinhas de leite para alimentar as crianças, umas juntas de boi, carroça e arado pra plantar qualquer coisa, milho, feijão, soja, arroz. Eu espero que no ano que vem ou daqui cinco anos todos os meus índios tenham almejado esse objeto que estou falando" (Cafê-i).

Os quatro caingang tinham vindo da aldeia de Ligeiro, onde existe uma reserva indígena já antiga, mas com boa parte invadida por colonos civilizados. Chegaram a Brasília nos primeiros dias de janeiro, para discutir com a Funai a grave situação de sua comunidade e, depois de quase três semanas de seguidas audiências com diferentes escalões do órgão, hospedados na Casa do Ceará, ganharam passagem e retornaram, com a promessa de que o problema seria "investigado". Uma das primeiras providências dos quatro em Brasília foi procurar pela Imprensa, "porque ajuda", segundo eles. **Clivre** combinou uma entrevista: durante mais de duas horas os quatro índios — Café-i usando um boné do Atlético Mineiro — gaúchos contaram um pouco de sua história, que aqui resumimos.

— É como eu estou dizendo. De 1945 até 1975 — dois anos atrás — tivemos nessa escravidão. Os índios estão "pelados", completamente. Não têm coisíssima nenhuma. Só algum que

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

tem, mas é pouco, né. Vivemos só obrigado... Puxa prá cá, tem que vir, puxa prá lá, tem que vir. É que nem um animal na rédea. Tem que terminar essa escravidão. Se continuar assim... Então, o índio está no terreno dele, no mato dele e não tem mais direito, né? Não, tem direito! Quando descobriram o Brasil, invadiram o Brasil, eu estava aqui. Meus avô estava aqui no Brasil.

Café-i mostra que os caingang gaúchos começam a ter uma consciência clara sobre a realidade atual e a História. Quem sabe para se defender dos mitos "civilizados", Café-i tem os seus:

— Quando Pedro Cabral descobriu, os índios estavam aqui no Brasil. Então descobriu e ficou com os índios aqui. Casou com uma índia, não é? E levou índio para estudar, lá prá Portugal. O índio voltou e disseram pra ele: "agora você vai ser governo aqui no Brasil. Como foi até agora, não é? Já "faz" quatrocentos e setenta e sete anos...

As denúncias dos quatro enviados a Brasília confirmam vários relatos sobre a situação dos caingang, principalmente no Rio Grande do Sul. De 1975 para cá, como diz Café-i, a situação teria melhorado em alguns aspectos, como o dos castigos e trabalho forçado. Entretanto, o confisco da produção, principal motivo da vinda dos quatro a Brasília, continua existindo.

A antropóloga gaúcha Ligia Lopes Simonian, atualmente fazendo pós-graduação na UnB, informa que nos aldeiamentos Caingang de seu Estado, a assistência da Funai tem privilegiado o pequeno grupo de líderes locais ("cacique", "coronel" ou "capitão", bem como a "polícia indígena") e confirma a prática de castigos, entre os quais a utilização dos castigados como mão-de-obra, sem remuneração, nas roças do cacique ou de "policiais".

Em Ligeiro, Café-i afirma que o atual chefe do posto da Funai, de nome Gilberto, articula-se com a chefia dos índios para manipular. A renda das safras e da madeira vendidas não são devidamente distribuídas. Ele explica que lá a chefia dos índios "tem o cacique, tem o capitão também, e tem o cabo, e tem os policiais dele". Os quatro índios retornaram dispostos a forçar, mais uma vez, uma eleição na reserva para renovar os cargos. Os atuais ocupantes, em combinação com o funcionário Gilberto, têm impedido que a comunidade aponte novo cacique, diz Café-i.

"Vim a Brasília para poder libertar meus índios, todos os meus irmãos"

A seqüência de injustiças, violências e doenças sofridas pelos caingang do Posto Indígena Ligeiro a partir de 1945, segundo Café-i, marcou profundamente a comunidade.

— Então, dali, ficou viva a injustiça que fizeram com os índios. Aí ninguém rebateu mais. Aí desmoralizaram completamente. Fizeram como queriam dos índios. Desmoralizou. Nem que tivesse razão, não respondia. Ficou desmoralizado, não é? Mas eu nunca acreditei que fosse ordem do governo. Porque se fosse era tudo escravidão aqui no Brasil, não é?

Café-i, de 39 anos, Fanchõe, de 36, Sina, de 65, e Güita, de 20, falam do falecido general Cândido Rondon, fundador, em 1910, do Serviço de Proteção ao Índio (em 1967 substituído pela Funai), como se ele fosse um mito. Ao ponto de sustentarem, com segurança, que Rondon morreu em 1945, data fatídica para eles. Rondon morreu foi em 1958 . "O começo da escravidão foi em 1946, depois que morreu nosso papai, general Rondon, no Rio de Janeiro. Papai dos índios e de todos também. Ele comandava todo mundo no Brasil. Ele foi general do Exército, não é? No tempo dele não havia extravagância. Era o chefão aqui do Brasil. Os índios foram protegidos com a força dele".

Alguns dos muitos casos ocorridos nesses anos foram contados por Café-i. Do tempo do funcionário Mata Cabral, que chefiava a delegacia do SPI em Curitiba (até hoje, Curitiba é a sede da Funai para toda a região Sul), os caingang lembram o seguinte:

— No tempo dele (Mata Cabral), se escravisava índios. Foi ele que mais criou cativos. Naquele tempo os índios não podiam ter casa. Eles mandavam a gente para uma lavoura a cinco, seis quilômetros. Os índios tinham que ir, todo mundo, levando suas bagagens, o lá fazer acampamento, de palha. Morreram muitos nesse tempo. Outros extraviaram para não trabalhar de graça.

Café-i fez uma pausa e diz:

— Não se deve trabalhar de graça para ninguém, prá chefe, prá ninguém!

ELIANE MOTTA

Café-i, Fanchõe, Guita e Sina

ÍNDIO x BUROCRACIA

Segundo a Funai, é no estado do Rio Grande do Sul (Caingang e guarani) que a situação de terras se apresenta com maior gravidade — uma afirmativa discutível, pois à medida em que se percorre os estados brasileiros se descobre que todos os problemas de terras são graves, variando apenas o estilo de invasão e a força do invasor. Todas as áreas no Rio Grande se encontram delimitadas e, quase sem exceção, invadidas. Uma das propostas da Funai para resolver este problema é reassentar estas famílias — são 1.500 famílias invasoras — em outra área, talvez às margens da rodovia Cuiabá-Santarém, de onde saíram os kren-akarore.

Em Santa Catarina (xokleng e caingang) e Paraná (caingang e guarani) a situação é semelhante à do Rio Grande do Sul. De acordo com o general Ismarth, em seu depoimento na Comissão Parlamentar do Inquérito sobre o Sistema Fundiário, há dois meses, a Funai está tentando solucionar o problema das terras no país através de ações judiciais, o que certamente provocará um grande problema social pois as famílias migrarão certamente, invadindo outras áreas indígenas (Rondônia, por exemplo).

Os índios de São Paulo (guarani no litoral sul, caingang e terena na região Noroeste), com terras reduzidas, lutam hoje mais contra a pobreza e o preconceito. Entre caingangs e terenas, vem ocorrendo que trabalhadores "bóias-frias", fugindo da exploração à qual são submetidos, correm para as aldeias e encontram a solução para a falta de espaço casando-se com índias e promovendo uma disputa de liderança, o que tem preocupado o sertanista Orlando Villas-Boas.

NORDESTE
renascimento das cinzas

Embora os índios que habitam a região Nordeste tenham suas terras quase todas delimitadas, é aí onde se encontra a grande maioria das invasões, inclusive promovidas pelas autoridades municipais. É o caso dos fulni-ô, por exemplo, no município de Águas Belas, em Pernambuco. No litoral norte da Paraíba, os potiguara lutam agora pela reafirmação de seu território, doado no século passado mas seguidamente desrespeitado, e por um renascimento da cultura original, da qual resta pouco.

Na Bahia, os índios tuxá, muito desaculturados, sofridos, mas orgulhosos de sua condição, já têm suas terras delimitadas, mas os kiriri lutam pela terra que se encontra completamente invadida. No sul do estado, os kamakan e pataxó continuam como agricultores paupérrimos, com o agravante de sofrerem maior discriminação social.

Os urubu-kaapor, de sofisticada arte plumária, gaviões, canelas, guajajara e guajás, espalhados pelo oeste e centro-sul do Maranhão ainda não têm suas terras demarcadas, mas a Funai prometeu iniciar os trabalhos este ano. Entretanto, o próprio general Ismarth admite que é difícil cumprir o cronograma de demarcação estabelecido, pois o preço do quilômetro de perímetro se torna cada vez mais caro, variando entre quatro mil a 20 mil cruzeiros (dados de 1976), dependendo da área (mata densa, cerrado, etc). Em praticamente todas as áreas os índios estão com suas terras pressionadas por fazendeiros e colonos.

Em Minas Gerais, os maxacali e xacriabá continuam lutando por garantias ao seu território. Em março último, os maxacali sofreram ameaça de invasão de suas terras. O prefeito local (da Arena), que acabara de se empossar, ameaçou cumprir uma promessa de campanha eleitoral: tomaria as terras dos índios para atender aos interesses dos fazendeiros. Enquanto isso, a Funai, ao invés de usar seu poder de polícia, enviou um grupo de trabalho para a região.

A Funai não resolve, OS PROBLEMAS CRESCEM

Mesmo que a Fundação Nacional do Índio contasse com uma verba especial de 100 milhões de cruzeiros — além de seu orçamento — para a demarcação das terras indígenas em 1977, esta seria insuficiente. E quem diz isso são os próprios técnicos encarregados da solução deste problema que a cada dia se torna mais crucial em virtude das constantes invasões. A maioria das terras indígenas ainda não foram nem delimitadas. Todas as 15 reservas e os quatro parques, já estão delimitados, por decreto. Isto não impede, no entanto, que estas áreas sejam invadidas, nem se constitui na certeza de que serão demarcadas.

Analisando a questão de demarcação sobre o prisma financeiro, à primeira vista parece que ela só não se faz pela falta de verbas, mas na verdade muitas áreas, mesmo delimitadas, se encontram em litígio, principalmente com grandes empresas, e outras foram designadas para os índios sem um devido estudo sobre condições do solo, adaptação do grupo tribal, enfim condições de sobrevivência para as tribos. E o caso mais famoso — e menos divulgado pela imprensa devido às condições de censura da época — é o caso dos nambiquara, no vale do Guaporé, cujas terras receberam certidão negativa da Funai, informando que não havia problemas, e provocando o extermínio de dezenas destes índios. As terras doadas aos nambiquara são paupérrimas, sem a mínima condição para agricultura e os responsáveis pela transação comercial, entre os quais o filho do ex-ministro do Interior Costa Cavalcanti, jamais foram denunciados publicamente ou levados ao banco dos réus. Enquanto isso, os nambiquaras se tornaram índios errantes, mendigando pelas fazendas e o próprio presidente da Funai reconhece a necessidade de se delimitar outra área para eles antes que sejam totalmente exterminados. O caso dos nambiquara, ocorrido em 1972, contou com a completa conivência da Funai, cujo presidente então era o general Bandeira de Melo.

A desapropriação das fazendas que lá se instalaram levará bastante tempo, sem contar com os gastos que a Funai terá para promover qualquer ação na Justiça contra os fazendeiros que ali se encontram.

A conquista do oeste brasileiro, semelhante à do oeste da América do Norte se traduz em extermínio dos grupos tribais. Lá, como aqui, a disputa é a mesma: terras. Mesmo com as demarcações, nada impede que um grande proprietário ou uma empresa multinacional se instale e pague pela invasão. São invasões permitidas na medida em que não existe uma ação efetiva para expulsar os invasores. As medidas só são tomadas quando o invasor é um pequeno proprietário que quase sempre convive pacificamente com os índios.

Levando-se em conta que a política desenvolvida pelos últimos governos se constitui numa política de ocupação, é de se esperar que os sobreviventes índios não resistam às investidas sucumbindo debaixo dos tratores ou das patas dos bois que dia a dia são colocados em áreas muitas vezes impróprias para a atividade pecuária, levando inclusive a Volkswagen a afrontar os índios com uma publicidade mostrando um robusto touro, com os dizeres "Sudam Volkswagen 77" (os incentivos são da Sudam): sua presença na Amazônia é motivo de orgulho. Em última análise, a sociedade brasileira é conivente com a conquista de um território que até agora dormia silencioso sob a guarda das nações indígenas, que durante milênios não só viveram felizes como preservaram a natureza, pois, em sua sabedoria, não desconhecem que dela depende a sobrevivência da humanidade.

Memélia Moreira

Participaram da produção desse material Eliana Lucena (panorama da situação indígena), Inácio da Glória (diagramação), Regina Ramalho (diagramação), Memélia Moreira (panorama), Eliane Mota (entrevista com caingangs), Armando Lacerda (caingangs), Romerito de Aquino (reportagem com xerentes), Carmem Coaracy (xerentes), Sandra de Aquino (xerentes), Everaldo Maia (xerentes), Dea Costa (xerentes), Wagner Barja (ilustração), Eduardo Almeida (caingangs e xerentes)

WAGNER

MARCIO OBERLAENDER

O Pastor dos Oprimidos

Não resta dúvida que a Igreja assumiu uma postura nova após o Concílio Vaticano II.º quando abandonou a cômoda atitude de servir aos mais abastados na cidade ou no campo e passou a assistir as populações oprimidas econômica, política e socialmente.

No Brasil são 10 milhões de famílias, quase a metade de nossa população, e cerca de 180 mil índios, remanescentes de mais de três milhões da época do descobrimento, marginalizados do "processo de desenvolvimento econômico".

D. Tomás Balduino, bispo de Goiás e presidente do Conselho Indigenista Missionário, CIMI, defende, dentro dos preceitos cristãos, o cumprimento do Estatuto da Terra e do Estatuto do Índio constantemente violados por interesses e grupos, os "bandeirantes modernos", em geral aliados de autoridades governamentais e com garantias da Fundação Nacional do Índio, a Funai. Pregou ele, como fez na Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Fundiário, a substituição de nosso modêlo atual de desenvolvimento econômico, concentrador de renda, por uma política econômica mais humana, mais comunitária, socializante.

Cidade Livre foi a D. Tomás, em sua residência, colher sua opinião sobre os problemas dos índios brasileiros.

O FUTURO DO ÍNDIO SEGUNDO D. TOMÁS BALDUINO

— C. Livre — O que é que o presidente do CIMI tem a dizer sobre a situação do índio brasileiro hoje?

— D. Tomás — Infelizmente segundo as perspectivas mais concretas, em termos de política indigenista, não só por causa da política oficial mas dessa política decorrente do modelo econômico nós estamos assistindo ao final da História do Índio. Nós estamos na década de 70, a primeira das três últimas décadas da História do Índio.

Interessante é que há um certo paralelismo com a história do índio americano que de repente, nas três últimas décadas do século passado, foi desaparecendo e se desfigurando. Sobraram umas poucas reservas completamente deterioradas. O Índio perdeu sua condição de Povo.

Tudo provocado por um açodamento da pressão do modelo econômico, com a implantação das grandes empresas, a necessidade de concentrar, exportar, etc. E o índio teve a má sorte, como sempre, de habitar as jazidas, antigamente auríferas, e hoje habitar a terra. A Terra como tal, que é a cobiça do momento.

Analisando-se por dentro toda a política indigenista veremos que no fundo é uma maneira de conter e de confinar, de impedir a auto-determinação, de maneira a tirar toda a chance de recuperação dos seus valores, de sua soberania, de sua dignidade. De uma maneira global, acontece isto.

— C. Livre — Quer dizer que mais cedo ou mais tarde o índio será engolido? O curso da história levará a este resultado?

— D. Tomás — Estou analisando o índio a partir de um projeto oficial, que esposa todas as aspirações de um modelo econômico ao qual está em ligação e aliança. Eu não digo que seja isso inexorável. Eu digo que nós estamos assistindo ao final do índio como programação. Até o Ministro do Interior se traiu dizendo que o prazo é para menos de 30 anos, que é para dez anos.

— C. Livre — Quer dizer que o Sr. acha que este prazo consta dos planos do governo para "integrar" os índios?

— D. Tomás — É, e pode até vir antes de 30 anos por que agora, com a aceleração do processo histórico, as coisas vão muito mais depressa do que hoje a gente pode programar.

Mas na realidade há outros fatores que podem modificar o programa. Eu coloco entre esses fatores, por exemplo, uma consciência nacional, uma nova consciência de grupos, de instituições, uma nova consciência da igreja. Em outras épocas o modelo poderia contar com a Igreja. Hoje não mais.

O problema número um, seria o problema da terra que sempre foi o eterno problema do índio.

O índio, no caso, é um estorvo. Para o índio a terra é vital. Não no sentido de uma demarcação "per capita" como nós fazemos, por meio de módulos como o Estatuto da Terra prevê.

A terra se integra a vida do índio como uma constelação viva na qual ele se insere e na qual ele se reencontra com seus antepassados, com sua história com toda a sua mitologia. Em termos concretos, ele precisa de área de ambulação.

Vou citar um caso concreto: O Carajá mora ao longo do rio Araguaia não por motivos práticos ou por motivos de inércia. É por que ele nasceu debaixo do Araguaia. Sua origem cósmica é o Araguaia. De maneira que ele está ligado ao Araguaia como a criança se liga ao cordão umbilical. Isso define o seu destino. Tirar dali, transportar para outro lugar... Como dizia um deputado gaúcho, que se resolveria o problema do índio se se construísse um prédio, onde um índio pudesse ter todo o conforto... quer dizer, é a morte mesmo...

— C. Livre — Já se chegou a sugerir isso?

— D. Tomás — Esse deputado chegou a dizer isso — o governo gastaria muito menos pegando todo mundo e dando sustento para o resto da vida.

Então o caso da terra leva a esse conflito contínuo em primeiro lugar com as firmas, com as frentes pioneiras, pelas estradas, como esta de Manaus a Caracaraí, que atravessa uma área que tem índio. Logo é preciso ajeitar uma equipe de sertanistas, para fazer a atração. Como dizia, depois, o sertanista Cotrin: "não dou mais para coveiro de índio".

Porque realmente é isso que se dá. O índio perde a vivacidade, o vigor em defender o que é seu e acaba. Depois ele é aliciado pelos enfeites e quinquilharias nossas. Descontrola a caça, pois deixa de ir caçar para ficar na beira da estrada, onde passa um, depois passa outro, uma máquina que fica trabalhando... Aí acaba o ciclo da lavoura, da caça, a fome entra dentro de casa e começa a dependência. A doença vem, ele não sabe, fica atordoado, se cansa... Eles sempre dizem que sabem tratar as doenças deles, aprenderam de longa data, mas as doenças nossas desafiam qualquer um.

Os mais frágeis são exatamente os mais isolados. Os grupos em contatos mais antigos, Carajá, Tapirapé, Caiapó, Xavante, Bororó, embora tendo sofrido muito no passado — muitos foram dizimados — subsistem. Mas, por exemplo, os "Kren-AKarore" baixaram de 400 para 60, em questão de dois anos.

Os Waimiri-Atroari estão sofrendo este processo de atração, em vista a implantação da estrada — porque, conforme dizia o general Bandeira de Melo: "o índio não pode atrapalhar o desenvolvimento nem o progresso do País".

Nós fizemos um levantamento geral de todos os grupos, para observar a situação de cada um deles em questão de terras. Praticamente não existe um grupo em que o problema terra esteja resolvido de maneira tranquila. Não existe!

— C. Livre — O Sr. diz de maneira tranquila se o título de posse da terra estivesse em mãos dos índios?

— D. Tomás — Que haja paz!

Há sempre alguma coisa pendente. Os que tiveram a terra demarcada começam a ser invadidos. Aqueles que não tiveram ainda, não tem muita esperança. E outros estão em terras que a FUNAI, tendo consciência de que é a administradora, como nas áreas do sul, está utilizando do patrimônio indígena para obtenção de recursos, em larga escala, como a madeira. São várias serrarias.

— C. Livre — Mas serraria quer dizer desmatamento...

— D. Tomás — Sim. Dos pinheirais do Paraná. Isso já foi denunciado. Não é só que a Funai comercialize, ela facilita a comercialização para outras madeireiras.

O que a gente defende em relação ao trabalho do índio e a sua sobrevivência e desenvolvimento é uma assistencia sem tutela. O governo pode ter em relação ao índio todo direito de assistência, abolindo a figura da tutela. A tutela coloca o índio em posição "minus habeis", tutela de maior só pode ser de pessoa mantecapta, irresponsável.

— C. Livre — Mas, o que o Sr. tem a dizer a respeito dos planos do governo de emancipação dos índios?

— D. Tomás — A nossa perspectiva não é essa emancipação, que é ambígua. Ela desincumbe juridicamente o Governo com relação ao índio. Em termos dele ter uma terra, por que ele é posseiro, e, mais ainda, em termos, talvez de punir o índio. Ele é iniputável.

Então o Governo ganharia a terra, não teria trabalho com o índio e se o índio desse trabalho ele encanaria o índio. Ele está sendo um estorvo e aí deixaria de ser

O Cimi sugeriu o termo curatela, que é a tutela do adulto, um tipo atenuado de tutela. Praticamente, uma assistência. Isso garantiria ao índio a posse da terra, que antes pertencia a ele e agora pertence à União, a preservação de seus valores, a sua sobrevivência, deixando a ele a possibilidade de se afirmar e se auto-determinar.

— C. Livre — E como o CIMI pretende que se resolvam os problemas dos índios?

— D. Tomás — Em primeiro lugar a gente coloca o problema da terra. Foi por onde eu comecei a mostrar como o índic

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

ARMANDO LACERDA

"Ou você toma partido no sentido de colaborar na emancipação dele ou você é conivente, é opressor."

vai perdendo tudo o que ele tem de índio. Então, o CIMI, procurando ser realista, coloca isto como uma prioridade.

Também nos batemos pela auto-determinação deles. Esta história do índio ficar sendo objeto manipulado, daqui para acolá, com toda boa vontade nossa, de antropólogos que dia-a-dia mudam de pensamento e acham que o tratamento deve ser esse ou aquele, chegamos à conclusão de que quem deve tratar disso é ele mesmo. É o sujeito mesmo: o autor e destinatário da própria vida é o índio. É um sinal de respeito do evangelizador que antigamente era o primeiro a estar a serviço do colonialismo mais desmascarado.

Olhe, nada do que é essência do índio tem a palavra do índio. Absolutamente nada que é lei para o índio tem a opção dele. Ele nunca foi perguntado. Ditamos tudo. Quer dizer que hoje, na época moderna, de liberdades e de direitos humanos, nós fazemos com o índio como no tempo da escravatura. Decidimos a escravidão como a libertação dele. A vida como a morte do índio, está nas nossas mãos.

E como Igreja a gente não pode entrar num processo desses. Achamos que isso é pagão, é anti-cristão, é desumano. Pode ter todas as cores de assistência e de proteção, mas no fundo, é uma manipulação. Manipulam e atentam contra os direitos fundamentais da pessoa humana.

— C. Livre — D. Tomás, essa é uma posição nova da Igreja? Nós sabemos que as missões religiosas são muito criticadas por um certo paternalismo.

— D. Tomás — Sim. É nova mesmo dentro da Igreja. Eu acho que esta é uma posição profundamente conciliar, de liberdade, que reconhece ao homem esta posição de ser sujeito da História. E é próprio do Concílio Vaticano II ter uma atenção toda especial para as minorias e para os grupos oprimidos. Quanto mais a pessoa é frágil, mais ela merece respeito e mais se deve dar a vez a ela.

Eu participei, recentemente, do Congresso de Americanistas em Paris e vi que, o antropólogo que se diz antropólogo, se diz ao mesmo tempo engajado. Por que acha que estes grupos que estudamos são oprimidos. E não tem sentido você estudar um grupo oprimido se você não toma partido. Aí, a neutralidade não cabe. Ou você toma partido no sentido de colaborar na emancipação dele ou você é conivente, é opressor.

— C. Livre — E essa consciência que vem a nível filosófico de Igreja, de antropologia, vem paralelamente à entrada, de maneira violenta, do capitalismo, do modelo econômico no campo...

— D. Tomás — Que pode ser também o começo do crepúsculo, do final desse modelo. Há, no próprio Governo, um pessoal que tem consciência pesada de certas ações em relação aos índios.

Mas, assim como dentro os intelectuais, políticos, homens de Governo, há elementos totalmente fechados,dentro da Igreja é a mesma coisa. Há resistência a uma nova pastoral, achando inclusive que nós estamos nos ocupando mais de socialização do que de problemas religiosos, é uma maneira de ver com maus olhos uma abertura.

— C. Livre — A esses setores, reacionárias, são muito fortes?

— D. Tomás — Não. Talvez sejam elementos até bem colocados na hierarquia, mas que sejam fortes, não. Vocês vejam que coisa curiosa: por mais que houvesse oposição, intento de cerceamento do CIMI, largá-lo à sua própria sorte, como que entregar o braço secular ao Governo, com sua repressão e tudo, o CIMI encontrou uma outra assembléia de bispos. Esta última assembléia da CNBB, para nós foi uma surpresa. Uma assembléia que votou por quase unanimidade este documento "Exigências Cristãs de uma Órdem Política".

— C. Livre — E qual o significado político disto, diante do Governo, diante do sistema?

— D. Tomás — A gente notou que o episcopado cresceu de 50 novos bispos em quatro anos. Nós éramos 220 e 50 representam um quarto do episcopado. Esses homens foram recrutados nesse clero que sofreu a crise da Igreja diante do mundo.

Além daqueles mais antigos, que pouco a pouco vão entregando os cargos, Além daqueles que se renovam pela força mesma dos acontecimentos, nós encontramos uma Igreja nova por força de uma caminhada. Por pior que seja a realidade, e justamente pelo fato dela ser ruim, só pode trazer uma situação benéfica para quem está a serviço dela.

Isso então nos isenta daqueles velhos compromissos, de velhas alianças, de pactos de silêncio, de bom comportamento com referência ao Governo. Tinha sentido em outras eras, agora não.

Senão não se publicaria este documento. Quando um bispo sugeriu que o documento deveria ser encaminhado ao Presidente Geisel outro raciocinou da seguinte forma: "bom, se é para encaminhar e não publicar é porque certamente é ofensivo. Mas sendo ofensivo por que é que nós vamos mandar a ele? Merece ser devolvido". E saímos para a publicação. Nós chegamos, graças a Deus, a uma constatação de que a CNBB, é um organismo em que a força profética ainda existe.

— C. Livre — E estes problemas que vieram posteriormente, como a denúncia de D. Sigaud, que vieram, inclusive, diminuir o brilho desses acontecimentos?

— D. Tomás — É. D. Sigaud, coitado, cometeu a fraqueza de usar a mentira, dizendo primeiramente que aquilo foi falado na Assembléia. Não foi falado. E depois dizer que não pediu a remoção e o afastamento de Pedro. Pediu sim!

Ora, ele não é homem de ter documento nenhum a respeito de ninguém. Este documento foi levado a ele. Ele deve ter ficado assombrado, no seu zelo anti-comunista, anti-não-sei-o quê e gritou. Gritou achando que estava prestando grande serviço a Deus, ao Mundo e aos Homens. Mas estou absolutamente certo de que D. Sigaud foi usado. Ele tem sido usado.

— C. Livre — Interessa-nos menos D. Sigaud e mais o índio. Já estamos conversando há bastante tempo e o Sr. quase não falou na FUNAI e nem citou o Gen. Ismarth nem se referiu a outras instituições religiosas que também tratam do índio, como o Summer Institute e outros. Qual o seu ponto de vista a respeito da política oficial e desses institutos?

— D. Tomás — Vamos começar pela FUNAI, que a gente acha indispensável. Sempre nos batemos por isso. Não queremos substituir a FUNAI, Deus nos livre e guarde. Queremos uma FUNAI realmente a serviço dos índios e menos comprometida com o desenvolvimento econômico. Nós nos baseamos no Estatuto do Índio, que tem suas falhas mas que está longe de ser aplicado.

A gente tem visto como a FUNAI, soube trataruma causa difícil e conflitiva, que é a causa indigenista, tem que cuidar de si mesma. Um órgão pesado, cheio de tendências as mais diversas, de divergências profundas, tudo aquilo ferve, vamos dizer assim.

Nosso desentendimento com a FUNAI se baseia no fato de querermos, como CIMI,uma política aberta.

Achamos que a causa indigenista — como a de outras minorias em qualquer parte do mundo — só vai avante, só chega a bom termo, se for aberta. Se a gente confiar aquilo a um grupo fechado, para fazer e desfazer, dentro de uma química, em ambiente secreto, com pacto de silêncio dos componentes, pode saber que é o fim, Vai acabar no formol.

No fundo é o medo. É o medo do chefe em relação ao seu povo. E isso a gente não tolera. Eu acho que isso é manipulação, é violação de dignidade. É um dos nossos maiores problemas.

Com os protestantes o Cimi tem procurado aquilo que é mais acessível em termos de confissão evangélica, no sentido de buscar uma comunhão ou uma união. Neles há, muitas vezes, total independência. Os grupos são muito isolados e autosuficientes e isso dificulta o trabalho. Isolados, eles ficaram mais dependentes do estrangeiro, mais aliados a certos modelos, a certos tipos de colonialismo. Isso, pouco a pouco está sendo questionado até mesmo por eles.

Vocês falaram no Summer. Eu acho que o Summer tem seus méritos de técnicas, domínio da linguística e colaboram no plano científico em pé dè igualdade com qualquer Instituto linguístico do mundo. Porém, do ponto de vista político é muito ambíguo. O Summer tem sido muito criticado. No Congresso de Americanistas foram unanimemente criticados por sua maneira de estar a serviço de sistemas, de modelos. Por exemplo, com essa chamada educação bilingue eles favorecem a acoplagem do grupo tribal com a sociedade envolvente. E quem sai ganhando é sempre a sociedade envolvente.

ELIANA LUCENA

"Eu creio que se devolvessem ao Povo a voz e a vez, muita coisa nova surgiria aí."

Além do mais eles tem todo apoio oficial. Isso me preocupa pessoalmente. Não só aqui no Brasil, no Equador eles gozam de apoio alfandegário... o que quiserem.

E, existe muita coisa errada. No que se refere à catequese, nós entramos no problema que é propriamente de Igreja e que a gente acha que deve ser enfrentado com toda essa transformação nova de respeito ao índio, à sua cultura, às suas riquezas e à sua religião.

Para nós, falar em evangelização do índio não é dizer simplesmente que o índio não precisa disso, que evangelho é coisa de branco. Seria mentir para mim mesmo. Uma boa nova anunciada aos homens, é enunciada a eles também.

Esse choque que vocês tiveram deve-se ao fato de que muita gente confunde religião com mensagem. Muitas vezes a proposta de uma mensagem vem em último lugar e o que aparece é uma determinada religião que é cultura de muitos séculos que foi assimilada por cada civilização a seu modo. E aquilo nós pegamos como um pacote e impomos ao grupo indígena. Um dos momentos em que a Igreja mais questionou isso foi no último sínodo sobre evangelização em que os grupos de bispos africanos mostrarem que precisa haver uma indigenização, vale dizer, uma desromanização ou deseuropeiação do Evangelho.

Cada Povo tem sua própria maneira de expressar a mensagem que é una e que, de jeito nenhum, é imposição de uma determinada cultura. Ela vale para qualquer cultura e nutre cada cultura por dentro. Um grupo indígena deve ter muito mais valores cristãos que nós. Tem a solidariedade, não cultuam o dinheiro nem o lucro, nem acumulam. Tem a segurança do apoio mútuo. A mesma segurança que nós temos nas nossas letras e nos nossos depósitos e armazens, ou no apoio político, eles têm na convivência e na organização tribal. Isso prá mim é Evangelho e está na linha das bem-aventuranças.

C. Livre — Nós publicamos três grandes reportagens sobre assuntos diversos. A primeira sobre habitação, a segunda sobre saúde e a terceira sobre transportes. Nelas há uma coincidência, para nós, bastante importante. É que se dá como base dos problemas, nesses setores, o modelo econômico vigente. Chegou-se à conclusão que é esse modelo concentrador de renda — que leva a situação de privilégio de uns poucos em detrimento do restante dá população, que está na base dos problemas da comunidade. No início de nossa conversa o sr. recolocou o mesmo problema...

D. Tomás — Aí é que está a contradição. O índio, em termos de Igreja está encontrando, sua chance por que a gente já questiona o modelo e já começa a acreditar que o índio seria inclusive um indicador de alternativas. Na medida, então, em que se percebe que o índio, além de ser um estorvo para o desenvolvimento é um perigo para o próprio modelo, pois ele apresenta o outro, eu creio que ele começa a ser visto com muita desconança.

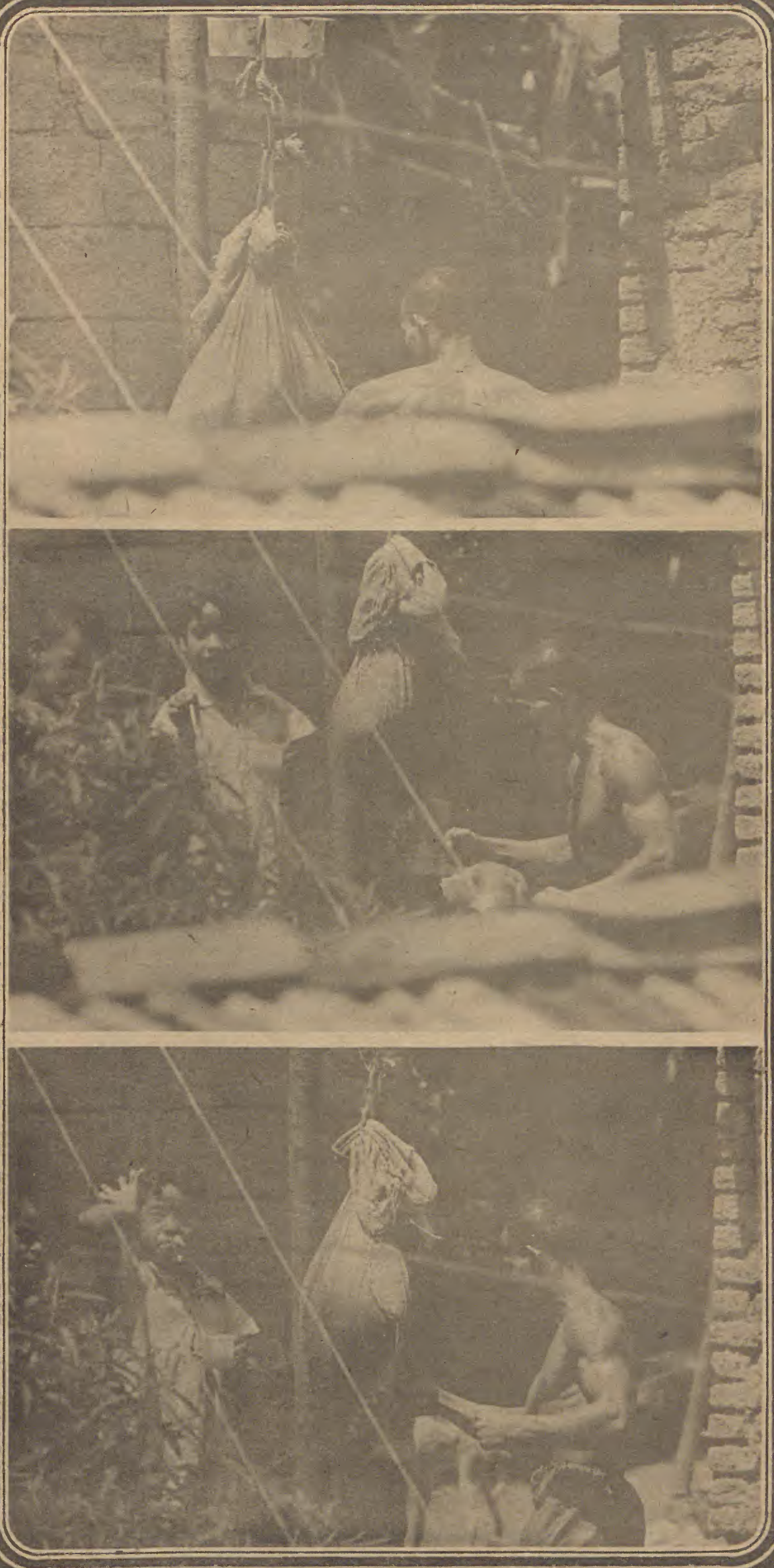
Quando o índio procura se definir politicamente esbarra, inclusive, numa perspectiva de segurança nacional. Não tenho dúvida. Não é o índio um adversário, embora incidentalmente, se enfrente como se fosse.

Eu creio que se devolvessem ao Povo a voz e a vez, muita coisa nova surgiria aí.

Entrevista de D. Tomás concedida a Lucia Rollemberg, Luis Claudio Pinheiro, Armando Rollemberg e Armando Lacerda.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

O BOXEADOR BH



JUVENAL PEREIRA

MARCIO OBERLAENDER

O CURANDEIRO

"nunca cobrei um tostão de ninguém. Que os poderes de Deus não "custa" dinheiro. Quem cobra, não vai pra frente."

Quando tinha 19 para 20 anos, Francisco Pequeno foi convidado para benzer um homem que se encontrava todo "atrapalhado", por causa de uma dormida que tinha dado no meio de uma chuva. O resultado foi que o homem botou 84 bichos pelos buracos da cabeça.

A partir daí, Chico Pequeno, de Picuí da Paraíba, começava a movimentar o lugarejo onde nasceu e todos passaram a procurá-lo para curar os mais diversos males que apareciam.

Nascido em 10 de agosto de 1889, Chico Pequeno recebia a "água na cabeça", pelas mãos de Padre Cícero e foi com a fé nele que até hoje benze todas as pessoas que lhe procuram. Sua primeira experiência como benzedor foi com as bonecas e os cavalos de pau dos meninos e meninas de seu tempo. Nesta época, tinha apenas 15 anos de idade.

Atualmente vivendo num terreno cedido pelo ex-presidente Juscelino, "um grande amigo", Chico Pequeno está completando 18 anos que vive em Brasília.

É no local conhecido como "Invasão do Paranoá" que instalou seu barraco, onde quase todos os dias da semana, principalmente nas quartas-feiras e domingos, é imenso o número de pessoas que chegam atrás de cura. Gente de todas as classes e de todos os lugares. Desde médicos até empregadas domésticas frequentam o pequeno barraco do afilhado do Padre Cícero Romão.

Para curar, Francisco Pequeno diz que somente se utiliza de ervas e da fé depositada em Deus e no seu "padim". A fé ele traz do "alto" e as ervas de todas as regiões do Brasil.

Visitado pelo pessoal do Cidade Livre, Francisco Pequeno fala de sua vida, suas andanças, das pessoas que curou, do seu padrinho Cícero Romão e dos seus 79 anos de peregrinação pela terra.

C. Livre — O Sr. atende todos os dias. Quem ajuda o Sr. a curar?

Francisco — Trabalho quase todos os dia, e tem a minha filha que me ajuda na cura, pois ela recebe toda a qualidade de luz, recebe cabocla Jurema, recebe Pomba Gira, recebe Preta Véia. Gente amarrada que chega doida aqui, chega meia-noite com cobra nas mãos, saliva. Mas eu não curo ninguém, quem cura é os poderes de Deus, é a fé!

— Domingo ele não almoça, tem gente toda hora, não almoça de jeito nenhum. Por aqui fica assim de carro de gente rica que vem atrás da cura dele. O Sr. precisa de ver, é gente de todo canto, gente de todas as posses. As vezes nós estamos dormindo, chega uma pessoa na porta e diz assim: "chega seu Francisco, me acode que seu João está doido!"

C. Livre — Aquele ali, o que é que ele tem na boca?

Francisco — Meu filho, aquele ali eu vou lhe contar, não minto prá ninguém, o doutor disse que era câncer. Não era de jeito nenhum, ele veio ter comigo e eu peguei na mão dele, e vi o que é. Foi doença venerea, ele tomou a injeção que o médico mandou, ela recolheu e subiu prá garganta. O senhor sabe que sobe, né? É doença pesada, que sobe até a goela da gente. Aí o doutor desenganou ele que era câncer, tomou tanto remédio que até os "cabelo" caiu. Dei pra ele, jatobá da mata, sucupira branca, prá matar a doença, coisa da terra, coisa dos índio. Que aqui vem tudo é da terra, cerveja preta, qui é feita do sangue do boi e boi foi criado no capim que Jesus nasceu, foi ou não foi?

C. Livre — O Sr. cura é só com as ervas?

Francisco — Não, eu tenho meu padim Cícero que nunca me solta. É na parede, tenho retrato, tenho quadro, tenho no meu relógio. Foi quem me deu todos os poderes de Deus. Quem tá comigo todas as horas do dia e da noite. Eu só faço o que ele manda eu fazer.

C. Livre — O Sr. saiu da sua terra e foi prá onde?

Francisco — Em primeiro de novembro de 1936, quando saí da minha terra fui prá Serra do Martins onde passei seis anos, e depois fui prá Mossoró. Daí desci pro Ceará Mirim. Fiquei em Natal, no Rio Grande do Norte, 20 anos. Minha casa lá era cheinha de gente, vinha gente de todo lugar.

C. Livre — Sempre curando?

Francisco — Em todo o canto que eu chegava, sempre tinha gente prá curar. Fui pro Rio de Janeiro em 1951, quando vocês não era nem nascido. Lá trabalhei dois anos, e fui prá Vitória do Espírito Santo e voltei logo pro Ceará Mirim. Trabalhei então nove anos numa fábrica de usina.

C. Livre — O Senhor sempre viveu de que? De que renda?

Francisco — Trabalho de agricultura, com roça. Cura não dá dinheiro. Nunca, nunca cobrei um tutu de ninguém. Ainda hoje não cobro. Não tenho ordem de cobrar e nem tenho ordem de levantar o remédio.

C. Livre — O Sr. sabe que tem muita gente que cura aí, que ficou rico!

Francisco — Quem cobra, vá vê que não vai prá frente. Não vai prá frente mesmo, já tenho muitas provas disso. Que os poderes de Deus não "custa" dinheiro. E mesmo assim, meu padim Cícero não permite que eu cobre. É bem verdade que eu tenho que comprar as ervas que uso no remédio, e são caras. Pro senhor ter uma idéia, um litro de mel de abelha tá custando Cr$ 60,00, ervas prá bronquite tá custando Cr$ 150,00. Outras raízes que compro, tudo é caro, ouviu? Vou lhe mostrar quanto custa um molho de raiz daquela que comprei hoje. Pessoa que tá tremendo em pé toma e fica bom. É feito com mel de abelha. Homens de 50, 60 anos que não dá mais pé, mais nada, toma aquele remédio com fé em Deus que cura. Aí o meu livro está cheio de nome de remédio pra venérea, que aqui dentro de Brasília tá dando grande doença dessa. Venerea. Doença de praça. E os doutor não cura. Dá injeção e combinado, mas não mata não. Porque as coisas do mundo é pra ser feita como Deus manda.

C. Livre — E nesse frasco aí?

Francisco — Esse aqui é a batata de purea que mata doença de "hemorródia". Chegou um dia um moço aqui, o senhor precisava ver. Tava era botando sangue pra fora, gritava tanto e não podia nem sentar. Eu fiz o remédio e em 10 dias ele curou. O moço saiu pronto pra pular carnaval. Esse outro aqui que o senhor tá vendo, é pra tudo quanto é pessoa. Mulher velha, tá com 10—12 anos de casada. Não tem filho porque não pega. Vai ao doutor, doutor diz que é o marido, o marido diz que não é por culpa dele. Vem aqui eu digo logo o que é. Toma dessa garrafa aí e pega quantos filhos quizer. Agora, tirar de jeito nenhum.

C. Livre — O senhor é contra?

Francisco — Aquilo não pode. Não quer, não quer ter filhos, não se casa ou então não perturbe. Tem gente que sai chorando. Eu não faço.

C. Livre — Seu Francisco, nessas ervas todas, como o Senhor aprendeu isso?

Francisco — De cabeça.

C. Livre — O Senhor disse que sua mãe usava isso.

Francisco — Usava, mas vou lhe falar...

C. Livre — Mas como ela aprendeu, como começou isso?

Francisco — Não sei. Não sei.

C. Livre — Muito antigo, né?

Francisco — Eu não tô dizendo meu filho? Quando eu nasci não tinha doutor, não tinha hospital, não tinha remédio não tinha nem bom dia. Se encontrava uma pessoa era para dizer "Santo Seja Louvado", para Mãe de Maria do Santíssimo. Que quando entrou bom dia, todo mundo era "bom dia", "boa tarde". Hoje acabou isso. Acabou ou não acabou? Agora é "Oi", "Ei". Mudou, o tempo mudou o pessoal, tudo mudou. Mais hoje nós vamos voltar para o que era. Porque aqui dentro do meu lugarzinho de Deus, os doutores exigente de lá me manda chamar e eu tenho boas provas dentro de hospitais. Mas eu não curo ninguém. Eu não sei ler, não sei escrever, não sei nada. Mas quando estou trabalhando, tenho meus poderes. Eu pego na sua mão, sei o que

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

a senhora tem dentro. Eu digo como está. Sei todas as qualidades que tiver dentro da senhora.

C. Livre — O senhor nunca teve reclamação de ninguém?

Francisco — Não. Nunca , graças a Deus nunca tive.

C. Livre — O senhor calcula que curou quantas pessoas?

Francisco — Meu filho, não sei não. Filho, tenho muita gente que vem aqui. Dia de domingo aqui você se assusta. Agora, aqui nesse lugar nunca morreu ninguém.

C. Livre — As ervas, o senhor compra aonde?

Chico - Aqui, na Cidade Livre e fora, que vem. Vem de Juazeiro, vem da Bahia. Tem jurubeba, jatobá da mata, sucupira. Na hora tudo aparece, que a gente acha. Mas não é toda madeira, não é todo pau que dá remédio, não. Nós não temos os dedos da mão iguais, não é? Eu chego no pau que dá remédio, eu sei. Conheço qual o que dá remédio e pra cada coisa.

C. Livre — Nesse cerrado tem muito pau de remédio?

Francisco — Aqui tem alguns.Muito longe. Ninguém pode mexer, ninguém pode tirar. Que o governo hoje mesmo, se acha uma pessoa tirando uma casca de pau, quer logo prender.

C. Livre — O Sr. disse que vem todos os tipos de pessoas aqui. E os médicos, o que eles vêm fazer aqui?

Francisco — Eles vem aqui, eles tão tomando passe, eles tão passando na linha e estou vendo doutor de hospital tomando carga para receber guia de luz, que está no espaço, fazer cura para quando chegar no hospital não enganar ninguém.

C. Livre — Como o senhor explica que esses médicos erram tanto, estudam tanto, tanta ciência aí pesquisando.

Francisco — Eles tem livros bons que ensina tudo; tem a doutrina que já foi estudada, mas, por exemplo; se o senhor é um doutor, está no hospital, o senhora só crê no que tá vendo no seu livro, no que o senhor lê, mas o senhor não sabe qual a doença do freguês. O senhor vai ver o aparelho, examina a pessoa e dá o remédio contra aquela pessoa. O problema é que o senhor doutor não enxerga, ele não sabe enxergar. Tem ali uma muchilinha, que já tem muito tempo, com muito cartão que doutor mandava do hospital pra cá. Quando a pessoa é desenganada nos hospitais, o doutor manda a pessoa para cá pra ver se eu curo.

C. Livre — E o rapaz que mandaram lhe chamar no hospital para curar. Como é que foi? O que ele tinha mesmo?

Francisco — Pois é, eu fui no hospital ver o rapaz que o guia da luz me mandou ver. Quando cheguei lá o rapaz estava desenganado. Não dormia, não comia, fazia pena. Cabeça inchada, cabelo caindo. Tava amarelinho que nem gema de ovo. Fiquei lá, fiz o trabalho, o rapaz melhorou.

C. Livre — O Sr. disse que era doença venérea e os médicos disseram que era câncer. Como foi isso?

Francisco — conhecia a doença. Cheguei lá, peguei na mão dele. E provei prá ele que ele tinha pegado essa doença fazia 7 anos. Ele teve uma mulher e botou ela prá trás. Ela botou uma carga pesada nele prá ele se acabar. Aí a doença subiu prá garganta dele. E tava muito feio. Trouxe o rapaz aqui prá minha casa. Quando ele saiu daqui já tava comendo tudo, já tava quase bom. Essas doenças vai tomando conta da pessoa, vai chupando, espalhando, vai acabando o sangue, tudinho. Se não cruzar ele, não tem doutor que cure.

Agora esses remédios que eu faço é com ervas e mel de abelha. O freguês toma um litro e aproveita a urina. Bota numa moita verde toda aquela urina que o senhor urinou tomando o remédio. Com 15 ou 20 dias aquela moita já parece que o senhor fez um fogo no tronco dela. Mata a moita, e fica rosado. Doença passou prá moita. Tá tudo na urina, mata a moita e fica bom.

C. Livre — O senhor é espírita?

Francisco — Eu sou espírita mas não baixo. Eu vejo. Quem recebe é minha filha.

C. Livre — O senhor viveu com Padre Cícero, ele usava desses remédios também?

Francisco — Meu padrim Padre Cícero, o que ele dissesse era o que era. Meus filhos, o que sei dele! Hoje é que sei dele. Botava uma garrafa de óleo de dendê aqui para ser recebido no dia de São Francisco. O que ele fez de cura não dá nem prá contar pro senhor. Mas todo mundo tem os poderes de Deus e do mesmo tamanho. Deus nunca mudou, quem mudou fomos nós. E nós vamos ver, o senhor vai ver. O hospital vai ser casa de espiritual curar, só quem vai ficar é espiritual, mais ninguém. Que é por isso que digo ao senhor: a coisa é como Deus quer. Mas todo mundo é curado. Agora todo mundo quer ser curador, todo mundo sabe das coisas, mas quer é tirar o seu dinheiro. Chega lá não tem nada, que se tem uma macumba, precisa de cabra preta, bode preto, galinha preta. Isto existe mil. Existe! Que esse povo daqui, esse povo que baixa, esse povo da cachaça, isso que Deus me defenda, a pessoa quer é você. A macumba só quer botar uma garrafa de cachaça no seu peito, você morre nela. A encruzilhada. Mas quem tem fé em Deus nada tem a temer.

MARCIO OBERLAENDER

"Quando cheguei no hospital o rapaz estava desenganado. Não dormia, não comia, fazia dó. Cabeça inchada, cabelo caindo. Tava amarelinho que nem gema de ovo."

REGINA BITTENCOURT

C. Livre — O senhor chegou a tentar a aprender a ler e esccrever?

Francisco — Sim, teve vez, quando eu era pequeno, que despertei a atenção prá lê. Meu pai tinha deixado eu o meu irmão perto duma cerca fazendo o serviço. Eu vi lá do outro lado, que tinha uma casa onde as crianças tavam aprendendo a ler. E quando meu pai chegou perguntou se eu tinha terminado o serviço. E então disse que no outro dia eu ia tirar o mato sozinho e no dia que atravessasse a cerca prá ir até a escola, ia me botar na marinha. Ah, se eu soubesse naquele tempo que a marinha era tão boa. Na época eu tinha um medo grande da marinha. E meu pai dizia que ia me botar na marinha, — "prá vê se tu não quer caprichar prá trabalhar". Eu passei a noite toda pensando se eu fosse prá marinha eu ia sofrer. Nunca mais.

C. Livre — Por que seu pai não queria que o senhor estudasse?

Francisco — Porque atrasado, eu não saberia de nada. Porque eu não ia saber nada não, era só para desenvolver a vista. Ele dizia que o professor Antônio Carlos tinha estudado tanto e vivia naquilo. Não tinha nada, nada de coisa. Aí ele dizia assim "eu no cabo da enchada com a casa cheia de milho, arroz, feijão, tudo prá comer. O professor não tem nada disso. Vão trabalhar meninos, o importante é pegar no cabo da enchada".

C. Livre — E hoje seu Francisco, como o senhor vê os pais e os filhos?

Francisco — Ah, hoje se um pai disser, meu filho vai ali, vai embora que senão eu cuspo no chão. Ele cospe no chão, porque filho dele não obedece. Ah, hoje não tem mais aquele respeito pelos pais. Filho passa na frente do pai quando este tá conversando com outra pessoa, e não pede nem licença. Hoje filho não tem respeito a pai e pai não tem respeito a filho. É ou não é? O mundo hoje está muito virado e nós sofrendo coisas, nós estamos no aperto agora. Meu filho, cansei de ver gente ferrado no queixo, furado na orelha, botado agora que era cativo. Como está passando na televisão. Hoje estamos muito pior, o senhor tem um carro que é seu e se o senhor não tá com os documentos do carro, e o governo sabe disso, ele vai tomar o seu carro. O governo sabe que você come, sabe que você fuma e se você não tiver prá comer, você não é nada. É ou não é? Naquele tempo não era assim. Um quilo de carne era barato, com pouco dinheiro o senhor comprava muita coisa. Comprava bacalhau, comprava galinha, comprava tudo que dava prá comer. Meu pai matava boi, ficava o fato lá no mato, nós só comia a carne mesmo. Hoje, até o "estrumo" do gado é vendido. E bem vendido, é ou não é? Isso que chama de progresso, é ou não é progresso?

Prá mim não é não.

C. Livre — Como o senhor acha que vai ser no futuro?

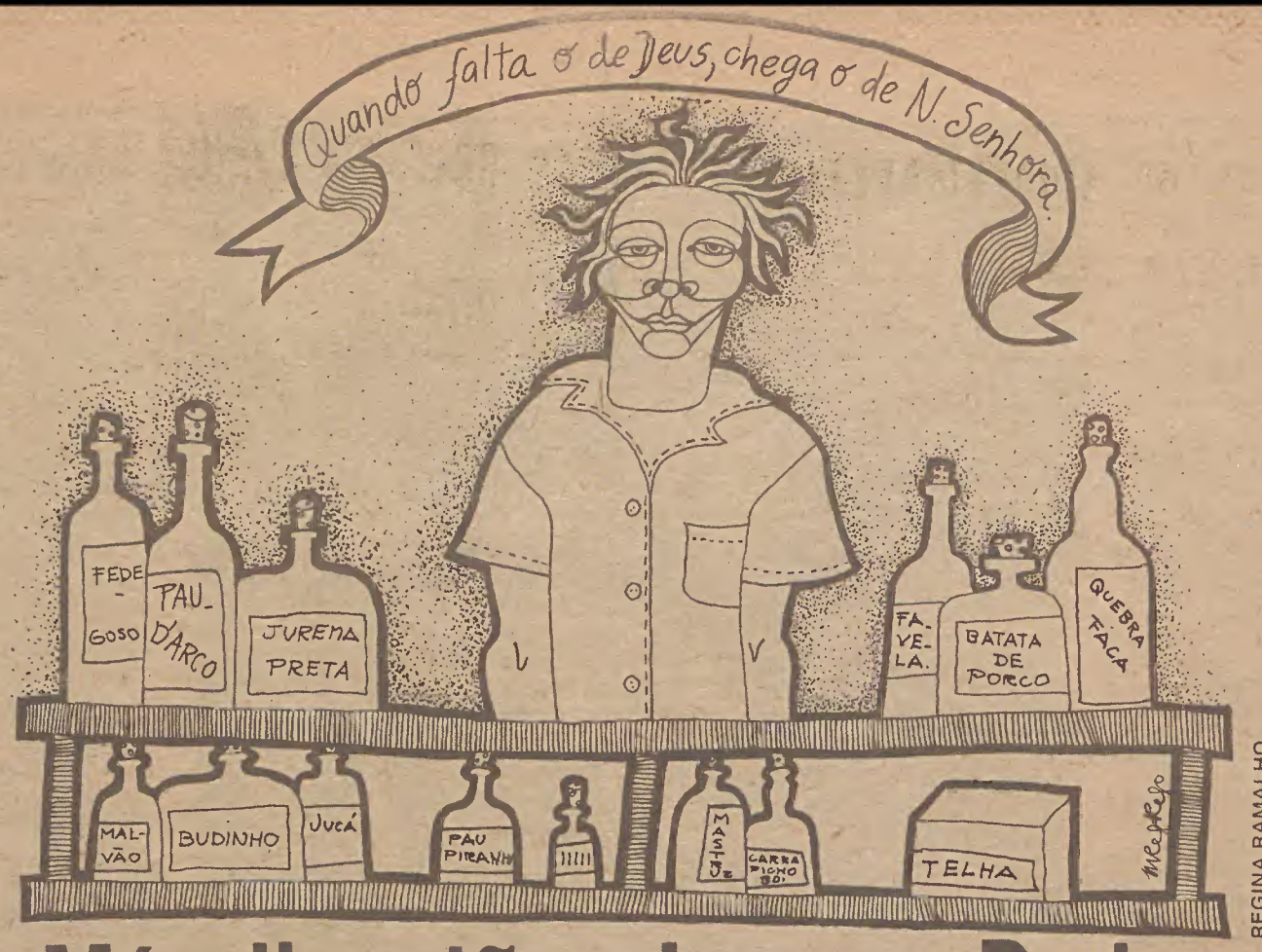
Francisco — Vai ser muito diferente. Vai aparecer doenças que o mundo nunca conheceu, doenças que doutor não cura. Esse povo que desce aqui na terra prá curar, eles é que vão ver. Mas esse povo daqui do chão é que não vão ver nada. Pro senhor vê, na época que meu padrim Padre Cícero ouvia uma notícia ele falava. Tudo que ele disse está acontecendo.

C. Livre — E a lua, o senhor acredita que o homem foi na lua?

Francisco — Não, isso eu não acredito, ainda não pude acreditar e jamais vou poder acreditar. Não acredito de jeito nenhum. Não pude acreditar com um tempo desse, que o homem quisesse passar do espaço prá cima, não dá, não dava tempo. O nosso mundo é um mundo que desse jeito não vai. Deus deu o poder ao homem prá fazer tudo que ele quer, mas prá ir até onde ele chegou, isso não. Desse jeito não vai mesmo.

Reportagem de Regina Bittencourt, Márcio Oberlaender, Déa Costa Barbosa, Eduardo Almeida e Romerito de Aquino. Texto de Romerito e Déa

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM



REGINA RAMALHO

Má digestão: Jurema Preta

"Cancão do rabo cortado,
do sobrecu retorcido,
livrai do mau olhado
que neste filho foi cuspido".

Apesar do desafio científico e do avanço tecnológico, a saúde no Nordeste continua em débito com a oração e a "meizinha". Assim como a meteorologia não conseguiu desmistificar as "professias" rurais sobre chuva ou seca, os remédios de laboratórios continuam perdendo para as raízes, cascas e folhas silvestres; para as rezadeiras e benzedores do mato. Na impossibilidade de comprarem medicamentos de farmácia, milhões de brasileiros buscam substitutos na flora de suas regiões, ou nas bençãos e orações de autores desconhecidos.

Os males também são os mais estranhos, para muito dos quais a medicina aparece como impotente diante da recitação de orações como a do "Cancão do rabo cortado", pássaro comum no Nordeste (espécie de gralha indígena), que, segundo a crença popular, mantido preso numa gaiola no quarto de um asmático, atrai para sí a doença: passados alguns dias morre e o doente fica curado. Parece até uma ironia ao médico que uma "Oração de São Bartolomeu" seja suficiente para um parto normal, mas o homem do campo explica: "parece até que o Deus do sertão é outro".

DOUTORES DO MATO

Em potencial, todos os chefes de família e esposas são doutores do mato na zona rural nordestina. Eles estão informados da existência e aplicação das diversas raízes, folhas e cascas do mato. Geralmente, em cada comunidade há uma ou duas mulheres que fazem o trabalho de parto, embora as mães sempre ajudem nos serviços de partos de suas filhas. O número de mulheres que descansam em maternidades é desprezível em termos de computação, segundo uma pesquisa feita pela ex-Fundação Projeto Piauí no Sudeste daquele Estado. Em todas as áreas pesquisadas, cerca de 55 localidades rurais, — foram encontradas apenas três parteiras práticas que cobram de Cr$ 15 a Cr$ 50 por parto (em 1974), dependendo das posses da família, do grau de amizade ou ainda do parentesco que tenham com seus componentes.

Grande maioria da população do Nordeste utiliza-se de remédios do mato simplesmente porque não pode comprar os da farmácia e os da Central de Medicamentos são distribuídos quase que totalmente nos núcleos urbanos. Entretanto, o fluxo migratório para São Paulo, Rio, Brasília, e os programas de interiorização da medicina, aliados aos novos esforços da comunicação, mudaram valores dessa população no sistema sanitário. O desejo de ter remédio químico é tão grande que o povo pede remédio mesmo que seja só para guardá-lo em casa e dizer que o tem. A tal ponto ausentou a procura dos remédios químicos que um comerciante de Barra do Bonito, Piauí, passou a vender medicamentos em sua mercearia, embora ele próprio prefira continuar usando remédios do mato. Nessas áreas, os analgésicos, xaropes e curativos são os mais procurados e sua farmacopéia é coerente com as carências do sistema sanitário.

Os remédios do mato mais comuns aplicam-se às doenças mais presentes na população. São encontrados remédios para as mais variadas aplicações, que substituem os calmantes, os antibióticos, os analgésicos, os antigripais e outros. A maioria absoluta dos medicamentos é aplicada sob forma de chá ou infusão. Por isso mesmo é que essas populações dividem o uso de sua farmacopéia em: **cascas e entrecascas** — quando são colocadas diretamente na água para preparar a infusão; **flores, folhas, raízes e raspas de pau** — quando são esmigalhadas, transformadas em farelos para preparar a infusão. A maioria absoluta dos medicamentos é aplicada sob forma de chá; quando um medicamento não for chá será feita uma observação específica.

Vanderley Pereira

melhor que Alka-Seltzer

Na pesquisa que a ex-fundação realizou em áreas do Nordeste Ocidental (Piauí-Maranhão), sobre os tipos e remédios mais usados e suas finalidades, conseguiu uma relação de 107 variedades. Eis algumas delas entre as principais:

MEDICAMENTOS	APLICAÇÃO
Cascas e entrecascas	
Angico	Purificar o sangue, machucaduras
Jatobá	Dores em geral
Jurema Preta	Má digestão
Quebra-Faca	Sarampo, catapora, gripe, má digestão e amemorréia.
Quixabeira	Pancadas, hematomas
Quina-Quina	Febre
Caraiba (lambedor)	Gripe
Pau-D'arco	Dores no fígado
Catingueiro	Cólicas
Flores	
Aroeira	Desinteria, má digestão, dores nos rins, dor nos olhos.
Marmeleiro	Dores em geral
Zabumba	Asma
Folhas	
Agrião	Coração
Arruda	Dores nos olhos
Algodão	Dores no fígado, nos rins e desenteria
Capim Santo	Gripe, dores de estômago
Açafrão (Safroa)	Dor de garganta
Malvão	Dores e excesso de menstruação
Mastrus	Verminose, pancada e hematoma
Raízes	
Juazeiro	Sarampo e gripe
Maneleiro	Vermes e ameba
Pau-de-Leite	Coqueluche
Batata de Porco (lambedor)	Verminose e gripe
Fedegoso	Gripe e dores em geral
Budinho	Hemorragia
Raspas de pau	
Ameixa	Mádigestão e desenteria
Cipó-de-Cruz	Blenorragia
Juazeiro	Asma
Favela	Purificar o sangue
Pau-Piranha	Tosse e rins
Sementes	
Carrapicho de boi	Amenorréia
Coentro	Rouquidão
Endro	Dor de útero
Erva-Doce	Calmante
Jucá (Pau-Ferro)	Dores nas juntas e no fígado.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

GDF e o consumo de combustíveis

O Distrito Federal deverá entrar, concretamente, na era da racionalização de consumo de combustíveis a partir do próximo dia 30 de abril, conforme anunciou o governador Elmo Serejo Farias, em uma das raras reuniões do chefe do Executivo de Brasília, com a Imprensa, no fim de março. Algumas das medidas decretadas pelo Palácio do Buruti já haviam sido recomendadas para Brasília desde 75, por empresas de planejamento do Governo Federal, e que não foram acatadas por razões, como sempre, inacessíveis à população da Capital Federal.

É o caso, por exemplo, do fechamento do Setor Comercial Sul para automóveis, sugerido pelo Geipot, empresa do Ministério dos Transportes, antes do agravamento da crise do petróleo no país. Em função dessa medida, serão incrementados os estacionamentos periféricos, pagos, a exemplo dos existentes em outras capitais, principalmente em Salvador, de onde o governador tirou as idéias de suas principais medidas.

Foram anunciadas sete medidas que incidem diretamente sobre a população: os estacionamentos periféricos (primeiro no SCS e depois nos pontos de maior concentração pública); Plano de Comunicação Visual (uma das poucas coisas boas já feitas por Brasília, nos últimos 16 anos); fechamento das vias internas do SCS, com a construção de praças nos atuais estacionamentos; pontos de táxis no Setor Comercial Local (entre-quadras); utilização total da Estrada Parque de Taguatinga em horário de "pique", na parte da manhã, somente num sentido – de Taguatinga para o Plano Piloto; implantação do sistema de táxi-lotação das cidades satélites para o Plano Piloto, e vice-versa, nos horários de maior movimento; e, por ultimo, implantação do Projeto de Racionalização dos Transportes Coletivos do Distrito Federal.

Em relação a essa última medida, o que existe de fato, para ser aplicado a curto prazo, diz respeito somente a circulação interna das cidades satélites, sendo que as outras providências serão tomadas a médio prazo, como é o caso do funcionamento da nova estação ferroviária de Brasília, após a conclusão da obra de alongamento do Eixo Monumental até o seu terminal.

Sem dúvida alguma, a medida que deverá trazer dor de cabeça á população será a que se refere ao fechamento dos estacionamentos internos do Setor Comercial Sul, fechando cerca de mil vagas das três mil e duzentas hoje existentes nesse setor. A opção oferecida pelo GDF são os estacionamentos periféricos e as vagas abertas junto ao Hospital Distrital de Brasília.

O que acontece, no entanto, e isso não se sabe se foi dada a devida atenção por parte do GDF, é que hoje, com os estacionamentos internos do SCS funcionando, 50% das vagas do HDB já são utilizadas por quem procura o Setor Comercial Sul. Dessa forma, e com o sistema de transporte precário como é, o que se verá, ao invés da desejada economia de gasolina, será um consumo excessivo, com os motoristas dando voltas e mais voltas na procura de uma vaga. O Setor Comercial Sul não é uma zona de comercio, como o nome indica, e sim um local de reunião de escritórios de serviços, e que o descaracteriza em função do movimento de pedestres. Não é um setor onde as pessoas vão passear, ou fazer compras. Desta maneira, embora tenha o seu lado bom, a medida não deverá satisfazer, principalmente os que trabalham no Setor. Mas, como o GDF somente anuncia as suas medidas depois de definitivamente tomadas, sem nenhuma consulta à população, vamos esperar para ver o que vai dar.

A utilização da Estrada Parque de Taguatinga em um só sentido, na parte da manhã realmente virá desafogar o trânsito da ligação entre o Plano Piloto e a maior cidade satélite de Brasília, local de frequentes e sérios acidentes. Porém, não trará a tão buscada economia de combustível, já que vai facilitar o uso do transporte individual. Uma medida, portanto, ambígua e, na verdade, nem tudo que è bom para Salvador é bom para Brasília, cidade reconhecida pelo próprio governador como completamente diferente das outras capitais brasileiras, com seus problemas e soluções próprios.

O táxi-lotação já existe há muito, e o ato do governador virá somente oficializar essa prática, não sendo, assim, uma medida muito especial, e muito menos novidade para a Capital Federal.

Na verdade, se existe uma medida realmente boa, que realmente vai trazer benefícios para a cidade e sua população, essa é a implantação do Plano de Comunicação Visual, que é a sistematização de toda a sinalização de Brasília que, após 17 anos de sua fundação, finalmente se tornará inteligível para os que aqui moram, e para os turistas principalmente.

O Plano de Sinalização para Brasília foi projetado por uma equipe de arquitetos, engenheiros e técnicos em comunicação visual, especialmente contratados pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central – Codeplan, que se empenharam durante mais de um ano para apresentar um trabalho sério, tecnicamente perfeito.

O Plano prevê, em primeiro lugar, a unificação das placas de sinalização em toda a cidade, o que virá acabar com a poluição visual a que estão condenadas todas as cidades do país, incusive Brasília. As cores indicadas foram buscadas no próprio meio ambiente do Distrito Federal, variando em torno das cores que predominam nessa parte do Planalto.

Em sintese, serão sinalizados todos os lougradouros, todas as vias, as quadras residenciais e comerciais, partindo essa sinalização dos trevos da cidade, onde quem estiver chegando a Brasília encontrará um mapa indicando como se deve circular, como achar um endereço evitando voltas inúteis pela cidade.

Implantado, o Plano de Comunicação Visual virá terminar com a grande e internacionalmente conhecida confusão de siglas que existe atualmente em Brasília. Posteriormente à implantação no Plano Piloto, as cidades satélites deverão receber o mesmo tratamento, mas isso é outra conversa, pois já será serviço para a próxima administração e, sem representação política em Brasília, ninguém pode afirmar quais serão as prioridades dessa futura administração, como não pode afirmar da atual, a única coisa que se pode afirmar, é que essas prioridades não deverão ser as mesmas sentidas pela população, o que sempre vem acontecendo em Brasília...

Dentro das superquadras, na entrada, o cidadão encontrará um diagrama, localizando a posição dos blocos e, em cada bloco a sua posição em relações aos demais. Isso será repetido no Setor Comercial Sul e nos outros setores de serviços e de diversão da cidade.

De acordo com o governador, as medidas a curto prazo estarão implantadas até o dia 30 próximo, sendo que, as de maior porte e que requerem providências mais complexas, como no caso do Plano de Sinalização da cidade, serão efetivadas até o final de sua administração.

Um outro detalhe que está sendo deixado de lado pelo GDF, e que é da maior importância, deverá dificultar a concretização dessas medidas: não está sendo feita, e ao que tudo indica não há planos para isso, uma prévia campanha de esclarecimento da população que, assim, na manhã do dia 30 de abril, encontrará a cidade com mudanças substanciais, sem estar preparada para tais. Prevê-se grandes confusões, por exemplo, no Setor Comercial Sul, ou na Estrada Parque de Taguatinga, ou em outras cidades satélites. (ESB).

Airton Rocha, Relações-Públicas da Companhia de Agua e Esgotos de Brasília, convidou o *Correio Brasiliense* e o *Jornal de Brasília* para visitarem obras de um mutirão na Ceilândia Norte. Antes explicou que o mutirão era para consertar os encanamentos estragados ou entupidos, que não deixavam a água chegar a todas as casas. *Cidade Livre*, embora não convidado, esteve lá.

O Governador foi lá na Ceilândia, dia 10 de março, até convidou o presidente Geisel, e inaugurou um reservatório com capacidade para 20 milhões de litros de água potável, os jornais locais abriram a manchete: *"CEILÂNDIA: ÁGUA PARA TODOS"*

Mas os jornais continuaram a receber as reclamações dos moradores, de que a água não tinha chegado na Ceilândia coisa nenhuma. No dia da inauguraçao, pela manhã, José Antonio Micheleno (QNM 5, Conjunto I, Ceilândia Sul), perguntava:

— Ficar aí sem água, um dia tem, outro dia não tem, pra quem tem criança é uma dificuldade. Não pode fazer um mingau, não pode lavar uma roupa, lavar uma fralda. O senhor sabe o que é levantar cedo e não ter água pra lavar o rosto, tomar banho, fazer um café?

E no dia seguinte, era a vez de Dionísia Francisca Novais (QNN 19, Conjunto N, Ceilândia Norte):

— Sou lavadeira e estou sem água. Estou até passando fome, pois como é que eu vou lavar roupa sem água? Tenho 3 filhos, 2 deles são de menor. Não tenho marido pra cuidar de gente. Outra profissão eu não tenho, só sei mesmo é lavar roupa. Mas sem água não tem jeito.

A Caesb explicou que 75 por cento das residências da Ceilândia já estavam recebendo a água, faltando completar as ligações nos setores habitacionais restantes, o que já vinha sendo feito em ritmo acelerado. E daí a imprensa foi convidada para ver de perto o famoso mutirão.

Chegando na Administração Regional da Ceilândia, enquanto a administradora não aparecia, a gente conversava com o chefe da unidade da Caesb em Taguatinga, Ceilândia e Brazlândia, Marcos Reis Brandão, e com a coordenadora do Centro de Desenvolvimento Social — órgão da Fundação do Serviço Social — Valdete Gurgel Bezerra.

E eles explicaram todos os detalhes do mutirão, promovido pela Fundação do Serviço Social e pela Caesb. O mutirão começou em dezembro de 1974. Nesses 2 anos e pouco, foram atendidas cerca de 14 mil moradias — segundo Marcos Brandão — e todos os canos da Ceilândia foram instalados pelos seus próprios moradores.

Da seguinte maneira: os próprios moradores pegam no enxadão e abrem as valas onde serão feitas as instalações, na porta de suas casas. Depois vêm os técnicos da Caesb e fazem as ligações entre a rede pública e as casas.

O que nos pegou de surpresa foi saber que os moradores pagam o material, fornecido pela Caesb. Nos setores mais desenvolvidos da Ceilândia, o pagamento foi no ato. E na Ceilândia Norte, onde a miséria é total, o material vai ser descontado pouco a pouco em suas contas de água.

A administradora regional, Maria de Lourdes Abadia, informou que a partir do segundo semestre será cobrada uma "tarifa social", no valor de 12 a 15 cruzeiros por mês. E ela acha que é pouco, porque os moradores da Ceilândia Norte estão acostumados a pagar essa quantia por uma lata d'água, segundo ela.

A caminho do mutirão, no Opala preto da Administração Regional, Maria de Lourdes e Marcos Brandão só sabiam reclamar da população, dizendo que eles rebentam as torneiras, estouram os canos e estragam as bombas dos poços artesianos. O que realmente acontece. É a gente argumentava:

— Esse é um problema que só pode ser resolvido a longo prazo, um problema de educação. Sem direitos, sem participação política na Administração, eles nunca vão sentir que o patrimônio pertence a eles, e se portam que nem crianças não tem água na torneira, eu vou quebrar!

Mais tarde, na redação do *Correio*, Airton Rocha se queixava da administradora Maria de Lourdes, porque ela atrasou mais de 1 hora e depois levou a imprensa para um lugar onde não tinha água ainda, "em vez de levar vocês pra ver a água jorrando das torneiras".

— É como se você fosse em minha casa e eu só lhe mostrasse o quintal — dizia o relações públicas da Caesb. (LCM).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Mural

É PRECISO SE POR A CAMINHO SEM DEMORA, OU SEREMOS JUSTAMENTE ACUSADOS DE NOS DISTRAIRMOS NO MOMENTO EM QUE SE INSTALAM NOVAS FORMAS DE DOMINAÇÃO, DE CONTROLE E DE ALIENAÇÃO.

Alain Touraine em "Cartas a uma Jovem Socióloga"

DEU NO CORREIO BRASILIENSE DE 10 DE ABRIL ULTIMO

Jornalistas enfrentam médicos no Iate Clube

O time dos jornalistas de Brasília, após a boa vitória contra o "Spot Light", voltará a se apresentar hoje contra os médicos do DF. O jogo tem seu início previsto para às 10 h.

A última vez que os jornalistas enfrentaram os médicos, nós, jornalistas, sofremos uma baixa, com a morte criminosa de Luis Álvaro, na Clínica São Braz, num esquema de negligência muito bem montado pelo seu time de mafiosos brancos.

Para quem interessar saber, e refletir, Luis Álvaro era do corpo de redação do Correio Brasiliense. (ESB).

A LUTA VAI CONTINUAR

Os nossos colegas de Goiânia não têm conseguido desenvolver a sua proposta de trabalho na grande imprensa de lá, que continua insistindo numa fórmula que todos sabemos totalmente falida, prejudicando seriamente os novos profissionais goianos.

Dois exemplos: o caso ocorrido na **Folha de Goiás** que montou uma equipe com o pessoal mais arrojado da cidade que se propôs e estava levando em frente uma total reformulação naquele jornal. Porém, o conservadorismo goiano não gostou das inovações e a empresa despediu todo mundo, um mês depois.

O segundo golpe foi nas últimas eleições da Associação Goiana de Imprensa, onde o pessoal do lado de cá formou uma chapa e partiram para a disputa. O que se viu foram pressões de toda forma, inclusive com ameaças de demissão de seus empregos, caso não abandonassem a disputa pela AGI, que, dessa forma ficou nas mãos de pessoas sem grandes interesses em defender a classe realmente.

Nós, aqui do C. Livre, sabemos, e confiamos, que essas pressões somente vêm animar a gente em continuar na luta. Deve-se fazer um esforço de sindicalização, para conseguir voz na nossa entidade de classe e impor nossas idéias. ESB.

escola para quem?

Wladimir Murtinho, secretário de Educação do Distrito Federal, prometeu que, em 1977, **o abominável turno intermediário desaparecia das escolas brasileiras.**

O turno intermediário abrange o horário compreendido entre as 11 e 15 horas. As crianças e professores desse turno só almoçam depois das três horas da tarde, a menos que se prontifiquem a almoçar antes das 10 da manhã, a sair numa desabalada corrida para o ponto de ônibus, onde disputarão uma vaga num "circulixo" (nome que os usuários da Empresa Alvorada deram aos seus "gastos e cansados veículos").

Mas ficar sem almoço não é tão grave assim. Come-se um sanduíche, acompanhado de "uma deliciosa coca-cola" e o problema está resolvido, dizem uns.

Porém, o horário intermediário tem outros inconvenientes: mal saem as crianças do primeiro turno (matutino), para que as do segundo (o famoso intermediário) entrem. As salas estão sujas, e não há tempo para varrê-las. Ah! isso também não é tão grave assim, retrucam outros.

E o recreio? Para as crianças que estudam em escolas onde funciona o turno intermediário, recreio é uma coisa desconhecida.

É, parece que o turno intermediário não é muito bom!!!

Agora imaginemos seu irmão mais moço (nasceu na Ceilândia e favela do Paranoá, no dia primeiro de março de 1977 e recebeu o apelido de **segundo intermediário**. Esse irmão mais moço do velho intermediário transformou o horário de algumas escolas da Ceilândia e do Paranoá, em uma "maratona do saber". Os primeiros estudantes chegam à escola, às sete da matina, e três horas depois vão para casa. Entra em campo o segundo time, formado pelos estudantes do segundo turno (aqueles que antes estudavam no intermediário). Recebem aulas das 10 às 13 horas. Saem correndo, pois está na hora da entrada dos premiados com uma vaga no segundo intermediário. Mais três horas de aula e pronto! As salas estão desocupadas para os alunos do quarto turno (16 às 19 horas).

Já é noite. As serventes entram, ligeiras, para fazer a faxina. As salas já acumulam muita sujeira, e afinal de contas há 30 minutos livres, pois os alunos do quinto turno só entram às 19:30 horas.

Às 23 horas, as escolas fecham seus portões, satisfeitas pelo prazer do dever cumprido: "milhares de crianças receberam ensinamentos que as distanciarão das negras trevas da ignorância". E, ainda, há gente que tem a coragem de dizer que "há crianças sem escola na Belacap".

Afinal de contas, os turnos intermediários só funcionarão, provisoriamente. A Fundação Educacional vai liberar uma verba para a construção de barracões, destinados ao atendimento dessas crianças. A primeira tábua deverá chegar, nos próximos meses. E tudo voltará resolvido.

Há, ou não há, escolas para todos? (MRC).

ARTHUR

A Nigéria está mesmo muito distante. Ou somos nós, pendurados nesses itamaratís, que estamos? Acontece o festival de arte negra e ninguém sabe, não dá reportagem grande nos jornais, não dá programas especiais na televisão, nada no rádio (que vai até à Groelândia se o Vasco for). A respeitosa embaixada nigeriana, que tem lá saudáveis contatos com alguns terreiros de Brasília, não badala nada nesse país que é um pouco filho do deles. Mas isso lá não é problema nosso. Lógico que o Governo Brasileiro — que se diz anti-racista (sic) — tinha obrigação de dar força nas relações afro-brasileiras, especialmente com os países da Costa da Guiné, Angola e Moçambique. Mas isso não pode continuar justificando a nossa omissão. (EA).

Depois da agressão violenta sofrida pelo **Boca do Inferno**, *invadido por "elementos desconhecidos", surge nas bancas de Salvador o nanico* **Invasão**, *dando mostras da fertilidade baiana e do vigor de nossos colegas que apesar de tudo provam, praticando, a possibilidade de uma imprensa independente.*

O **Invasão** *surgiu numa noite de festa, ao som de muitas vozes jovens e de instrumentos musicais afinados. Cantou-se em versos o que o* **Invasão** *transmite em prosa. A idéia é uma só, a luta é uma só, os objetivos os mesmos: A Liberdade. E a liberdade invadiu Salvador. Quase todas as capitais brasileiras já têm o seu nanico, beneficiando os cidadãos com informações não acorrentadas à visão unilateral e abertamente comprometida da grande imprensa. Benvindo nosso irmão mais novo, o* **Invasão**. *(MS)*

Cidade Livre é um jornal solidário com todos os jornais, revistas e demais publicações independentes. Nosso principal ponto de apoio é o leitor. Procure, leia, divulgue, assine, apoie a nova imprensa independente:

DE FATO, INVASÃO, CHAPADA DO CORISCO, O SACO, PASQUIM, INFORMAÇÃO, DOIS PONTOS, EXTRA, O BICHO, MUTIRÃO, RISCO, ESCRITA, COOJORNAL, PACA TATU COTIA NÃO, PELEIA, O PICHO, TATATA, GAM, SAGA, FORMIGÃO, MUSICA DO PLANETA TERRA, A ILHA, VARADOURO, ANIMA, OVELHA NEGRA, NÓS MULHERES, VIRUS, MOVIMENTO, VERSUS, UNIDADE, COBRA DE VIDRO, POEIRA, OPINIÃO, BAGAÇO...

BOM COMEÇO

Desde o mês de abril os revisores, diagramadores, repórteres, fotógrafos, redatores e ilustradores que trabalham nos jornais e estações de rádio e televisão locais, passaram a receber seus pagamentos com 45% de aumento. O salário mínimo da categoria foi fixado em Cr$ 2.600,00 e as empresas ficaram obrigadas a fazer um seguro de vida no valor de cem mil cruzeiros em favor do jornalista que se ausentar do Distrito Federal a serviço.

Essas conquistas só foram possíveis pelo trabalho desenvolvido pela chapa Sindicato Livre que concorre às eleições para a diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do DF. (ASR).

WAGNER

A MORTE EM JULGAMENTO

JÔ DE OLIVEIRA

Trabalhando alheio ao tempo e com apenas um dos ponteiros no mostrador, o relógio era uma presença esquecida em lugar de destaque na parede do plenário. O capim que fixara morada no forro de madeira apodrecida, mantinha estreita ligação com os livros amontoados nas estantes e consumia, através dos dias, o acervo cultural. Noutro canto, um monte de lixo aguardava, de há muito, providências para ser retirado dali, enquanto esforçadas formigas em filas indianas desenvolviam trabalho sem fim, na azáfama de abastecer a panela, num vai-e-vem que não incomodava a ninguém.

O Conselho de Mestres estava reunido há mais de uma hora e os professores, em número de seis, sempre aproveitavam as reuniões para uma pestana e quase nunca ouviam os relatórios geralmente lidos pelo Bedel. Para eles, o importante não eram os assuntos em discussão, era sim, a gratificação de cinquenta por cento, sobre seus salários, por cada vez que o Conselho se reunia.

O Reitor de beca preta já bastante surrada pelos incalculáveis anos do uso e carcomida pela traça, presidia a Sessão. E aquela não era uma reunião comum. Era uma extra convocada pelo Bedel que tinha a palavra e acusava alguém.

Casos graves já tinham sido levados ao Conselho, mas como aquele não, considerado o mais grave de todos os assuntos graves já tratados ali, desde a fundação do Colégio Público, há oitenta anos:

— "Assassinato!"

Quando o crime ocorreu foi uma verdadeira catástrofe para o Bedel, o primeiro a tomar conhecimento do fato e que a princípio não queria acreditar na sua ocorrência. Para ele, com sessenta anos de idade, trinta e dois dos quais dedicados ao árduo trabalho no Colégio, onde exercia também o cargo de professor substituto de latim, "o mundo estava prestes a ruir! E junto com ele, se não fosse tomada uma drástica providência, a quase secular tradição do Colégio Público também ruiria!"

Enquanto o íntegro homenzinho de terno marrom desbotado, gravata preta, camisa branca de colarinho ensebado e poído, caminhava de um lado a outro do plenário, fazendo uma desnecessária prestação de contas de sua vida dentro do Colégio Público, os membros do Conselho em cochilos intercalados de breves roncos, eram, de quando em vez, despertados pelo Reitor ao despertar assustado com a exaltação do orador.

O magnífico sempre tocava a campa desnecessariamente, pedia silêncio, reclamava a atenção dos conselheiros para a exposição que o Bedel fazia e tornava repousar o queixo em uma das mãos, para, em seguida, acompanhar os demais membros do Conselho nos cochilos. Os ruídos das cadeiras que acomodavam os traseiros dos mestres já eram bastantes familiares e não mais perturbavam os ilustrès conselheiros.

A porta do plenário, a velha cozinheira do Colégio Público, assistia a Sessão. Outro funcionário aproximou-se dela:

Por quê tanto grita o Bedel?

— Não sei. Parece tratar-se de coisa muito séria.

— Mais séria do que o conserto do relógio que está sem um ponteiro há mais de seis meses, ou do cupim que vem destruindo os livros?

— Não sei. Pelo que pude ouvir de início, trata-se de coisa muito mais séria.

— Não diga que é sobre o formigueiro existente há anos no canto da sala?

— Que nada...

— Já sei! — quis adivinhar. — É sobre o lixo que toma conta do plenário!

— Não, não é. Parece que ouvi o Bedel falar em crime. É, ouvi mesmo. Ele falou em crime.

— Crime?... Será que existe outro maior do que o que estão fazendo com o acervo cultural do Colégio Público?

— Acho melhor a gente ficar calado e prestar atenção no que diz o Bedel. Pelo jeito, a coisa não anda bem.

O Bedel prosseguia e dava conta daquilo que ele considerava de "uma vasta folha de bons serviços prestados ao Colégio Público e à causa da educação."

De fato, há trinta e dois anos ele chegava para trabalhar como "Fiscal de Alunos", cargo conquistado através de concurso, mas que para ser nomeado contou com o empenho de um político. Após dez anos de estudo e muito esforço, conseguiu nomeação para o cargo de professor substituto de latim, graças o aval do Reitor junto ao Secretário de Educação, passando então, a acumular as funções de Bedel e Professor; aliás, como ele mesmo gostava de frisar: "Com muito amor e dignidade!" — e tinha mais — "Com trinta e dois anos cravados na folha de serviço não tinha uma só falta e por cima de tudo, nunca gozou férias! Aposentadoria, prá quê? Aposentadoria é coisa para aqueles que não têm amor ao trabalho!"

Quando faltava o professor titular da cadeira de latim, ele assumia toda a responsabilidade e enfrentava a classe de cinquenta alunos. O verbo "Ser e Estar", como gostava de dizer aos pupilos: "É uma deliciosa poesia que faz bem ao espirito e enriquece o sabor de cada um!" — conjugava em voz alta: "Sum, Es, Est, Sumus, Estis, Sunt!..." — para, em seguida, apurar os ouvidos e escutar a classe em peso, num só coro, repetindo o verbo.

— Mas senhores! — gritou o Bedel— O fato é por demais grave e sem precedentes em toda a história deste educandário! Por isso, exige-se uma rápida providência! — bateu com o punho cerrado sobre a mesa, fazendo levantar uma nuvem de poeira:

— Senhor Presidente!

O Reitor despertou assustado, tocando em seguida a campainha a seu lado:

— Atenção, senhores!

Os membros do Conselho despertaram também assustados, alguns ainda bocejando.

O Reitor advertiu-os de que o Bedel estava chegando ao final de sua exposição e entrava realmente no "grave assunto" que dera origem aquela reunião extra do Conselho.

O homem e a mulher à porta do plenário deram maior atenção ao orador que passava a narrar os acontecimentos.

Segundo o Bedel, um aluno havia entrado no galinheiro do Colégio e de lá tirado o galo que vinha sendo engordado para o pasto do corpo docente, levando-o para uma "rinha" existente nas imediações do Colégio, onde numa violenta e sanguinária luta, a ave teve morte terrível.

A morte do galo era descrita de maneira dramática, enquanto o cupim devorava o acervo cultural jogado nas estantes recobertas de poeira e teias de aranha. Mas o Bedel não se preocupava tanto com a maneira em que a ave havia sido eliminada, prendia-se ao fato de ter o Reitor ficado privado de saborear o seu tradicional prato de fim-de-semana:" galo ao molho suculento", por culpa exclusiva do indisciplinado aluno!

O único ponteiro do relógio, preguiçosamente fazia todo o círculo do mostrador desbotado, por força da corda dado pelo servente há meses, enquanto as formigas altivas aumentavam seu raio de ação em busca de víveres nos restos dos livros que o cupim cortava maquinalmente.

O homem que expiava a Sessão do Conselho virou-se para a mulher que estava a seu lado:

— Desde quando a morte de um galo é mais importante que a preservação do acervo cultural?

— Eles devem ter suas razões. — respondeu a mulher.

— Mas... Eles não ganham para zelar pela coisa pública?

— E o galo não era uma propriedade do Poder Público?...

A campainha era tocada pelo Reitor, não ocasionalmente, mas porque era chegada a hora da votação:

— Atenção! Senhores, vamos a votação!... Quem for a favor da expulsão do aluno fique como está!...

Ninguém se mexeu e o ponteiro do relógio já começava a parar por falta de corda; as formigas mais lépidas carregavam para panela as migalhas da cultura que o cupim deixava cair das estantes e o monte de lixo acabava de crescer mais um pouco, com as folhas de papel emboladas e atiradas ao canto da sala pelos membros do Conselho de Mestre do Colégio Público.

LINDBERGH PIRAJÁ

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

MASSATUR

CEILÂNDIA
P. PILOTO

LOPES PARA "CIDADE LIVRE"